

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ALIANÇA E OPOSIÇÃO:
RELAÇÕES ENTRE TRABALHADORES RURAIS E O MST**

ADRIANA PAULA DA SILVA ELEUTÉRIO

**Recife/PE
Agosto 2002**

ADRIANA PAULA DA SILVA ELEUTÉRIO

**ALIANÇA E OPOSIÇÃO:
RELAÇÕES ENTRE TRABALHADORES RURAIS E O MST**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Zélia Maria Pereira da Silva

**Recife/PE
Agosto 2002**

ADRIANA PAULA DA SILVA ELEUTÉRIO

**ALIANÇA E OPOSIÇÃO:
RELAÇÕES ENTRE TRABALHADORES RURAIS E O MST**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 30 de Agosto de 2002.

Prof^a. Dr^a. Zélia Maria Pereira da Silva (Orientadora)
Departamento de Serviço Social - UFPE

Prof^a. Dr^a. Severina Garcia de Araújo
Departamento de Serviço Social - UFRN

Prof^a. Dr^a. Nobuco Kameyama
Departamento de Serviço Social - UFPE

Recife/PE

AGRADECIMENTOS

Ao longo do curso de Mestrado, algumas pessoas, de diferentes formas, deram significativa contribuição nesta etapa de minha formação profissional, partilhando dificuldades, desafios e sonhos presentes neste processo.

Com essas pessoas, que acompanharam comigo as descobertas que uma pós-graduação proporciona, partilho a alegria de concluir esta fase da minha caminhada.

Expresso, especialmente, minha gratidão:

Aos trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui, pela organização e resistência com que enfrentaram a luta pela posse da terra e a busca por melhores condições de vida.

À Zélia, minha orientadora, pela compreensão, serenidade, competência e importantes contribuições no processo de realização do Mestrado e da dissertação.

À Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, representada por Jacilene, pela disponibilidade e atenção em encaminhar e realizar as solicitações feitas por mim ao Programa.

Ao CNPq, pela bolsa de Mestrado, que me possibilitou a realização deste curso.

Ao CEAHS, pelo apoio na realização de uma parte da pesquisa de campo.

À Severina, pela seriedade, disponibilidade e orientações oferecidas, trazendo valiosas contribuições à elaboração desta dissertação.

À minha mãe e ao meu pai, pelo amor e compreensão e, especialmente, pelo incentivo, sem o qual eu não teria conseguido realizar este trabalho. Em todos os momentos foram meu porto seguro e fonte de paz de espírito, fazendo com que eu seguisse em frente e buscasse força de vontade para continuar neste percurso. Sem dúvida, vocês foram o meu *chão*.

À Paula, Andréa e Pablo, minhas irmãs e sobrinho, pelo carinho e apoio recebidos que me fortaleceram, no sentido de transpor as dificuldades e problemas surgidos. O companheirismo e a união demonstrados foram fundamentais neste processo.

À Deyse Silvana, pelo incentivo e pelas palavras carinhosas que me impulsionaram a ter força e superar os desafios. A cada dia com seu jeito meigo, demonstrando o quanto a amizade é fundamental em nossas vidas.

À Célia Regina, Celmara, Silvana Oliveira e Adriana Teixeira, companheiras de moradia em Recife, com quem dividi um segundo espaço familiar. A difícil tarefa de administrar as atividades domésticas e a pós-graduação ficará marcada em minha vida. Momentos felizes, alegres e às vezes difíceis, como as saudades da família, assumiram outro significado por terem sido partilhados com vocês.

À Silvana Oliveira, amiga desde a graduação, pelos testemunhos de companheirismo, alegrias e sonhos partilhados no decorrer do Mestrado. Por todos esses momentos e outros que tiveram a marca de seu jeito sereno, perseverante e carinhoso e que fortaleceram, ainda mais, nossa amizade.

À Adriana Teixeira, amizade iniciada no curso de graduação, pelo apoio e carinho que me fizeram seguir em frente na busca de enfrentar as incertezas e inquietações do curso de pós-graduação.

À Célia Regina, pelo descobrir de uma nova amizade, partilhando idéias, expectativas e desejos de realizações.

À Silvana Mara, Sâmia, Andréa, Mary, Miriam, Fátima e Flávio, assistentes sociais, pelas conversas, e pelos momentos de reflexão e de lazer, numa convivência mais próxima, que tornaram minha permanência, em Recife, mais feliz e especial.

À Eliana, pelo carinho e amizade descobertos e fortalecidos durante o Mestrado e pelo partilhar de expectativas, angústias e otimismo nos momentos difíceis. Por sua descontração, garra e companheirismo demonstrados.

À Íris, pela disponibilidade e compreensão em realizar a formatação final deste trabalho.

Ao Espírito de Luz, enquanto força superior, que iluminou meu caminho e esteve sempre presente ao meu lado, em todos os momentos.

Brejo da Cruz

*A novidade
Que tem no Brejo da Cruz
É a criançada
Se alimentar de luz*

*Alucinados
Meninos ficando azuis
E desencarnando
Lá no Brejo da Cruz*

*Eletrizados
Cruzam os céus do Brasil
Na rodoviária
Assumem formas mil*

*Uns vendem fumo
Tem uns que viram Jesus
Muito sanfoneiro
Cego tocando blues*

*Uns têm saudade
E dançam maracatus
Uns atiram pedra
Outros passeiam nus*

*Mas há milhões desses seres
Que se disfarçam tão bem
Que ninguém pergunta
De onde essa gente vem*

*São jardineiros
Guardas-noturnos, casais
São passageiros
Bombeiros e babás*

*Já nem se lembram
Que existe um Brejo da Cruz
Que eram crianças
E que comiam luz*

*São faxineiros
Balançam nas construções
São bilheteiras
Baleiros e garçons*

*Já nem se lembram
Que existe um Brejo da Cruz
Que eram crianças
E que comiam luz*

(Chico Buarque)

LISTA DE SIGLAS

ACR - Animação dos Cristãos no Meio Rural

AACC - Associação de Apoio as Comunidades do Campo

CEB - Comunidade Eclesial de Base

CJP - Comissão de Justiça e Paz

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COORAMG - Cooperativa Regional de Produção e Prestação de Serviço dos Assentados da Regional do Mato Grande

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DNTR - Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais

ET - Estatuto da Terra

ETR - Estatuto do Trabalhador Rural

FETARN - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte

FTR - Federação dos Trabalhadores Rurais

GEBAM - Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas

GETAT - Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantis

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERN - Instituto de Terras do Rio Grande do Norte

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG - Organização Não-Governamental

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PFL - Partido da Frente Liberal

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSB - Partido Social Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

SAPPP - Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco

SAR - Serviço de Assistência Rural

STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais

UDR - União Democrática Ruralista

ULTAB - União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	20
1.1. A realidade agrária contemporânea: uma problemática de concentração de terra	21
1.2. A organização dos trabalhadores rurais frente à questão agrária: o surgimento do MST	33
1.3. A luta pela terra: situando o conflito na área de Lagoa do Jiqui	48
CAPÍTULO II – A TRAJETÓRIA DE LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS DE LAGOA DO JIQUI	63
2.1. Trabalhadores rurais em luta pela terra: o perfil dos entrevistados	64
2.2. Identidade de classe social: limites e desafios	73
2.3. A luta das famílias acampadas: construindo o processo de organização	82
CAPÍTULO III – RELAÇÃO DE ALIANÇA E OPOSIÇÃO ENTRE OS TRABALHADORES RURAIS DE LAGOA DO JIQUI E O MST	100
3.1. Trabalhadores rurais e MST: o revelar de uma relação	101
3.2. Estratégias de luta no conflito: negociação e enfrentamento	113
3.3. A direção do movimento de luta dos trabalhadores rurais: uma posição em disputa	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
BIBLIOGRAFIA	141
ANEXOS	149

RESUMO

O modelo agrário brasileiro aponta uma realidade de elevada concentração fundiária, constituída historicamente pela ação das classes dominantes que utilizam a terra como instrumento de poder econômico e político e para efeito de especulação. Diante da situação no campo, a luta pela terra significa uma luta contra o seu monopólio exercido pelo capital, representado pelos latifundiários, grandes empresas e grupos econômicos. Considerando o atual contexto, este estudo tem como objetivo analisar a relação de aliança e oposição entre trabalhadores rurais do município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST –, em uma área que se encontrava em conflito pela posse da terra, identificando-se as determinações que se fizeram presentes, no conflito intraclasses social. A pesquisa de campo foi realizada no referido município, utilizando-se, como instrumentos para a coleta de dados, a observação, associada a entrevistas semi-estruturadas e à pesquisa documental. Os resultados desta pesquisa evidenciaram que existem: concepções diferentes acerca da luta pela terra, bem como divergências nas suas estratégias e no seu encaminhamento, entre o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Touros – STR de Touros – e o MST, fato que dividiu aqueles trabalhadores envolvidos no mencionado conflito; relações, também, conflituosas, que revelaram a fragilidade de sua identidade de classe social, contribuindo para o não reconhecimento de sua subalternidade junto às classes dominantes, bem como pela disputa de direção da luta entre o STR e o MST, no sentido de ter a hegemonia do movimento e organização dos trabalhadores, o que resultou no afastamento do MST. A não percepção dos antagonismos e das contradições da sociedade dificulta a construção de uma consciência crítica da classe trabalhadora, tornando-se um desafio a ser vencido.

ABSTRACT

The Brazilian agrarian pattern points out a reality of high landholding, historically constituted by the action of dominant classes that use the land as an instrument of economic and political power and for speculative purposes. Due to the situation in the field, the struggle for the land is “a struggle” against its monopoly by the “capital”, represented by the landowners, big companies and economic groups. Considering the present context, this study aims to analyse the alliance and opposition relationship between the “Rural Laborers of Touros Community in the Rio Grande do Norte State” and the “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST”, in an area which was in conflict for the land possession, identifying its causes into the same social class. So, the field research was accomplished in the above mentioned community by using, for data collecting, the observation associated with half-structured interviews and documental survey. The research results showed: different conceptions about the struggle for the land, as well as some divergences concerning its strategies and leading, between the Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Touros – STR de Touros – and the MST, a fact that divided them; the fragility of its social class identity, revealed by their conflictive relations and contributing for the non-acceptance of its subalternity in face to the dominant classes; the struggle leadership between STR and MST, aiming the movement hegemony and laborers organization that resulted in MST removal. Finally, the non-perception of social antagonisms and contradictions difficults the achievement of a critical conscientiousness of the labor class, becoming a challenge to be overcome.

INTRODUÇÃO

O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo.

Karl Marx

Para a Crítica da Economia Política

Este estudo tem como eixo central as relações entre trabalhadores rurais¹ e o MST, em uma área em que os primeiros se encontravam em conflito pela posse da terra.

A luta pela terra é uma luta contra uma realidade agrária excludente e perversa que apresenta uma elevada concentração de renda, terra e poder e que contribui para a situação de opressão e exploração a que estão submetidos trabalhadores do campo², culminando com o aumento das desigualdades sociais, assim como com as diversas formas de violência de que têm sido alvo os trabalhadores rurais.

A questão agrária brasileira revela uma problemática estrutural que tem suas raízes no período da colonização do Brasil e que tem sido agravada, na conjuntura atual, pelas ações governamentais. Estas, norteadas pelo ideário neoliberal de redução de investimentos com políticas públicas, têm gerado uma política agrária de poucos resultados efetivos, em que a estrutura fundiária continua inalterada. Esta realidade demonstra que a política do governo federal tem favorecido, predominantemente, os grandes latifundiários, as grandes empresas e os grupos

¹ Ao nos referirmos aos trabalhadores rurais estamos considerando os trabalhadores e as trabalhadoras rurais.

² Diante da dificuldade conceitual em definir esses segmentos de trabalhadores compostos por meeiros, arrendatários, posseiros etc., estamos tratando indistintamente trabalhadores rurais e trabalhadores do campo.

econômicos, representantes do capital, em detrimento dos interesses e necessidades dos trabalhadores que vivem no campo.

A concentração da propriedade da terra foi constituída historicamente pelas classes dominantes que utilizam a terra como instrumento para o exercício do poder econômico e político e para efeito de especulação, o que tem provocado a expulsão de trabalhadores do campo, acarretando o aumento da pobreza e miséria destes trabalhadores.

A problemática da terra em que trabalhadores estão subjugados à exploração das classes dominantes revela ser esta situação decorrente do padrão de acumulação capitalista em curso no País, que se realiza através do seu processo de expansão e reprodução no campo.

Note-se que a luta pela terra, manifestação da questão social, é uma luta contra esta realidade agrária, de opressão, a que são subjugados os trabalhadores rurais; é uma luta dos trabalhadores para garantirem o seu principal meio de sobrevivência, a terra, possibilitando-lhes a reprodução da sua força de trabalho.

A precarização das condições de vida tem levado segmentos de trabalhadores rurais a se mobilizarem e se organizarem na busca de se contraporem a esta realidade de dominação e exploração e de encontrarem alternativas para as condições em que vivem. Lutar pela terra significa, portanto, lutar contra essa situação, para continuarem vivendo do trabalho na terra.

No enfrentamento desta problemática, os trabalhadores rurais têm mostrado inúmeras formas de resistência e este confronto tem resultado no aumento dos conflitos de terra, em todas as regiões do País. Nesta trajetória, assume destaque o posicionamento assumido pelo MST, movimento social que tem mobilizado e

organizado os trabalhadores rurais em torno da luta pela terra e pela reforma agrária.

O interesse pela questão da terra e pela realidade do trabalhador rural surgiu durante os estudos de graduação em Serviço Social. Esta aproximação efetivou-se primeiramente na Iniciação Científica quando pudemos conhecer e observar a vida dos trabalhadores rurais do semi-árido potiguar, suas relações e organização dos espaços e as dificuldades com que construíam suas condições de vida; condições estas de sobrevivência para si e para a sua família.

Na realização do estágio curricular do Curso de Serviço Social no Serviço de Assistência Rural – SAR³ –, em 1997, na área de Lagoa do Jiqui, no município de Touros/RN, nos debruçamos sobre o conflito pela posse da terra na referida área. Esse conflito teve início quando trabalhadores rurais encontraram como alternativa, para a sua situação de desemprego, acampar nas margens da lagoa, uma área pública. Com o acirramento da luta houve um redirecionamento do conflito, uma vez que os trabalhadores passaram a acampar na fazenda daquele que alegava ser o proprietário das terras às margens da Lagoa do Jiqui.

A análise das múltiplas formas de violência vivenciadas por aqueles trabalhadores rurais, tais como as agressões físicas e o não acesso a bens e serviços, resultou na elaboração da monografia de conclusão de curso “Contente com minha terra, cansado de tanta guerra”: as múltiplas formas de violência vivenciadas pelos(as) trabalhadores(as) rurais do conflito de terra na Lagoa do Jiqui.

³ O SAR é uma Organização Não-Governamental – ONG – ligada a Igreja Católica.

Nesta trajetória, constatamos que houve a inserção do MST quando o conflito já se estendia há alguns anos, no sentido de somar forças e encontrar possíveis encaminhamentos e soluções para o conflito.

No decorrer da luta, as divergências entre o STR de Touros, que dava orientação aos trabalhadores, e o MST, acerca das estratégias de luta pela terra, provocaram conflitos entre estes. As discordâncias entre STR e MST em relação às ações e aos encaminhamentos da luta pela terra envolveram os trabalhadores e geraram um impasse que culminou no afastamento do MST do conflito pela terra em Lagoa do Jiqui.

Diante desta situação, nosso objeto de estudo é a análise dessa relação de aliança e oposição entre trabalhadores rurais e o MST, identificando suas determinações.

Salientamos o fato do MST ter estabelecido uma parceria com o STR em outros conflitos no município de Touros, em uma aglutinação de forças para um melhor encaminhamento de lutas travadas pela posse da terra, cujo resultado foi uma ação conjunta para a resolução dos conflitos.

Apesar do conflito ter se estabelecido com o latifundiário, expressando uma luta entre classes sociais, dominantes e subalternas, objetivamos analisar não as relações entre o proprietário e os trabalhadores rurais, mas apreender porque integrantes de uma mesma classe social não conseguiram se organizar em torno de interesses e reivindicações coletivas e no enfrentamento do antagonismo entre as classes.

Interessava-nos, dessa forma, captar essas contradições intraclasses sociais, que não se estabeleceram por antagonismos, mas por conflitos. Processo em que

relações conflituosas fragmentaram e dificultaram a organização da luta pela posse da terra em Lagoa do Jiqui.

A luta travada pelos trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui foi uma luta por trabalho, alimentação, garantia de sobrevivência para si e para sua família. Lutavam para resolver os problemas e dificuldades individuais presentes no conflito que ao mesmo tempo eram coletivas já que atingia a todos e os unia, no sentido de lutarem para satisfazerem suas necessidades imediatas; lutavam para garantir um pedaço de terra que pudessem cultivar e dela retirar os frutos de sua sobrevivência.

O conflito pela terra em Lagoa do Jiqui representou uma luta entre classes sociais antagônicas. Luta entre capital e trabalho, revelando necessidades e interesses diferenciados no tocante à posse e ao uso da terra.

É relevante conhecer e analisar como se realizam essas relações intraclasse social, tendo em vista o debate contemporâneo acerca da complexidade e heterogeneidade da classe-que-vive-do-trabalho e do enfraquecimento de seu processo organizativo. Este estudo é importante para o nosso processo de capacitação, tendo em vista que a pesquisa científica, aliada a um processo de fundamentação teórica, dá subsídios para uma reflexão sobre a realidade, contribuindo para uma atuação qualificada em relação à realidade dos trabalhadores e, especificamente, do trabalhador rural.

É fundamental para o Serviço Social o estudo de tal problemática, haja vista trabalhar com a questão agrária e, esta, como expressão da questão social, envolve vários problemas, tendo seus rebatimentos no meio urbano, o que acarreta o aumento das desigualdades sociais. Esta pesquisa é necessária para a atuação do Serviço Social junto às populações rurais no esforço de contribuir para o

fortalecimento do projeto ético-político defendido pela profissão, o que lhe imprime uma direção política.

A pesquisa pode ser de interesse, também, das instituições que trabalham em comunidades rurais e dos movimentos sociais, nela inseridos, com suas estratégias de luta e ações junto aos trabalhadores rurais. É relevante para os diferentes profissionais que têm inserção em áreas rurais, em sua atuação profissional em relação aos processos de mobilização e organização dos trabalhadores rurais e no encaminhamento de suas propostas de ação.

Buscando apreender, além da aparência, a essência do objeto de estudo, consideramos que a questão agrária e a luta pela terra estão inseridas na totalidade e, neste sentido, é necessário captar suas determinações, pois “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas [sic] determinações, isto é, unidade do diverso.” (MARX, 1990a, p.116)

Com o objetivo de apreender o que estava subjacente nesta relação entre trabalhadores rurais e MST, foi feita uma pesquisa de campo na comunidade rural de Lagoa do Jiqui, no município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, onde, entre os meses de dezembro de 2001 a janeiro de 2002, realizamos entrevistas com trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui, sujeitos privilegiados da pesquisa, como também com o dirigente do MST, no período do conflito e, atualmente, ex-dirigente, representante do STR de Touros e assessor do SAR.

Além das entrevistas, foi realizada uma pesquisa documental em documentos que tratavam da luta pela terra. A observação foi também um procedimento utilizado durante a pesquisa de campo na área. Os procedimentos metodológicos apontam a relação entre teoria e prática, na qual estas se articulam intrinsecamente, o que contribui para o desvendamento do real.

O trabalho, ora apresentado, está organizado em três capítulos. No primeiro realizamos uma incursão histórica acerca da questão agrária brasileira, apresentando que tal questão é um problema estrutural e como ela tem se configurado, ao longo dos tempos. Abordamos a organização e o enfrentamento dos trabalhadores rurais frente a esta realidade agrária, concentradora e excludente, e que, a partir desta mobilização e como respostas à situação de opressão e exploração a que estavam submetidos os trabalhadores rurais, surgiram movimentos sociais, entre os quais destacamos o MST. Na luta de resistência dos trabalhadores rurais, resgatamos a história do conflito pela posse da terra na área de Lagoa do Jiqui, descortinando o acirramento do conflito e a violência vivenciada pelos trabalhadores.

No segundo capítulo procuramos apresentar um perfil dos trabalhadores entrevistados, apontando a heterogeneidade dos trabalhadores rurais envolvidos no conflito e os limites e desafios no tocante à questão da identidade de classe social, necessária ao fortalecimento de sua organização e construção da hegemonia. Procuramos abordar a forma de organização e a luta dos trabalhadores, destacando, em sua trajetória, as entidades que se inseriram no conflito com o objetivo de seu fortalecimento e, o seu opositor, o latifundiário.

O terceiro capítulo trata da relação de aliança entre os trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui e o MST, colocando-se como se efetivou a aproximação entre este e os trabalhadores e também a relação estabelecida com o STR. Na relação entre estas entidades, abordamos as formas divergentes de enfrentamento da luta pelo MST e o STR, que impossibilitaram a articulação de forças e originaram as citadas relações conflituosas, envolvendo também os trabalhadores e constatamos que essas divergências, em relação à concepção de reforma agrária, luta pela terra e da

própria organização dos trabalhadores, geraram um conflito que resultou no afastamento do MST da luta pela terra na área de Lagoa do Jiqui.

*No enfrentamento da luta,
o recomeçar de uma resistência cotidiana
se fortalece pelo sonho
de conquistar a Terra, conquistar o Chão!*



CAPÍTULO I – A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Por isso se torna mais claro, de dia para dia, que as relações de produção nas quais se move a burguesia, não têm um carácter único, um carácter simples, mas sim um carácter de duplicidade; que, nas mesmas relações em que se produz a riqueza, é também produzida a miséria...

Karl Marx

Miséria da Filosofia

A realidade aponta que trabalhadores produzem socialmente a riqueza e vivem na miséria e essa contradição tem expressão em um País com imensas extensões de terra, em que existe um grande contingente de trabalhadores que não a têm. Isto mostra a importância do debate sobre a questão agrária no Brasil, agravada pelo processo de modernização e, que hoje vem ganhando relevância nas discussões realizadas pela sociedade e visibilidade, pelos problemas dela decorrentes. Compreendê-la, tal como ela se configura nos dias atuais, implica em realizarmos uma incursão histórica e considerá-la imersa no processo de acumulação capitalista, vivenciando, cotidianamente, inúmeras transformações.

Apreender a totalidade deste processo e suas contradições requer analisarmos a luta que trabalhadores rurais vem desenvolvendo para se contraporem a esta realidade de elevada concentração fundiária, na qual grandes latifundiários, empresas capitalistas e grupos econômicos, são os principais beneficiados.

Na luta pela terra ganham destaque as ações do MST, que vem mobilizando e organizando os trabalhadores do campo e questionando a estrutura agrária e social brasileira.

1.1 A realidade agrária contemporânea: uma problemática de concentração de terra

As mudanças no padrão de acumulação capitalista em resposta à crise do capital, em nível internacional, na década de 70, introduziram novas tecnologias, com a aplicação da microeletrônica e da robótica que flexibilizam desde os produtos e os padrões de consumo até o processo e mercado de trabalho (IAMAMOTO, 1999).

O capital, ao responder a essa crise, através da reestruturação produtiva e da globalização da economia sob a égide do neoliberalismo, favoreceu a ampliação das “...contradições e ambigüidades do mundo do capital no sentido da barbarização da vida social. Ou seja, trata-se de reinaugurar um ciclo de expansão da taxa de lucros, num contexto de fragilidade dos trabalhadores, e com um custo social altíssimo.” (BEHRING, 1998, p.187)

Com base nessa assertiva, a questão social no País vem sofrendo rebatimentos das transformações no processo de acumulação do capital, em que a ciência é, por este apropriada, ocasionando mudanças tecnológicas que alteram o processo produtivo, as quais têm contemplado os interesses e a hegemonia do capital e não têm incorporado a classe trabalhadora, que tem sido expulsa do mercado de trabalho, pondo em risco a reprodução de sua própria vida.

Enquanto manifestação da questão social a luta pela terra, no Brasil, revela o processo de exploração e opressão que sofrem os trabalhadores rurais e a extrema desigualdade social a que estão submetidos, mostrando que esta situação é decorrente do padrão de acumulação capitalista.

A questão social⁴ aponta as condições em que vive a classe trabalhadora, na qual a posição no mundo do trabalho e na vida social se expressa no crescente desemprego, na desproletarização, na subproletarização, na pobreza e nos altos índices de miséria. Esta realidade retrata uma brutal concentração de renda, terra e poder.

A questão agrária brasileira configura-se por um quadro de elevada concentração fundiária constituída historicamente pela ação das classes dominantes que utilizam a terra como instrumento de poder econômico e político e para efeito de especulação. Delineia, desta maneira, um problema que não é conjuntural, mas que tem suas raízes no período da colonização, desde as capitânicas hereditárias, passando pelas sesmarias, a regulamentação da propriedade fundiária com a Lei de Terras no século XIX e outras legislações que não alteraram, fundamentalmente, esse quadro de concentração, até hoje.

O eixo central da atividade econômica colonial era o latifúndio escravista que definia duas classes sociais: a dos senhores e a dos escravos. Existiam também outros grupos sociais que desenvolviam atividades diversas, como os agricultores que ocupavam determinadas faixas de terra para produzir uma parte destinada a sua subsistência e a outra à venda, em feiras livres. Ocorreu, neste âmbito, o surgimento da pequena produção no País e sua relação com a produção de alimentos.

Aliado ao declínio do regime escravocrata, o poder dominante criou uma nova legislação, a Lei de Terras de 1850, que determinava que o acesso a terras

⁴ A questão social é “...o conjunto das [grifo da autora] expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (...) produção fruto de um trabalho cada vez mais coletivo, contrastando com a desigual distribuição da riqueza entre grupos e classes sociais...” (IAMAMOTO, 1999, p.27)

devolutas no Brasil somente seria possível através de compra e venda. Restringiu-se, assim, o acesso às terras permitindo sua aquisição apenas a quem tivesse condições de comprá-las e criaram-se as bases de estruturação de um mercado de trabalho, livre, em substituição ao sistema escravista que foi abolido três décadas, depois.

O sistema latifundiário-escravista⁵ entrou em decadência no período entre a Lei de Terras de 1850 e a Abolição da Escravatura em 1888. No período posterior, se desenvolve um processo de industrialização que, mesmo incipiente, provocou alterações na produção agrícola. Nas primeiras décadas do século XX, os pequenos agricultores, além de produzirem alimentos, passaram a produzir matérias-primas para as indústrias nascentes, haja vista ser o café o principal produto de exportação.

Após a crise do café, o Brasil perdeu o suporte da atividade cafeeira que dava sustentação ao modelo agro-exportador e iniciou um novo ciclo econômico que se efetivou entre os anos 30 e 50 do século XX. “A indústria gradativamente vai assumindo o comando do processo de acumulação de capital: o país vai deixando de ser ‘eminentemente agrícola’...” (SILVA, J. G., 1994, p.29)

Em meados dos anos 50⁶, as discussões acerca da questão agrária assumiram destaque, no sentido de debater os rumos da agricultura, uma vez que a

⁵ A partir do momento em que não existe mais escravatura torna-se imprescindível instalar o regime de propriedade privada da terra como forma de garantir mão de obra para trabalhar nos latifúndios. Esse processo foi necessário ao período de transição.

⁶ É mister frisar que nos anos 50 houve uma ascensão das “forças populares” que eram constituídas por semicamponeses, pequenos sitiantes, meeiros, arrendatários, tendo como expressão política as Ligas Camponesas e representação sindicatos, de diversa filiação e orientação da Igreja Católica. “Essa massa agrária aparecia pela primeira vez, na história social e política do Nordeste, como agente político autônomo, de perfil definido...” (OLIVEIRA, 1993, 106-107) Outro agente político importante na constituição das “forças populares” foi o proletariado urbano e rural. Importa destacar que as “forças populares”, opositoras das forças das classes sociais proprietárias, tornaram-se uma ameaça à hegemonia burguesa.

estrutura agrária, concentrada, apresentava-se como obstáculo ao processo de industrialização do Brasil.

Buscando dar um novo impulso à indústria, o governo federal interveio na economia, sendo o Estado a alavanca da industrialização nacional. Contudo, a estrutura fundiária continuava altamente concentrada, pois não se priorizava a realização de uma política agrária.

As discussões acerca da reforma agrária nas décadas de 50/60 direcionavam-se para a modernização da agricultura, adequando-a ao desenvolvimento industrial do País. A industrialização, na década de 50, propiciou o alicerce para o processo de mecanização da agricultura, que se desenvolveu na década de 60.

O desenvolvimento industrial do País não modificou a situação da agricultura, que continuava baseada no latifúndio e na miséria da população rural. Esta realidade, extremamente desigual, provocou o surgimento de vários conflitos violentos no campo, em diversas regiões do País, destacando-se entre estes: a luta do território livre de Trombas e Formoso no Estado de Goiás, entre 1948 a 1964; o projeto de colonização na região do Rio Paranavaí, em 1946, no Paraná, que se estruturou na Guerilha de Porecatu; os nas regiões de Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco entre 1957 a 1962, no Estado do Paraná, e o de Santa Fé do Sul em São Paulo (IOKOI, 1989).

Em meio à luta pela reforma agrária, o movimento camponês organizou-se, enquanto classe, através de organizações como: a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB – criada em 1954, cujo objetivo era a coordenação das associações camponesas e criação de bases para uma aliança entre operários e trabalhadores rurais; as Ligas Camponesas surgidas em 1955, a

partir da organização de foreiros⁷ da terra no Engenho Galiléia/PE contra o aumento do foro e tentativa de expulsão por parte dos proprietários do Engenho; o Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER – fundado em 1961, a partir da resistência de 300 famílias de posseiros no município de Encruzilhada do Sul/RS. A luta pela reforma agrária ganhava visibilidade nacional.

As tentativas de organização e existência de Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais ocorreram desde a década de 40, tendo sido esfacelados no Governo Dutra.

Após tentativas, que ocorriam desde o início dos anos 50, de rearticular os contatos no campo e recriar as Ligas Camponesas com novas denominações, foi criada em 1955 a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco – SAPPP – que ficou conhecida como Liga Camponesa da Galiléia (AZEVEDO, 1982).

A realização do I Congresso Camponês de Pernambuco em 1955, com a participação de 3000 camponeses e trabalhadores rurais, foi o momento em que a SAPPP ganhou estrutura orgânica e se transformou em Ligas Camponesas. A partir daí, evoluiu das reivindicações dos foreiros para uma reforma agrária radical⁸. Durante esse processo grande influência e participação teve o Partido Comunista Brasileiro – PCB – para a organização dos trabalhadores do campo.

As Ligas cresceram espalhando-se por diversos municípios do Estado e para outros Estados do Centro-sul e do Nordeste, especialmente, para a Paraíba. A hegemonia das Ligas Camponesas, no movimento camponês, ocorreu até meados de 1962, quando João Goulart passou a estimular a sindicalização rural, como forma

⁷ Foreiros eram agricultores que cultivavam terras abandonadas pelos proprietários em troca de um aluguel que se chamava foro (MORISSAWA, 2001).

⁸ Reforma agrária radical que se apresentava como forma de alterar a estrutura fundiária, extinguindo o monopólio da terra exercido pelos latifundiários.

de desviar as mobilizações agrárias para o controle estatal. Cartas sindicais foram concedidas ao PCB e setores da Igreja, que atuavam no meio rural, o que resultou na segmentação ideológica e política dos camponeses e trabalhadores rurais. Ocorreu, então, uma mobilização e participação de assalariados rurais em sindicatos.

As Ligas Camponesas, no Estado do Rio Grande do Norte, não chegaram a se instalar devido a vários fatores, dentre eles, como tem sido colocado, a criação e crescente expansão de sindicatos rurais, sob a égide da Igreja Católica (ARAÚJO, 2001). Esta entrou em cena com o objetivo de organizar o trabalhador rural em sindicatos, em uma ação que apesar de ser em nível nacional concentrou seus esforços na região Nordeste. Ou seja, o movimento sindical rural, no Rio Grande do Norte, como no Nordeste, surgiu e se expandiu sob a hegemonia da Igreja Católica que realizou um trabalho de mobilização, organização e orientação do trabalhador rural, visando a impedir o avanço do comunismo e de novas seitas (CRUZ, 1985).

Outro trabalho da Igreja Católica foi o Movimento de Natal enquanto uma ação conjunta de evangelização e de ação social desenvolvida pela sua Diocese, com o objetivo de minimizar a situação de miséria da população. Este Movimento teve grande importância para os movimentos sociais locais e alcançou, na década de 60, grande repercussão no Brasil e em nível internacional.

Tem-se com a influência da Igreja Católica, através do SAR, que se voltou mais especificamente para o sindicalismo rural, uma grande expansão do movimento sindical rural no Estado do Rio Grande do Norte. “Naquele estado, o SAR chegou a fundar, até 1963, 48 sindicatos (16 dos quais reconhecidos oficialmente), congregando mais de 40 mil membros.” (AZEVEDO, 1982, p. 90, nota 06)

Note-se que o Rio Grande do Norte foi um Estado de grande expansão de sindicatos rurais, sendo expressão da organização, luta e resistência das classes subalternas frente à apropriação, expropriação e exploração encaminhadas pelos representantes do capital.

Neste contexto, houve um avanço da organização e a intensificação da luta no campo. Entretanto, as divergências de orientações políticas impediram a unificação das propostas de reforma agrária do PCB, Ligas Camponesas e Igreja Católica.

Diante do descontentamento popular e da efervescência das lutas camponesas e operárias, o Governo João Goulart incorporou reivindicações dos trabalhadores, apresentando, como proposta, a implementação de reformas de base que iriam alterar as estruturas econômicas e sociais do País, destacadamente, a reforma agrária.

Fruto de muitas lutas, o governo, em 1962, regulamentou a organização dos sindicatos rurais e, em 1963, estabeleceu o Estatuto do Trabalhador Rural⁹ – ETR –, que concedia aposentadoria por invalidez ou velhice a esta categoria.

O reconhecimento da sindicalização rural corroborou para fundação, em dezembro de 1963, no Rio de Janeiro, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG – que tinha por finalidade lutar pela reforma agrária e pela melhoria das condições de vida, trabalho e salário dos trabalhadores rurais.

As ações governamentais e a proposta de reformas de base estimularam os trabalhadores rurais e urbanos, estudantes, partidos de esquerda, entre outros, a se organizarem e reivindicarem as esperadas mudanças que beneficiariam as classes

⁹ O Congresso Nacional aprovou, no dia 02 de março de 1963, a Lei nº 4.212 que definiu o Estatuto do Trabalhador Rural.

subalternas. Contudo, o capital, expresso pelas classes dominantes, se viu ameaçado em seus interesses e poder com a mobilização e a luta popular, e para interromper esse movimento contestador, articulou, no dia 31 de março de 1964, o golpe militar.

Após o golpe militar, desencadeou-se uma violenta repressão aos movimentos sociais de luta pela terra e a descaracterização da reforma agrária. Organizações de trabalhadores rurais foram desmobilizadas, suas representações fechadas, seus líderes perseguidos, exilados e assassinados.

A desmobilização do movimento dos trabalhadores do campo e a manutenção do latifúndio possibilitaram aos latifundiários determinarem sua lei no meio rural e uma maior produtividade por intermédio da mecanização que se desenvolvia no campo (MINC, 1985).

É importante ressaltarmos que o governo militar incluiu, como uma de suas prioridades, a realização da reforma agrária. Para isto decretou em 1964 o Estatuto da Terra¹⁰ – ET –, instrumento jurídico e institucional para desenvolver um programa de reforma agrária.

Apesar de ter um caráter progressista, o Estatuto da Terra serviu para controlar as lutas sociais, acalmando os ânimos dos trabalhadores rurais, e promover a modernização tecnológica da agricultura brasileira.

O Estatuto da Terra foi criado juntamente com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA –, órgão governamental para as questões referentes à terra. Dessa forma, “...o ET [Estatuto da Terra] representou uma ‘solução de compromisso’, impondo a vontade do setor mais dinâmico das classes dominantes,

¹⁰ O Estatuto da Terra, Lei n ° 4.504, foi sancionado pelo Presidente da República no dia 30 de novembro de 1964.

mas de forma que esta diretriz fosse assimilável pelas classes dominadas. O ET foi a expressão de uma derrota dos trabalhadores rurais, mas ***uma derrota que supôs uma muito significativa luta anterior*** [grifo do autor]...” (MINC, 1985, p.21)

O governo militar, apoiado pelas burguesias industrial, financeira e agrária, realizou uma política agrária e agrícola que beneficiou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa, tendo em vista que estas políticas não alteraram a estrutura fundiária brasileira.

Cabe salientarmos que, embora setores conservadores da Igreja Católica tenham apoiado o golpe militar, germinava, no interior da Igreja, setores progressistas que, baseados na Teologia da Libertação, tornaram-se importantes aliados dos trabalhadores nessa luta contra as injustiças a eles cometidas.

Essa postura progressista foi respaldada nas posições da Igreja Católica a partir dos Encontros do Concílio Ecumênico Vaticano II, em 1965, e da II Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín, Colômbia, em 1968, e contribuíram para retomar o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs – criadas no início da década de 60 e desativadas pela ditadura militar.

Outro importante Encontro da Igreja foi a III Conferência do Episcopado Latino-Americano em Puebla, México, em 1979, em que a Igreja decidiu voltar sua ação preferencialmente aos pobres.

A política agrícola adotada pelo governo federal, em meados da década de 60, acelerou a concentração de terras, ao introduzir medidas voltadas para uma modernização tecnológica, difundindo novas tecnologias, máquinas e herbicidas. O desenvolvimento de setores industriais produtores de insumos, bens de capital e processamento de produtos agrícolas, aliado à ação estatal, favoreceu a modernização da agricultura. “Além da política financeira, o Estado também

administra, a nível federal e algumas vezes com a participação dos governos estaduais, a concessão de uma gama de incentivos fiscais que estabelecem de forma diferenciada as margens de lucro dos capitais envolvidos na agricultura.” (DELGADO, 1985, p.46)

Tal processo de modernização capitalista da agricultura, que promoveu o crescimento da mecanização agrícola e a expansão do capital no campo, evidenciou um projeto que se realizou de forma diferenciada, privilegiando, através de incentivos fiscais favorecidos com taxas de juros, prazos e carências de pagamento, o grande capital, predominantemente, grupos econômicos. Assim,

...as políticas de modernização da agricultura são [sic] elaboradas para atingir produtos, atividades e tipos de produtores específicos. Essas políticas foram seletivas para alguns produtos, como o café, trigo, cana-de-açúcar, soja e pecuária de corte; para algumas regiões, tais como as do Centro-sul; e para algumas categorias de produtores, tais como os grandes proprietários, os monetarizados e os utilizadores de técnicas modernas. (MOREIRA, 1999, p. 47)

O caráter que assumiu esse processo revelou que a modernização sob a égide do capital financeiro não incorporou os trabalhadores rurais, o que acarretou o aumento do subemprego e desemprego e, conseqüentemente, do êxodo rural.

Estas transformações tecnológicas e a conseqüente industrialização no campo ocasionaram um aumento significativo na utilização do trabalho assalariado, uma vez que os camponeses não conseguiam cultivar e produzir sem recursos e assistência técnica, precisando, desse modo, submeter-se ao assalariamento.

Podemos afirmar que a desconsideração aos direitos trabalhistas, a violência e o aumento dos conflitos de terra foram resultantes também desse processo de modernização conservadora.

Com o intuito de controlar as tensões sociais no meio rural, os governos militares adotaram o projeto de colonização da Amazônia, incentivando os camponeses a ocuparem terras não desbravadas. “Apesar de destinar as terras da Amazônia ‘sem homens’ que deveriam ser destinadas para ‘os homens sem-terras’ foram praticamente entregues às grandes empresas capitalistas beneficiadas pela política de incentivos fiscais.” (FERNANDES, 1998, p.9)

A política de incentivos fiscais favoreceu a instalação de agroindústrias e grandes empresas capitalistas, implementando projetos agropecuários na Amazônia e incidindo no aumento da exploração e expropriação de trabalhadores rurais. Isto mostra que não se prioriza esse tipo de política para os pequenos produtores rurais (GRAZIANO, 1991; MARTINS, 1991).

A Igreja teve um papel decisivo na questão da luta pela terra na Amazônia, aliando-se aos trabalhadores contra a violência dos latifundiários, grileiros e empresas capitalistas que tentavam tomar terras *na marra e na força*, ampliando seus domínios e o poder econômico e político. A presença da Igreja, organizando politicamente os trabalhadores na luta pela terra, tornou-se um obstáculo às ações governamentais por denunciar as injustiças sociais e apoiar a luta dos trabalhadores rurais.

A repressão e desmobilização das organizações e representações dos trabalhadores rurais não impediram que nos anos 70 eclodissem diversas lutas camponesas nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil; lutas em agrovilas da Transamazônica e na região de colonização espontânea. Especificamente na região de colonização espontânea, o estopim dos conflitos foi a expulsão de trabalhadores rurais de áreas cultivadas pelos fazendeiros, com títulos legais ou não, em que

aqueles perderam as benfeitorias realizadas, o que resultou em muita violência e mortes.

Os projetos de colonização da Amazônia, na ótica governamental do desenvolvimento, configuraram-se como estratégia do Governo Médice para esvaziar os conflitos de terra pelo Brasil, estimulando os trabalhadores rurais, pela propaganda oficial, a colonizarem terras que existiam em abundância na região amazônica. Tal política de colonização ignorou as populações indígenas, caboclas e as urbanas. Além disso, os projetos governamentais e os de iniciativa privada provocaram a apropriação e expropriação de terras.

No Governo Geisel, os projetos governamentais foram abandonados, dando lugar à colonização por grandes empresas que receberam incentivos fiscais vantajosos. A colonização foi desenvolvida através de projetos agropecuários e minerais que representaram a destruição do meio ambiente, como, também, prejudicaram pequenos e médios proprietários, posseiros, garimpeiros, seringueiros, castanheiros e indígenas. Esta situação resultou no aumento dos conflitos por terra e em muita violência (MORISSAWA, 2001).

Neste contexto de conflitos, foi criada, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra – CPT –, entidade ligada à Igreja Católica, para apoiar a luta dos camponeses no Norte e Centro-Oeste do Brasil, que se constituiu como uma das expressões contra os desmandos do governo e das classes dominantes no País. Retomando a sua organização em 1968 a CONTAG foi também uma força de expressão das lutas dos trabalhadores rurais.

Na perspectiva de reprimir a resistência dos trabalhadores rurais e a influência da Igreja Católica, aliada ao movimento sindical, foram criados, em 1980, o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT – e o Grupo

Executivo de Terras do Baixo Amazonas – GEBAM. A questão agrária tornou-se questão militar e de segurança nacional, cujo objetivo era desmobilizar a organização política dos trabalhadores do campo via projeto de colonização da Amazônia e não realizar a reforma agrária.

A ação dos governos militares contribuiu para o aumento da concentração fundiária, não alterando a propriedade da terra, e para a opressão, expropriação e violência de trabalhadores rurais que tinham nela seu meio de sobrevivência.

Observe-se que, entre 1970 a 1985, “...48,4 milhões de hectares de terras públicas foram transformadas em latifúndios...” (FERNANDES, 1998, p. 16) Manteve-se o latifúndio e o privilégio aos latifundiários que impulsionaram uma agricultura capitalista, com base na grande empresa.

1.2 A organização dos trabalhadores rurais frente à questão agrária: o surgimento do MST

A situação de exploração e expropriação a que estavam submetidos os trabalhadores fez germinar sementes de organização e resistência que, gradativamente, foram alcançando dimensão e expressão diante do descaso com que os órgãos governamentais tratavam a questão agrária.

Como forma de enfrentamento da realidade agrária e de pressão dos trabalhadores, foram ocorrendo ocupações e lutas por terra, decorrentes da expulsão de trabalhadores do campo pela modernização da agricultura. Esta situação gerou nos trabalhadores a consciência de lutarem contra as injustiças e pela garantia e ampliação dos direitos sociais, sendo a reforma agrária a expressão mais real dessa luta.

Neste processo de organização política dos trabalhadores, demarcado pelo cerceamento das liberdades democráticas, inclusive da expressão sindical e partidária, a Igreja Católica assumiu o papel de aglutinar os trabalhadores rurais em torno de suas lutas. “A Igreja Católica por meio da Comissão Pastoral da Terra foi a principal articuladora das diferentes experiências de luta pela terra, propiciando a reunião dos sem-terra para discutirem as conjunturas de suas realidades.” (FERNANDES, 1998, p.34)

É salutar ressaltar que, além da CPT, outras entidades e movimentos tiveram participação no processo de organização dos trabalhadores como, por exemplo, a Comissão de Justiça e Paz – CJP – e a Animação dos Cristãos no Meio Rural – ACR.

O processo de articulação nacional dos trabalhadores rurais começou pela troca de experiências entre os trabalhadores que estavam em conflito pela terra nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul e tentavam, por este processo, superar os problemas advindos do isolamento e de suas lutas localizadas e refletir sobre a realidade.

Com essa perspectiva, a CPT realizou vários encontros entre as lideranças desses movimentos, dos quais os mais importantes foram o Encontro Regional do Sul, no município de Medianeira/PR, em julho de 1982 e o Seminário em Goiânia/GO, em setembro do mesmo ano, em que se iniciou a discussão a respeito de criar um movimento social mais amplo de caráter nacional.

Como resultado dos diversos encontros, realizou-se em Cascavel, no Paraná, entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984, o 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra que representou a fundação e organização do MST¹¹.

Fundamentado em experiências históricas de outros movimentos e na luta pela terra, o MST¹² estruturou-se para buscar de forma organizada e coletiva, através das mobilizações e ocupações, lutar pela terra para garantir trabalho e a sobrevivência para os trabalhadores e sua família.

Além disso, o MST luta pela reforma agrária para garantir terra aos trabalhadores que quiserem nela trabalhar e política agrícola que garanta a viabilidade da pequena produção. A implantação da reforma agrária, na concepção do MST, requer mudanças na estrutura fundiária e isto somente se realiza com transformações sociais.

Enquanto movimento social de alcance nacional que luta por uma sociedade sem exploradores e explorados, o MST, segundo STÉDILE (1997), definiu alguns princípios organizativos, como a divisão de tarefas, para que as atividades sejam realizadas de forma descentralizadas e participem um maior número de trabalhadores.

A disciplina foi estabelecida como forma de respeito às decisões e deliberações das questões tomadas pelos trabalhadores. Reconheceu-se, também,

¹¹ Segundo STÉDILE (1997), a organização do MST em nível nacional teve contribuição de três vertentes social-ideológicas: a Igreja Católica, através da CPT, e da Igreja Luterana que vinham realizando um trabalho de conscientização e articulação dos trabalhadores do campo; as lideranças do nascente sindicalismo combativo, das oposições sindicais que perceberam que a organização formal e burocratizada era um obstáculo ao desenvolvimento da luta pela terra; os lutadores sociais que militavam em diferentes organismos e que viam na luta pela reforma agrária uma luta contra a ditadura militar e a favor da redemocratização do País.

¹² FERNANDES (1998) coloca que o MST vem passando por evoluções qualitativas que podem ser periodizadas da seguinte forma: 1978/79 a 1984/85 formação e expansão como um movimento social nacional; 1984/85 a 1988/89 organização do MST nas regiões Nordeste e Amazônia; 1988/89 a 1994/95 estagnação da reforma agrária e repressão ao MST; 1994/95 até hoje o MST se destaca, tornando-se hegemônico na luta pela terra no Brasil.

como princípio à formação educativa e política dos militantes e lideranças para que estes possam analisar criticamente a realidade.

Existe, também, um trabalho de base para a organização do MST. Por isso tem-se a vinculação entre os dirigentes e a base, que se fundamenta na realização de um trabalho efetivo de democratização das informações e de conscientização.

Outro princípio organizativo do MST é a luta de massa, em que a reforma agrária e mudança social somente se realizam com o povo mobilizado. E a mística para motivar a base e conscientizá-la, através de símbolos e valores de sua cultura, da necessidade de lutar por uma sociedade mais justa e fraterna.

O MST adota o princípio da direção coletiva e não de cargos individualizados, tendo em vista imprimir um processo de tomada de decisão coletiva na forma de colegiado. Assim, este se organiza em direções colegiadas, estruturadas em coordenações locais nos projetos de assentamentos e acampamentos, coordenações regionais, direção estadual, coordenação estadual, direção nacional e coordenação nacional.

Articulado em nível nacional, o MST, em janeiro de 1985, realizou o 1º Congresso Nacional dos Sem-Terra em Curitiba/PR, reunindo 1600 delegados de todo o País. Neste Encontro, determinou que a palavra de ordem era “Ocupação é a única solução”, enquanto estratégia de negociação com o governo.

Em decorrência dos conflitos no campo e da pressão¹³ de várias entidades e partidos articulados para exigir um projeto de reforma do primeiro governo da Nova República, este se comprometeu em discutir e implementar a reforma agrária. Nomeado para a presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

¹³ Tais conflitos e pressões obrigaram este governo a incorporar o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA – como parte do pacto político na transição democrática.

– INCRA – o engenheiro agrônomo, José Gomes da Silva, elaborou o PNRA que beneficiava os trabalhadores rurais. O Plano tinha como objetivo “...dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e viabilizar a reforma agrária no período do mandato de Sarney, assentando 1,4 milhão de famílias.” (MORISSAWA, 2001, p.107)

O PNRA, aprovado pelo decreto 91.766, assinado pelo presidente José Sarney em 10 de outubro de 1985, teve a versão original elaborada pela equipe do INCRA totalmente modificada. As modificações no PNRA foram decorrentes da pressão e reação de setores representativos dos interesses empresariais que se uniram e criaram a União Democrática Ruralista – UDR – para impedir que este fosse realmente realizado.

O balanço de um ano do PNRA apontava uma situação crítica em que havia aumentado a violência no campo e, do total de 1 milhão de hectares desapropriados, somente 300 mil hectares estavam com imissão de posse.

A estrutura fundiária concentrada não mudou com o PNRA e esta realidade agravou-se com a Constituição de 1988 que determinava que uma propriedade produtiva não podia ser alvo de desapropriações. Isto exigia esclarecer a definição de propriedade produtiva que se colocava como obstáculo legal à realização da reforma agrária.

Em virtude de todos os entraves presentes na Constituição no tocante à questão da reforma agrária, o ano de 1989 foi fértil em lutas, em que houve um aumento dos conflitos de terra.

No 5º Encontro Nacional dos Sem-Terra em 1989, além de definir algumas questões organizativas, escolheu o Hino do MST e a nova palavra de ordem “Ocupar, resistir e produzir”. Determinou-se que o MST realizaria um grande número

de ocupações para chamar a atenção da necessidade de realização da reforma agrária.

Reunindo entidades e organizações populares e sindicais e 23 representantes de organizações camponesas da América Latina, o 2º Congresso Nacional dos Sem-Terra reafirmou as ocupações de terra como principal instrumento de luta pela reforma agrária. Por meio das ocupações pressionava-se o governo a negociar com os trabalhadores.

Os entraves colocados à realização do PNRA apontaram a vitória das forças conservadoras, fazendeiros, latifundiários e empresários rurais, contra a reforma agrária.

O objetivo do PNRA em promover mudanças no quadro fundiário brasileiro, marcado pelo elevado índice de concentração de terra, reduziu-se ao nível do discurso. Concretamente esta proposta de reforma agrária realizou poucas desapropriações e desencadeou o aumento acentuado da violência contra os trabalhadores do campo.

Com o novo presidente, Fernando Collor, que propôs uma modernização econômica para o País, de acordo com o ideário neoliberal, ocorreu a redução da intervenção do Estado na economia, a privatização de empresas estatais e um plano de estabilização econômica que não acabou com a inflação e, sim, aumentou a recessão.

Em sua proposição de realizar a reforma agrária, lançou o Programa Terra Brasil que previu assentar 500 mil famílias, mas poucas foram as famílias assentadas. Neste Programa "...a reforma agrária é reduzida a medidas de adequação da estrutura fundiária ao modelo de produção agrícola baseado na expansão dos complexos agro-industriais..." (ARAÚJO, 1995, p.16)

No tocante à questão da terra, as medidas do Governo Collor apontaram para a continuidade dos projetos do Governo Sarney, em que esta foi encaminhada de forma lenta.

Ademais, o Governo Collor tratou os trabalhadores do campo, em luta, de maneira repressiva, e realizou uma política em que houve o aumento da violência, o aprofundamento da concentração da terra e das desigualdades sociais, tendo em vista que suas ações privilegiaram os complexos empresariais.

Devido ao “impeachment” de Collor, assumiu o vice-presidente, Itamar Franco, que deu continuidade à política de privatizações da administração Collor e implementou o Plano Real, concebido pelo ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que obteve sucesso ao alcançar queda na inflação e ampliação do mercado consumidor.

Em seu Governo, Itamar Franco sancionou a Lei Agrária 8.629, em 25 de fevereiro de 1993, que regulamentava as desapropriações de terra para fins de reforma agrária. Essa Lei recolocava a função social da propriedade da terra como principal critério de desapropriação e incluía o mecanismo do Rito Sumário que determinava o prazo de 120 dias para o poder judiciário decidir se a propriedade era passível de desapropriação.

Note-se que “assim como o Estatuto da Terra, a Lei Agrária foi criada para controlar, pelo menos momentaneamente, as lutas pela reforma agrária.” (MORISSAWA, 2001, p.110) Apesar dos dispositivos jurídicos, a reforma agrária ficou restrita ao papel e somente se efetiva a partir da mobilização e pressão dos trabalhadores rurais que intensificam a luta pela terra via ocupações.

As ocupações representam tanto uma estratégia do MST quanto uma ação de resistência e de pressão social dos trabalhadores rurais explorados e oprimidos pelo

capital, representado pelas classes dominantes. Resistência que envolve conflitos e a luta entre as classes sociais: as classes dominantes que buscam manter a estrutura agrária concentrada e as classes subalternas que objetivam a transformar a situação de subalternidade em que vivem.

O MST, além das ocupações, tem desenvolvido, no decorrer de sua trajetória, diversas formas de lutas, quais sejam: acampamento permanente, marchas pelas rodovias, jejuns e greves de fome, ocupação de prédios públicos, acampamento nas capitais e diante de bancos, vigílias e manifestações nas grandes cidades.

Tal realidade aponta que o Estado¹⁴ é o conjunto de relações contraditórias e dialéticas, em que convivem interesses antagônicos. É, pois, a manifestação dos antagonismos das classes sociais, em que se realiza a inter-relação sociedade civil/ sociedade política. Enfim, uma correlação de forças sociais.

O êxito alcançado pelo Plano Real, no Governo Itamar Franco, e uma articulação com poderosos grupos econômicos, latifundiários e partidos de direita favoreceram a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República, em que este adotou uma política de cunho neoliberal, dando continuidade às privatizações de empresas estatais, e implementou inúmeras mudanças na Constituição, que permitiram realizar as reformas pretendidas pelo seu Governo.

Dentre as emendas aprovadas pelo Congresso Nacional estavam a quebra do monopólio estatal do petróleo, telecomunicações e do gás canalizado, como também o fim da estabilidade dos servidores públicos no emprego e a reforma previdenciária.

¹⁴ Ver GRAMSCI (1978a).

Em relação à reforma agrária, a política agrária do Governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, teve como objetivo impedir o avanço da luta pela terra, contendo as ocupações. A meta de assentamentos para o seu Governo, entre 1995/1998, era de 280 mil famílias que representavam apenas 20% do previsto pelo PNRA. Os latifundiários e grupos econômicos que apoiaram sua candidatura não permitiram que fossem feitas quaisquer mudanças na estrutura fundiária, quanto mais realizar a reforma agrária.

A mobilização e a organização dos trabalhadores rurais através das ocupações e da luta por permanecer na terra resultaram nas ações de desapropriações efetivadas pelo governo federal, apesar deste não encaminhar uma reforma agrária que possibilite a democratização da propriedade da terra e contemple os interesses do trabalhador rural no campo.

Entre os dias 24 a 27 de julho de 1995, o MST realizou o 3º Congresso Nacional dos Sem-Terra, em Brasília, no qual apresentou, enquanto sistematização das experiências construídas ao longo da luta pela terra, uma reelaboração dos objetivos gerais do MST, tendo como eixos centrais a terra, a reforma agrária e uma sociedade mais justa e igualitária. Apresentou também neste Congresso uma proposta mais ampla de reforma agrária¹⁵.

A luta pela realização de uma reforma agrária, que garanta trabalho e melhoria das condições de vida dos trabalhadores, é uma das reivindicações

¹⁵ A proposta de reforma agrária do MST apresentou-se da seguinte forma: “modificar a estrutura da propriedade da terra; subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade; garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores; apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola; levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude; aplicar um programa especial de desenvolvimento para a região do semi-árido; desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável; buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.” (FERNANDES, 1998, p.40)

propostas no modelo de reforma agrária do MST, mas este esbarra na posição assumida pelos representantes do capital e na ação do Estado, seja pelas ações políticas e jurídicas, seja no uso da violência. São ameaças, expulsões e assassinatos de homens, mulheres e crianças. Os massacres de Corumbiara/RO, no dia 09 de agosto de 1995, e Eldorado dos Carajás/PA, no dia 17 de abril de 1996, o assassinato do trabalhador Manoel Edmilson de França, no dia 20 de dezembro de 1986, envolvido no conflito de Lagoa do Sal, município de Touros/RN, e as expulsões dos trabalhadores no conflito de terra na área de Lagoa do Jiqui no mesmo município são marcas cruéis da ação estatal em favor dos latifundiários e da impunidade que gozam aqueles que realizam tais barbaridades.

Na contrapartida da luta dos trabalhadores, o Governo Fernando Henrique Cardoso sancionou medidas provisórias que estabeleceram “...não realizar vistorias em terras ocupadas, não assentar as famílias que participarem de ocupações, excluir os assentados que apoiarem outros sem-terra na ocupação de terra, tentando, dessa forma, impedir o processo de territorialização da luta pela terra.” (FERNANDES, 2001, p.22)

Com o intuito de enfraquecer a luta dos trabalhadores rurais, o governo federal criou um programa de reforma agrária de mercado, o Banco da Terra¹⁶, cuja política fundamenta-se na compra e venda de terras diretamente entre trabalhadores/compradores e proprietários/vendedores, por intermédio das associações. O Estado, então, retira-se do papel de mediador de mudanças da

¹⁶ O Programa Banco da Terra, criado em 1998, substituiu o Programa Cédula da Terra financiado pelo Banco Mundial e implantado em 1997 nos Estados do Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Os trabalhadores rurais que entraram no Programa Cédula da Terra não teriam mais acesso nem aos créditos fomento, alimentação e habitação, nem ao Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA. Restaria apenas o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

estrutura fundiária e transfere tal responsabilidade à sociedade civil (MORISSAWA, 2001).

Este Programa Banco da Terra¹⁷ descaracteriza e desmobiliza a organização do MST, perdendo sentido a ação e luta dos trabalhadores, tendo em vista que o acesso à terra se dá pelo mercado e isso fortalece latifundiários e grandes empresas, as classes dominantes capitalistas. Diante dessa situação, quais as estratégias do MST face às políticas desmobilizantes do Governo Fernando Henrique Cardoso?

Buscando dar visibilidade a necessidade urgente da reforma agrária e punição para os responsáveis pelos massacres de trabalhadores rurais, o MST realizou a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, iniciada no dia 17 de fevereiro de 1997 e programada para chegar em Brasília no dia 17 de abril, primeiro aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás¹⁸.

Ao tratar a questão agrária sob a forma de minimizar a problemática no campo, não resolvendo de fato o problema, o governo federal tem seguido o receituário neoliberal, que estabelece, como um dos seus fundamentos a redução dos gastos com políticas públicas.

A redução dos gastos do Estado no âmbito social implica em políticas pontuais e descentralizadas, daí se constatando que “para a política social, a grande orientação é a focalização das ações, com estímulo a fundos sociais de emergência.” (BEHRING, 1998, p.187)

¹⁷ De acordo com os dados do INCRA (2002), o Banco da Terra em 2001 atendeu 20.000 famílias em uma área de 380 mil hectares.

¹⁸ Em memória ao massacre o dia 17 de abril se tornou o Dia Internacional de Luta Camponesa no mundo.

De acordo com essa lógica neoliberal de retirada do Estado de suas responsabilidades sociais, foi criado o Programa Novo Mundo Rural, cujo conjunto de suas "...políticas têm o capital e o mercado como principais referências, de modo que procura destituir de sentido as formas históricas de luta dos trabalhadores." (FERNANDES, 2001, p.21) Nesse Programa de assentamento, o INCRA faz o repasse dos recursos por família para uma conta dos assentados para que estes assumam as responsabilidades, desde a medição final da área até as obras sociais e de infra-estrutura.

Através dessa política compensatória, o governo federal tenta despolitizar a luta histórica dos trabalhadores rurais, estimulando-os a se integrarem ao mercado na perspectiva de não enfrentamento ao capital e de desmobilização e empecilho ao crescimento da luta pela terra, o que favorece a concentração da propriedade da terra¹⁹ no País.

A ação governamental tem como objetivo uma política de assentamentos²⁰ reativa às ocupações e o desenvolvimento de uma ofensiva política contra os movimentos sociais rurais que lutam pela terra, especialmente, o MST.

Diferentemente da proposta de reforma agrária do governo federal que visa ao enfraquecimento da organização dos trabalhadores rurais e de sua luta, a proposta do MST é de que a reforma agrária não é somente de interesse dos pobres do campo, mas também é um meio de resolver problemas que os pobres da cidade

¹⁹ "Existem 4,8 milhões de famílias de trabalhadores rurais 'sem terra' (arrendatários, meeiros, posseiros ou com propriedades de menos de 5 hectares)." (JORNAL SEM TERRA, 2000, p.2) Esta afirmação aponta que a realidade agrária brasileira apresenta uma estrutura fundiária concentrada.

²⁰ O governo federal, segundo os dados do INCRA (2002), no período entre 1995 a 2001 assentou 584.655 famílias.

enfrentam como a fome, o desemprego, a violência, a falta de educação, a moradia (STÉDILE, 1997).

Propostas de reforma agrária diferentes implicam projetos políticos de sociedades diferenciados. Enquanto a proposta do governo federal insere-se na lógica neoliberal de enquadramento ao capitalismo, a proposta do MST coloca a reforma agrária como um dos passos para se construir uma nova sociedade.

Nesta ótica, o MST entende que várias medidas são necessárias à transição para o socialismo, o que exige uma luta mais ampla da sociedade. No entanto, essa mudança passa pela realização de sua proposta de reforma agrária que contempla a democratização da propriedade da terra e dos meios de produção sob o controle da classe trabalhadora.

A proposta de reforma agrária do MST "...implica, por si mesma, a realização de parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária e socialista." (A REFORMA AGRÁRIA NECESSÁRIA: A PROPOSTA DO MST, apud MORISSAWA, 2001, p.168)

O MST, ao considerar a heterogeneidade dos trabalhadores do campo e as demandas por lotes parcelados particulares, tem refletido sobre questões da propriedade e da produção nos acampamentos e assentamentos e estimulado à solidariedade e à cooperação. Esse processo reflexivo tem promovido uma evolução gradual das formas particulares de produção para outras de caráter cooperativo, a partir de uma mudança no nível de consciência dos trabalhadores.

Segundo COSTA NETO (1998), a luta no campo passa pela distribuição de pequenas propriedades a trabalhadores sem-terra, antes de passar a sistemas

coletivos de propriedade e produção. Estas são mediações das reivindicações²¹ e constituem passo revolucionário que objetiva a conduzir à socialização dos meios de produção no campo e nas fábricas.

NAVARRO (1997) questiona esse caráter revolucionário do MST, colocando que não existe por parte dos trabalhadores sem-terra esse pensamento de ruptura do regime econômico e político e, sim, encontrar uma alternativa para a falta de oportunidades de trabalho e para os limites do acesso à terra.

Neste sentido, essa é uma questão polêmica em que alguns autores colocam a existência de um potencial transformador na proposta de reforma agrária do MST e outros estudiosos negam esse potencial.

Organizado em torno da luta pela terra e pela reforma agrária o MST atua em vários Estados do País, entre os quais o Rio Grande do Norte. A organização do MST no Estado se efetivou quando lideranças dos Estados do Ceará, Paraíba, Sergipe, Santa Catarina e Espírito Santo iniciaram um trabalho organizativo com famílias, sem-terra, de vários municípios do Vale do Açu. Em outubro de 1989²², 20 famílias ocuparam uma fazenda desapropriada, a Bom Futuro, no município de Janduís. Como consequência, foram despejadas e tentaram ocupar a Fazenda Palestina, no município de Jucurutu, mas acabaram desistindo (MORISSAWA, 2001).

²¹ Reivindicações transitórias que constituem o núcleo do Programa de Transição em que “...pode-se compreender porque, mesmo em se tratando de um programa de reivindicações que não pressupõe a imediata ruptura com os limites da ordem burguesa, mas o estabelecimento de uma necessária mediação dialética entre sociedade capitalista e sociedade socialista, o **Programa de Transição** [grifo do autor] lança a reivindicação da ‘expropriação dos expropriadores’.” (COSTA NETO, 1998, p.14)

²² Em virtude de não terem obtido êxito nas ocupações às Fazendas Bom Futuro e Palestina alguns dirigentes do MST consideram que o trabalho do MST no Estado teve início em 1990.

Em 1990, no primeiro semestre, o grupo de construção do MST no Estado fundou a secretaria local e articulou apoio da Central Única dos Trabalhadores – CUT –, Partido dos Trabalhadores – PT – e sindicatos urbanos locais. Desde esse momento, o trabalho de base, com trabalhadores sem-terra no Rio Grande do Norte foi intensificado.

Em sua trajetória de luta, o MST recebeu diversas críticas das entidades de assessoria dos trabalhadores rurais, sendo a principal a de que as atividades eram decididas sem a participação destas e que o MST desconhecia a realidade potiguar. Em 1991, foi criada a Cooperativa Regional de Produção e Prestação de Serviço dos Assentados da Regional do Mato Grande – COORAMG – com o objetivo de organizar os assentamentos, enquanto espaço de desenvolvimento econômico, social e político das famílias assentadas. Entretanto, não se conseguiu uma melhor qualidade no processo organizativo das famílias, na formação da militância e nas relações com as entidades (RIBEIRO, 2002).

No processo de expansão do MST, no Estado, diversas ocupações foram realizadas, como, por exemplo, a ocupação por 300 famílias, em julho de 1990, da Fazenda Marajó, no município de João Câmara, e a ocupação, em 1993, por 400 famílias da Fazenda Zabelê, no município de Touros (MORISSAWA, 2001). Outra luta que teve participação do MST foi o conflito de Lagoa do Jiqui, município de Touros, em que houve a ocupação da Fazenda Capivara. Nesse conflito, o MST entrou na luta quando esta já tinha iniciado há alguns anos.

Essas ocupações e várias outras que culminaram em desapropriações e conquistas para os assentamentos, como os recursos do PROCERA, eletrificação rural e distribuição de água, resultaram da resistência e luta dos trabalhadores rurais

frente à ação dos latifundiários que têm a seu favor, muitas vezes, o aparato estatal, pelas ações da polícia e do poder judiciário, como foi o caso de Lagoa do Jiqui.

No percurso de sua expansão no Estado o MST analisou os problemas presentes em sua ação e adotou um novo direcionamento.

A partir de 1998, a Direção Estadual amplia o trabalho de base, começa a estudar melhor a realidade potiguar e, aos poucos, vai se estruturando em cinco novas regiões. O movimento cresce em quantidade e em qualidade organizativa, em formação da militância, na discussão da produção e na atuação junto ao Fórum de Lutas, constituído em Natal, dando um outro rumo às relações com as entidades através da luta concreta. (RIBEIRO, 2002, p.61)

Isto evidencia dificuldades que perpassaram o desenvolvimento do MST no Estado, em que houve problemas, tanto com a base quanto com as entidades, os quais repercutiram nas relações que estas tiveram com o MST, como, também, no próprio MST que resultaram em divisão interna na sua direção. Podemos supor com o novo direcionamento do MST que os problemas com as entidades diminuíram, porém não foram superados.

1.3A luta pela terra: situando o conflito na área de Lagoa do Jiqui

A questão agrária no Rio Grande do Norte apresenta um quadro similar ao do Brasil e ao do Nordeste, em que o aumento da concentração fundiária tem levado trabalhadores rurais a lutarem para ter acesso ou permanecer na terra diante da ação e ameaça constante de fazendeiros e empresas capitalistas.

O índice de gini²³, em 1999, aponta que a concentração fundiária no Rio Grande do Norte, 0,572, apresenta-se equivalente à do Nordeste, 0,587, e a do Brasil, 0,567 (IBGE, 2001).

A concentração fundiária apresenta-se como um dos elementos centrais do poder político e econômico no Nordeste, em que a base fundiária permanece praticamente intocada, intensificando a pobreza e a miséria de um enorme contingente de pequenos produtores e trabalhadores rurais, expressas no aumento das desigualdades sociais.

As desigualdades não são apenas sociais, mas também inter e intra-regionais quando se concentram investimentos a determinadas regiões que recebem maiores atenções em relação a outras. Tais desigualdades são decorrentes de uma expansão desigual do capital no meio rural. “As disparidades são, concretamente, o sinal do movimento diferencial de acumulação nas relações entre os ‘Nordestes’ e o Centro-Sul...” (OLIVEIRA, 1993, p.76)

É importante ressaltarmos que uma das características da região Nordeste é a heterogeneidade estrutural em que pólos dinâmicos da economia regional convivem com tradicionais áreas agrícolas na Região, o que revela uma grande diversidade intra-regional.

A convivência entre estes pólos aponta que as mudanças não se realizam de forma homogênea, em nível regional,

...caracterizando bem um movimento de ‘modernização conservadora’, onde os avanços econômicos localizados nas chamadas ‘ilhas de prosperidade’ convivem com relações políticas tradicionais. Aqui se encaixa bem a relação entre Terra e

²³ O índice de gini varia de zero (0) a um (1). Quanto mais perto de um (1) maior a concentração e quanto mais perto de zero (0) menor a concentração.

Poder no Nordeste, onde a propriedade fundiária é um dos pilares principais de sustentação das oligarquias dominantes, mesmo quando há um processo maior de tecnificação da produção (agro-industriais e fruticultura irrigada para exportação). (SILVA, R. M. A., 1994, p.70)

Dessa forma, há uma modernização restrita direcionada a algumas regiões e a determinados grupos sociais bem relacionados nas estruturas de poder que detém um maior poder de pressão e reivindicação junto ao Estado, o que tem beneficiado latifundiários e grupos econômicos e apontado a permanência de antigas estruturas políticas e econômicas; apontam, ainda, a permanência de relações de poder que privilegiam interesses que garantem a reprodução do capital.

Consideramos que este processo de expansão do capital no campo na região Nordeste teve a participação do Estado através de incentivos fiscais, subsídios governamentais e infra-estrutura que favoreceram os grupos empresariais e grandes proprietários de terras a exercerem o monopólio da propriedade da terra e a realizarem seus investimentos e empreendimentos capitalistas.

O desenvolvimento do capital na região Nordeste tem se direcionado às áreas mais rentáveis com a instalação de agroindústrias, plantações extrativistas, a indústria do turismo, o que tem provocado, na realização destes projetos empresariais, a expropriação do trabalhador rural da terra e o seu assalariamento. Contrapondo-se a expropriação, opressão e exploração, trabalhadores rurais têm se mobilizado e lutado pela conquista da terra e para resistir à violência e ao monopólio da terra.

No Rio Grande do Norte, a estrutura fundiária concentrada foi agravada a partir da modernização tecnológica no campo, da implantação de agroindústrias e das políticas governamentais a favor dos latifundiários e grupos econômicos,

ocasionando o aumento dos conflitos no campo, principalmente, nos meados da década de 70 e década de 80.

Desta maneira, o aumento dos conflitos de terra advém da expansão do capital no campo que requer tanto o monopólio da propriedade da terra quanto o assalariamento dos trabalhadores. “Não basta ao capital a propriedade da terra em si mesma, mas a propriedade da terra transformada em mercadoria e os trabalhadores rurais em assalariados.” (ARAÚJO, 1992, p.65-66)

Nesse processo de exploração e opressão dos trabalhadores, as classes dominantes descumprem leis trabalhistas e acordos coletivos, firmados, expropria trabalhadores de suas terras, deixando-os sem trabalho e utiliza-se da violência para intimidar aqueles trabalhadores que apresentam resistência.

Alguns projetos causaram a expulsão de trabalhadores rurais norte-riograndenses de seus postos de trabalho, a partir da década de 60, entre os quais destaca-se o processo de mecanização da produção do sal e venda a grupos nacionais e estrangeiros de salinas em Mossoró, Grossos, Areia Branca e Macau, o que provocou o desemprego de mais de 80% dos salineiros (ATLAS DO RIO GRANDE DO NORTE, 2002).

No período compreendido entre a segunda metade da década de 70 e a década de 80, desenvolveu-se a exploração do petróleo pela Petrobrás e por empresas privadas que invadiram pequenas e médias propriedades e destruíram plantações, como também a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Vale do Açu que expropriou inúmeras famílias de pequenos agricultores familiares (ARAÚJO, 2001).

O processo de modernização da agricultura, estimulado pelos investimentos de capitais em tecnologia e mão de obra, dinamizou os pólos de fruticultura irrigada,

beneficiando áreas restritas como o Vale do Açu e Mossoró. Esta modernização provocou um aumento do assalariamento rural com baixa remuneração, a partir da inserção de alguns trabalhadores, o desemprego e a expropriação de outros trabalhadores rurais dos seus meios de subsistência, o que ocasionou o agravamento da questão social. A diminuição de postos de trabalho e as migrações rurais corroboram para o inchaço das cidades e o aumento da marginalidade e miséria urbana.

O governo do Estado do Rio grande do Norte passou a criar condições favoráveis para que este processo se concretizasse, realizando a implantação de obras de infra-estrutura. Com este intuito, construíram-se estradas, açudes ou barragens em áreas de grandes empresas, facilitando a produção e a comercialização dos produtos. Todavia esta política, que deveria beneficiar a população rural, ocorreu, de fato, para privilegiar e atender aos interesses dos latifundiários e de empresas capitalistas.

Os investimentos do capital, direcionados às áreas que possibilitem maiores retornos financeiros, têm se efetivado com a colaboração das oligarquias “Alves e Maia” e aliados, que se revezam no poder no Estado, e pela política de seus governos, que garantem os interesses dos latifundiários e de grandes empresas.

Tais investimentos têm sido realizados com o apoio do Estado que, através de uma política de subsídios, tem favorecido projetos rentáveis ao capital desenvolvidos por suas classes representativas. Esta política, por um lado, tem beneficiado grupos sociais determinados que desenvolvem empreendimentos empresariais que garantem a reprodução ampliada do capital e, por outro lado, desconsidera pequenos produtores e trabalhadores do campo que não têm seu

espaço reconhecido nesse processo; as ações estatais têm privilegiado grupos sociais detentores de poder econômico e político.

As forças políticas no Rio Grande do Norte têm se organizado em torno do monopólio das famílias Alves e Maia que estabelecem alianças, mudam filiações de partidos, buscam apoio com antigos opositores políticos com o objetivo de manterem-se no poder. Contrapondo-se aos grupos dominantes, emerge frente ao monopólio exercido por esses, a força da esquerda, destacadamente, o PT, que se coloca como representante das reivindicações e interesses da classe trabalhadora.

As famílias Alves e Maia conseguem aglutinar ao seu redor as forças políticas do Rio Grande do Norte, articulando aliados, refazendo relações que possam contribuir na manutenção da hegemonia no Estado. Apesar de disputarem o poder constantemente, em alguns momentos, de acordo com seus interesses, realizam alianças entre as famílias ou se dividem internamente nas famílias para apoiar candidatos diferentes. As relações se alteram continuamente, mas o poder de mando continua centralizado entre essas duas famílias.

Uma força política de destaque, com um caráter mais moderno, apresenta-se na figura da ex-prefeita de Natal/RN, Wilma Maria de Faria Meira, filiada ao Partido Social Brasileiro – PSB – e afastada da administração municipal para concorrer ao governo do Estado do Rio Grande do Norte nas eleições no ano de 2002. Sua participação na cena política surge, dentro da oligarquia “Maia”, antes de seu rompimento com o ex-marido, atual deputado federal pelo Partido da Frente Liberal – PFL –, Lavoisier Maia. Embora tenha sido eleita para a Prefeitura de Natal com o apoio dos Alves, tendo no cargo de vice-prefeito um integrante dessa família, Carlos Eduardo Alves (PSB), Wilma de Faria “rompeu” com essa família na articulação para disputa das eleições estaduais.

As relações entre o governo do Estado e o município de Touros retratam a disputa entre Alves e Maia, em nível estadual. O atual prefeito (PFL) recebe apoio dos Maia e tem oposição local de políticos ligados aos Alves que são filiados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Entretanto, isto não impede que, em determinados momentos, haja articulações com outros partidos, como o PMDB, para garantir sua liderança e de seus aliados.

Nesse momento, cabe caracterizar o município de Touros, uma realidade de inúmeros conflitos. O município de Touros situa-se na microrregião Litoral Nordeste, sendo ainda composta pelos municípios de Maxaranguape, Taipu, Rio do Fogo, Pureza, São Miguel de Touros²⁴ e Pedra Grande. Ocupando uma área de 821,6 km² Touros se destaca por sua extensão geográfica e pela vasta faixa litorânea.

As belezas naturais do município propiciam o desenvolvimento do turismo que tem recebido investimentos estatais através do asfaltamento e prolongamento de estradas que levam à cidade e às suas belas praias.

O solo privilegiado possibilita quase que totalmente o desenvolvimento da agricultura e pastagem permanente. A produção do abacaxi, 22.000.000 frutos/ano, e do coco-da-baía, 35.000.000 frutos/ano, em 1999, colocou o município como primeiro produtor dessas culturas no Rio Grande do Norte (ATLAS DO RIO GRANDE DO NORTE, 2002).

Estas potencialidades aliadas a subsídios e incentivos fiscais, a partir da década de 70, favoreceram a especulação fundiária, a corrida ao mercado de terras e à grilagem de terras de posseiros. Esse processo apresentou, na década de 90,

²⁴ Também conhecido como São Miguel do Gostoso.

uma reversão advinda do redirecionamento dessas políticas devido à crise recessiva internacional e às prescrições neoliberais (ARAÚJO, 2001).

Observe-se que o poder público de Touros não tem um programa de políticas públicas que contemple os interesses dos trabalhadores rurais. Tem-se, neste sentido, escassas ações que garantem os direitos básicos de sobrevivência; são ações focalizadas que fortalecem a cultura do “favor”.

As políticas voltadas à questão agrária direcionam-se aos latifundiários e às grandes empresas, privilegiando os interesses do capital em virtude das relações de troca de favores e de poder.

A luta dos trabalhadores frente à incessante exploração, expropriação e violência, desencadeada pelos latifundiários, empresas e grupos econômicos, tem sido travada por inúmeros trabalhadores rurais em Touros.

Inúmeros conflitos de terra, hoje assentamentos, ocorreram no município de Touros, principalmente, a partir da década de 80, tais como: o conflito de Lagoa do Sal entre o proprietário Joaquim Vitorino e os trabalhadores rurais que trabalhavam há bastante tempo na área, resultando no assassinato do trabalhador Manoel Edmilson de França. A desapropriação contemplou 13 famílias e a criação do assentamento se deu em 09/07/1987²⁵; o conflito na Fazenda Zabelê, latifúndio improdutivo, após a desativação da indústria de produção e beneficiamento de sisal, se deu por ser vedado o acesso dos trabalhadores à área. As famílias assentadas foram, no total, 337, e o assentamento foi criado em 21/12/1993; o conflito de Canto da Ilha de Cima que contemplou, ao ser desapropriada, 89 famílias, cuja criação do assentamento efetivou-se em 14/08/1995; o conflito de Lagoa do Jiqui, cujos

²⁵ O número de famílias contempladas nas desapropriações e a data de criação dos assentamentos são dados da FETARN (2001).

trabalhadores rurais enfrentaram o latifundiário Otto Leite da Fonseca, primeiro, em relação à ocupação as margens da Lagoa do Jiqui, área pública, e depois envolveu a Fazenda Capivara de sua propriedade. Esta foi uma luta em que, pela necessidade de sobrevivência, os trabalhadores foram alvos de muita violência, mas resistiram em busca da conquista da terra.

A área da Lagoa do Jiqui, próxima à sede de Touros, há muitos anos vinha sendo utilizada por trabalhadores rurais para a prática da pesca e da agricultura. A referida lagoa é uma área pública que nasce na Lagoa do Boqueirão, corta a cidade e deságua no mar. Durante o período do verão, as águas da Lagoa do Jiqui diminuem, tornando suas margens alagadiças e propícias à plantação de vários tipos de cultura.

A ocupação de um pedaço de terra, às margens da Lagoa do Jiqui, efetivou-se quando trabalhadores foram dispensados da fazenda em que trabalhavam, já que o proprietário iria utilizar a terra por eles cultivada para a plantação de capim destinado à pecuária. Os trabalhadores se reuniram, então, para encontrar alternativas diante da situação de desemprego.

A formação de um grupo de 138 famílias de agricultores, que vivia as mesmas dificuldades de sobrevivência, levou os trabalhadores a cultivar a área da lagoa, plantando macaxeira, batata doce, feijão, melão, melancia, entre outras culturas, por ter conhecimento que a área era pública e não pertencia a nenhum proprietário particular. “As 138 famílias estavam esperançosas em poder retirar da terra algo mais para sua sobrevivência.” (INFORMATIVO SAR, 1994)

Quando os trabalhadores haviam ocupado a terra e a estavam cultivando, contando neste momento do conflito com o apoio da Colônia de Pescadores do município de Touros, apareceu um grande latifundiário, Otto Leite da Fonseca, que

se apresentou como o proprietário daquela área e passou a requerer como sendo sua a posse da terra. “Segundo os agricultores, o Serviço de Assistência Rural (SAR), da Arquidiocese de Natal, e a Fetarn [sic] as terras não pertencem ao fazendeiro, conhecido por outras tentativas de grilagem na região.” (TRIBUNA DO NORTE, 1994)

Diante da permanência dos trabalhadores na área Otto Leite da Fonseca passou a usar o gado para destruir as plantações e a cortar as cercas colocadas pelos trabalhadores para proteger as plantações do gado.

Nesta trajetória de luta, os trabalhadores passaram a contar com o STR de Touros, entidade representativa dos trabalhadores, e do SAR que os assessoravam no processo de organização e resistência frente às ações de enfrentamento desse conflito.

Com a continuidade da luta, os trabalhadores acamparam na Fazenda Capivara, propriedade daquele que alegava ser o dono das terras às margens da Lagoa do Jiqui, reivindicando que esta fosse totalmente desapropriada por ser considerada improdutiva.

Frente à resistência das famílias²⁶ o latifundiário conseguiu uma liminar de reintegração de posse, expulsando os trabalhadores que estavam lá acampados cultivando a terra. Este mandato de reintegração de posse foi expedido em novembro de 1993. Não seria este um intelectual a serviço das classes dominantes? Em Touros o poder judiciário esteve, historicamente, a serviço das classes dominantes.

²⁶ Em decorrência das ações violentas do proprietário e da demora na resolução do conflito, as famílias foram no decorrer do tempo abandonando a luta pela terra, resistindo das 138 apenas as 23 famílias que hoje se encontram assentadas.

Como enfrentamento à expulsão da terra, as famílias resolveram acampar na Fazenda Souza, também de propriedade de Otto Leite da Fonseca, no sentido de pressionar o fazendeiro a uma negociação. Lá instalados retomaram a plantação quando foram surpreendidos em agosto de 1996 pelo proprietário que “...de posse de novo mandato de reintegração de posse, juntamente com o oficial de justiça, dois delegados e diversos policiais armados, pessoas ligadas ao fazendeiros [sic], tornaram o acampamento em um campo de guerra.” (INFORMATIVO SAR, 1996)

A apreensão das ferramentas, a destruição das plantações, a queimagem das barracas e as ofensas morais deixaram exposta a violência²⁷ que estavam enfrentando os trabalhadores rurais em luta pela posse da terra.

Em um conflito que teve início desde 1993 e se estendeu até 1998, os trabalhadores enfrentaram o latifundiário, viram suas barracas e plantações destruídas, mas retornavam sempre a luta, no contínuo recomeçar de uma resistência.

Durante esse período, os trabalhadores estabeleceram uma aliança²⁸ com o MST, entidade de representação dos trabalhadores, como forma de encontrar possíveis encaminhamentos e soluções para o conflito. Mas, logo, as estratégias de enfrentamento, diferenciadas entre o STR e o MST, fizeram com que este se afastasse dos trabalhadores e do conflito.

²⁷ A violência e o tempo que durou o conflito contribuíram para que os trabalhadores rurais tenham dificuldades e às vezes não consigam precisar no tempo quando começou a luta, a época em que o MST entrou no conflito, como também a seqüência de despejos e ocupações à área.

²⁸ Devido à forma como o MST se inseriu no conflito de terra na área de Lagoa do Jiqui, participando da luta quando esta já se encontrava em andamento e a forma como os trabalhadores conceberam o MST não como seu representante e, sim, como aliado, podemos considerar que se estabeleceu uma aliança entre eles.

Para mais uma ação de despejo, os trabalhadores encontraram como solução acampar na Fazenda Bom Jesus²⁹, pertencente à Paróquia de Touros, terra cedida pela Igreja Católica. Entretanto, eles refletiram e decidiram voltar a acampar na Fazenda Capivara, utilizando como tática a construção de uma grande barraca, metade na terra do Bom Jesus e metade na Fazenda Capivara. Utilizaram o recurso de estarem acampados nas terras do Bom Jesus, quando o conflito se acentuava e nas terras da Capivara cultivando suas plantações quando se acalmavam as tensões.

Fruto dessa estratégia de luta e da resistência das 23 famílias acampadas, foram desapropriados, no dia 17/07/1998, 224 hectares de terras do total dos 709 hectares que era reivindicado. A fazenda nos seus 709 hectares não foi desapropriada sob a alegação de que somente tinham escritura os 224 hectares desapropriados.

Para além desta justificativa, o que houve foi falta de pressão dos trabalhadores e entidades envolvidas no conflito, STR de Touros e SAR, já que a terra era improdutiva e por não ser escriturada, não existindo proprietário particular, pertencia ao Estado, devendo ser desapropriada pelo INCRA por estar dentro dos critérios de desapropriação.

Contribuiu para isso as relações pessoais entre o proprietário, seus familiares e alguns técnicos do INCRA, que se hospedavam na residência do proprietário da fazenda, realizavam vistorias sem querer a presença dos trabalhadores e outras situações que apontaram relações de poder perpassando o processo de disputa pela terra.

²⁹ Fazenda que foi alvo de tentativa de grilagem feita pelo latifundiário em questão.

Esta situação indica que não houve forças para lutar e exigir do INCRA a desapropriação dos 709 hectares de terra, tendo os trabalhadores aceitado a posição e o laudo daquele órgão, enquanto representante do Estado na questão agrária, acerca da desapropriação de apenas uma parte da fazenda.

O problema do conflito foi resolvido, mas permanecem as reivindicações por créditos e pela infra-estrutura básica do assentamento. Atualmente, as casas estão sendo concluídas, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA – se encontra em fase de conclusão e o projeto de eletrificação está programado para o término das casas. Outras reivindicações, como assistência técnica, serão encaminhadas ao INCRA pela associação do assentamento que tem tido um acompanhamento não muito sistemático do STR. A ação continua para trazer desenvolvimento ao assentamento São Sebastião II³⁰, antiga área em que se deu o conflito de Lagoa do Jiqui.

Compreendemos, neste sentido, que a questão agrária brasileira tem suas raízes no modelo de desenvolvimento capitalista que as classes dominantes têm adotado historicamente, baseado na existência de latifúndios e na expropriação e exploração do trabalhador rural; questão agrária, histórica, que existe não apenas no Brasil, mas também em países da América Latina e em outros continentes, embora apresente particularidades.

Tem-se, pois, uma questão agrária agravada pelas mudanças conjunturais, apontando uma luta desigual entre proprietários latifundiários que têm o aval do Estado e segmentos de trabalhadores do campo que demandam terra, evidenciando

³⁰ A criação do assentamento se deu através do processo nº 0071 de 22/10/1999.

a urgência de uma reforma agrária que incorpore e contemple as necessidades e os interesses desses trabalhadores.

Salientamos que nas lutas das classes subalternas têm existido, historicamente, conflitos intraclasse social, que se estabeleceram entre os escravos livres e os imigrantes que vieram para o Brasil, em que existia o mito de que os imigrantes eram mais competentes que os escravos, o que foi agravado pela questão racial, inviabilizando uma luta política que unisse esses dois segmentos de trabalhadores. Conflitos esses, existentes nos movimentos sindical e social, nos partidos políticos e entre integrantes de uma mesma classe social, apontando uma relação que é permeada de embates, recuos, conquistas e lutas por hegemonia.

*Empunha os instrumentos de trabalho
e cultiva a terra. Assim, estarás lutando para dela
retirares o teu Pão!*



CAPÍTULO II – A TRAJETÓRIA DE LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS DE LAGOA DO JIQUI

O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um ‘gênio filosófico’, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais.

Antonio Gramsci
Concepção Dialética da História

Conforme colocamos anteriormente, compreender a questão agrária e a luta pela terra implica analisar as determinações sócio-econômicas-políticas-culturais que configuram esse real, apreendendo as relações de aliança, oposição e antagonismo que se estruturam nesse processo de luta pela terra entre grupos e classes sociais. A apreensão dessa totalidade pressupõe analisar, além da aparência, a sua essência, através da relação dialética entre o universal, o particular e o singular.

Considerando a complexidade desse real, o conflito de terra, na área da Lagoa de Jiqui, encontra-se inserido na totalidade, em que na singularidade desta realidade estão presentes a particularidade e a universalidade. Esta luta faz parte de uma luta histórica que tem sido travada por trabalhadores que vivem do trabalho na terra.

Nesta perspectiva, realizaremos um resgate da trajetória de luta dos trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui, em que traçaremos o perfil desses trabalhadores, a deflagração do conflito, a organização e a luta das famílias envolvidas no conflito pela posse da terra.

2.1 Trabalhadores rurais em luta pela terra: o perfil dos entrevistados

O quadro de elevada concentração da propriedade da terra se constitui em elemento central para os conflitos de terra e como um dos determinantes para as migrações no campo, o que têm provocado o inchaço das cidades, o desemprego e a miséria, intensificando os problemas urbanos³¹, expressos na questão social.

A estrutura fundiária, concentrada, apresenta o monopólio da terra, exercido pelo capital, representado pelas classes dominantes, que diminuem a área para o cultivo de grãos e alimentos, provocando a redução dos postos de trabalho, gerando parcelas de trabalhadores expulsos do mercado de trabalho e o aumento da pobreza dos trabalhadores que têm, na terra, seu meio de sobrevivência. “Assim, tanto a pecuária como a extração [florestal] podem aparecer como subproduto da própria especulação fundiária, na medida em que essas atividades passam a constituir formas de simples ocupação da terra e não objetivo fundamental de produção. Isto de certa forma acentua a concentração da propriedade da terra.” (SILVA, 1978, p.94-95)

Esse modelo agrário promovido pelo modo de produção capitalista aponta uma realidade excludente e perversa e um processo de resistência dos trabalhadores frente às relações de exploração. Essa situação mostra que

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência

³¹ Os rebatimentos da questão agrária no meio urbano revelam que a luta pela terra e pela reforma agrária envolve a classe trabalhadora, do campo e da cidade, em torno de uma luta por trabalho, base de produção e reprodução social.

na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. (FERNANDES, 2001, p.23-24)

A atual situação no campo³² evidencia que os investimentos realizados pelo governo federal têm, predominantemente, beneficiado grandes latifundiários, oligarquias agrárias, grandes empresas e grupos econômicos, culminando com o aumento da concentração fundiária e a expropriação dos trabalhadores rurais da terra, como também com as diversas formas de violência de que são alvos os trabalhadores do campo.

Diante dessa situação, a luta pela terra é uma luta dos trabalhadores rurais contra o processo crescente de expropriação, expulsão e exploração a que estão submetidos e de resistência para poder continuarem vivendo na terra. É uma luta de classes histórica que vem sendo travada entre as classes dominantes e as subalternas. Enfim, uma luta da sociabilidade do trabalho contra a sociabilidade do capital, que produz imensas desigualdades e a intensificação da exploração do homem pelo homem, na qual se perde a dimensão de liberdade, justiça e equidade.

A sociabilidade do capital³³ tem ganhado terreno sobre a sociabilidade do trabalho, em virtude do processo de globalização financeira que possibilita que se estabeleça uma aliança entre as várias frações das classes dominantes brasileiras em que estas conseguem "...que o pacto burguês se articule da forma tal como está

³² Esta situação pode ser constatada nos seguintes dados: "...apenas 1% dos 4,8 milhões [de] estabelecimentos controlam quase a metade de todas as terras legalizadas no Brasil." (STÉDILE, 2000, p.36)

³³ Esta nova fase de acumulação capitalista, baseada na globalização financeira e nas prescrições neoliberais, tem favorecido o predomínio do capital financeiro sobre o capital produtivo. Produz, ainda mais, o predomínio da sociabilidade do capital frente à sociabilidade do trabalho.

articulado, do ponto de vista econômico e do ponto de vista político.” (OLIVEIRA, 2001, p.55)

Fundamentadas nesta aliança, as classes dominantes têm conseguido impor o seu domínio econômico-político e ideológico frente às classes subalternas, intensificando a opressão àqueles que vivem do trabalho, no intuito de garantir a hegemonia do capital.

Para ANTUNES (1999), a classe trabalhadora³⁴ hoje é a classe-que-vive-do-trabalho em que a heterogeneidade e complexidade que vem assumindo advêm das mudanças no mundo do trabalho, enquanto novas formas de acumulação e reprodução do capital.

As novas configurações no mundo trabalho têm rebatimentos na sociabilidade do trabalho, impondo a fragmentação e desorganização ao coletivo de trabalhadores. Prevalece a sociabilidade do capital em que a produção social é cada vez mais coletiva e a apropriação das riquezas é cada vez mais privada.

...na mesma medida em que, com o modo de produção capitalista, se desenvolve a força produtiva social do trabalho, cresce também a riqueza acumulada em oposição ao operário, como **riqueza que o domina**, como **capital** [grifos do autor]; estende-se frente a ele o mundo da riqueza como mundo alheio e que o domina, e na mesma proporção se desenvolvem, por oposição, sua pobreza, indigência e sujeição subjetivas. Seu **esvaziamento** e essa **abundância** [grifos do autor] se correspondem e andam a par. (MARX, 1978, p.92)

³⁴ A classe trabalhadora é um tema que se encontra em discussão, haja vista, atualmente, a sua heterogeneidade colocar em pauta a existência ou não da classe trabalhadora e a afirmação ou negação da centralidade do trabalho. Existe uma dificuldade devido à heterogeneidade em precisar essa classe. ANTUNES (1999) concebe classe-que-vive-do-trabalho, iremos considerar classes subalternas.

No processo de enfrentamento a lógica do capital, os trabalhadores rurais têm realizado diversas formas de resistência e este embate tem provocado o aumento dos conflitos no campo, como a luta para permanecer e ter acesso a terra na área de Lagoa do Jiqui.

Os trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui, atualmente assentados³⁵, são casados e oriundos, em sua maioria, de Touros e alguns de Pureza e João Câmara, municípios do Estado do Rio Grande do Norte. O histórico da luta desses trabalhadores envolve segmentos sociais, tais como pequenos rendeiros³⁶, sem-terra, diaristas, que sobreviviam do trabalho na terra e de outros trabalhadores que desenvolviam atividades diversas de pedreiro e pescador, que se encontraram na situação de desempregados e impossibilitados de estarem provendo a sua sobrevivência e de sua família. As entrevistas dos trabalhadores rurais retratam essa realidade:

...eu trabalhava arrendado na fazenda próxima aqui de doutor Mauro Júnior, trabalhava como rendeiro. Então, quando foi em 93 ele pediu o terreno que ia botar o gado que era naquela seca de 93 e a gente ficou sem trabalhar... (J. G.)

Pagava renda. E a gente plantava três leirão, quer dizer, de três não era da renda a gente só tinha direito a dois. A roça também do mesmo jeito a gente pagava renda. (M.V.)

³⁵ Segundo dados do INCRA (2001), o Projeto de Assentamento São Sebastião II tem uma população de 116 pessoas, composta de 35 crianças menores de 14 anos, 19 jovens maiores de 14 anos e menores de 21 anos, 31 mulheres maiores de 21 anos e 31 homens maiores de 21 anos.

³⁶ Pequenos rendeiros são aqueles trabalhadores "...que pagam, ao proprietário da terra, renda em trabalho, renda em produtos, ou mesmo uma renda em dinheiro (em proporção fixa ou variável da sua produção), mas onde é sempre presente alguma forma de coerção extra-econômica." (SILVA, J. G., 1994, p.80)

O trabalho de arrendamento revela a subordinação e exploração a que estavam subjugados aqueles trabalhadores ao proprietário da terra, em que estes tinham, como pagamento pelo uso da terra, uma parte da produção.

A ocupação da área de Lagoa do Jiqui foi pensada quando trabalhadores, pequenos rendeiros que pagavam uma renda pelo cultivo da terra em situação de subalternidade frente a um grande proprietário da região, se viram privados de continuarem nela trabalhando, em virtude da substituição de suas culturas de subsistência pela pecuária extensiva.

São famílias de agricultores, com experiências diversas de vida, em que a terra significa trabalho, geração de renda, produção, alimentação, a possibilidade de viver com dignidade; enfim, a vida, sobretudo!

A ocupação e sobrevivência dos trabalhadores rurais além de estarem relacionadas, predominantemente, à agricultura, também se voltavam à realização de outras formas de trabalho.

No acampamento e, atualmente, assentamento, existe uma predominância de famílias com uma numerosa quantidade de filhos, resultado da inexistência de um planejamento familiar que advém da forma em que se estrutura e se organiza a atual política de saúde pública. Ademais, o fato de a religião católica³⁷ ser a única existente no acampamento, a qual se contrapõe em suas diretrizes a qualquer método contraceptivo que não seja natural pode ter contribuído para a constituição de famílias com numerosa quantidade de filhos.

³⁷ Considerando que a Igreja Católica não é homogênea se, por um lado, ela pode contribuir com sua cultura e valores para a subalternidade das classes subalternas, por outro lado, ela pode fortalecer a resistência destas classes frente a esta sociedade desigual e injusta. Assim, setores progressistas da Igreja têm outra postura, aceitando até o aborto em determinadas situações, como é representativo desta questão o trabalho da teóloga Ivone Gebara.

Ressaltamos, por outro lado, que as famílias com menor número de filhos são aquelas em que os pais mais jovens tiveram informações sobre o planejamento familiar para poderem ter condições de lhes proverem alimentação, educação, saúde, habitação, lazer, isto é, uma vida digna e diferente daquela que eles tiveram até hoje: uma vida marcada pela violação, negação e luta de seus direitos. A fala da trabalhadora rural descreve essa situação:

Que até hoje a gente está aqui, mas estamos lutando para ter as nossas condições de vida melhores, para dar o estudo aos nossos filhos para no futuro eles terem o futuro deles. (A. J.)

A ausência de condições para o cultivo da terra impossibilita os trabalhadores de produzirem e de garantirem uma renda fixa³⁸, advinda da agricultura, levando alguns deles a desenvolverem atividades complementares³⁹ que possam assegurar alguma renda. Entretanto, o cultivo da terra continua a ser essencial para àqueles que têm nela o trabalho e a reprodução de sua própria vida.

Como consequência do trabalho, desde cedo, na agricultura, existe uma grande parte de trabalhadores não alfabetizados e uma outra com baixo nível de escolaridade, uma vez que esta atividade consome uma grande quantidade de tempo, dificultando-lhes a possibilidade de dedicação aos estudos. Esta situação não se alterou quando adultos, tendo em vista que tiveram de garantir a sua sobrevivência e de sua família. Aliado a isto está o fato de até bem pouco tempo não haver escola na área rural ou não existir escola em um local de fácil acesso para os

³⁸ A aposentadoria de alguns trabalhadores se constitui como a única fonte de renda fixa, para algumas famílias.

³⁹ Alguns trabalhadores, na fase atual de construção das casas do assentamento, assumiram atividades de pedreiro e de responsabilidade em tomar conta do material de construção.

trabalhadores rurais. Contudo, em relação aos filhos desses trabalhadores a situação não é a mesma, pois os pais encaminham seus filhos à escola com o objetivo de que a educação seja a porta de entrada para uma vida diferente daquela que eles têm.

O baixo nível de escolaridade é um traço característico, também, na luta dos trabalhadores sem-terra, em nível nacional, o que impulsionou o MST a ter como prioridade a educação de crianças e alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos, como forma de reverter esta situação. Mas, o que está subjacente a ela? A questão que se coloca é a de que os investimentos do governo federal são voltados, prioritariamente, para a área econômica. Assim, a política educacional não é prioridade, não possibilitando condições para que a população rural tenha acesso à educação e que esta considere sua cultura e valores. A educação no assentamento, destinada apenas aos adultos, mostra a precariedade das condições da “escola”, que funciona em uma sala improvisada, e do corpo docente em que a professora falta várias vezes na semana.

A inexistência e baixa escolaridade dos trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui dificulta e, algumas vezes, impossibilita o acesso a informações e à apropriação de conhecimentos, repercutindo na forma de pensarem a realidade em que estão inseridos e na percepção que eles têm da situação de subalternidade em que vivem.

Aqueles trabalhadores que possuem um maior nível de escolaridade apresentaram no resgate que fizeram da luta uma análise reflexiva-crítica mais ampla do que os outros que não possuem esse nível de escolaridade. Essa visão, contudo, é permeada de contradições.

O conhecimento das determinações da luta pela terra, mesmo que apropriado em níveis diferenciados, ao qual fundamentou a luta dos trabalhadores, tornou-se possível pelo trabalho pedagógico-político desenvolvido pelo STR de Touros, SAR e MST com aqueles trabalhadores rurais.

As famílias acampadas na área de Lagoa do Jiqui tinham participação no conflito geralmente através dos homens, o que mostra as relações desiguais entre homens e mulheres, em que os homens têm, historicamente, ocupado os espaços públicos, restando, às mulheres os espaços privados, domésticos. Apesar das desigualdades nas relações de gênero, destacaremos a participação de uma trabalhadora rural que evidencia, apesar da baixa escolaridade, uma compreensão mais ampla da luta pela terra e da opressão da mulher.

Eu queria arranjar, fazer um trabalho fora para ganhar algum tostão, mas ele [o marido] tinha um preconceito que achava que mulher se ia arranjar um trabalho fora era para fazer coisas erradas. Eu fiquei calada. Quando foi nas três reuniões eu disse a ele olhe eu entrei no movimento que você queira ou não agora eu vou decidir. É uma coisa que eu gosto, sabe que sou agricultora e eu tenho que batalhar por alguma coisa. Ele reclamou que aquilo não dava certo, que não ia dar certo, eu fui e enfrentei ele mesmo e fomos a luta. (A. J.)

Embora este seja um exemplo de enfrentamento e resistência frente à dominação masculina, no acampamento este foi um caso isolado e mostra o predomínio de relações machistas neste espaço rural. Todavia, não podemos deixar de mencionar que este caso é representativo de uma realidade em nível nacional, na qual as mulheres, cotidianamente, vêm lutando e alcançando várias conquistas nos diversos espaços sociais ao se contraporem à cultura dominante de machismo e de opressão frente à mulher.

Fruto da forma como as relações de gênero vêm se organizando na sociedade, as mulheres quando desenvolvem, no caso das trabalhadoras rurais, um trabalho no lote este é geralmente considerado como extensão de suas atividades domésticas. Isto demonstra as desigualdades nas relações de gênero que por diversos fatores como a forma de perceber seu trabalho na roça e não querer quebrar a harmonia no lar corroboram para a dominação masculina e impõe dificuldades para as mulheres, mesmo cientes destas desigualdades, romperem a forma como tais relações se configuram (FILHA, 2002).

Destacamos também que a única mulher⁴⁰ trabalhadora rural entrevistada tem participado de diversos espaços públicos, assumindo cargos na diretoria do STR de Touros e na associação do assentamento, além de participar do Movimento de Mulheres e de ser filiada ao PT. Isto mostra a compreensão, mesmo não explicitada, da participação da mulher nos espaços públicos e de sua contribuição e importância nas discussões acerca da realidade em que vive.

É importante colocarmos que os trabalhadores rurais, entrevistados, em sua totalidade, são sindicalizados e que uma parte deles é filiada ao PT e a outra não têm filiação partidária, votando por simpatia em qualquer político. Esta participação política demonstra que não existe uma relação com o nível de escolaridade dos trabalhadores, haja vista, entre os trabalhadores filiados ao PT, existirem alguns com maior e outros com menor nível de escolaridade.

Tal participação pode advir da luta e da própria formação dos trabalhadores, o que representa um avanço à participação de alguns deles em partidos políticos e demonstra uma visão mais ampla da importância de inserção nestes espaços.

⁴⁰ Esta foi a única mulher entrevistada em virtude de ter participado e se destacado desde o processo de organização para ocupação de um pedaço de terra às margens da Lagoa do Jiqui até o momento em que o assentamento está se estruturando. As outras mulheres tiveram uma participação reduzida no conflito.

A participação política e a luta dos trabalhadores pela conquista da terra e pelo desenvolvimento do assentamento apresentaram contradições e limites, superados ou não e, desafios, conquistados ou não, no decorrer desta trajetória.

Esse quadro mostra a situação sócio-econômica e política-cultural que configura a realidade da vida cotidiana dos trabalhadores de Lagoa do Jiqui, revelando as relações de gênero, as condições de reprodução, educação e participação política desses trabalhadores rurais.

2.2 Identidade de classe social: limites e desafios

O conflito em torno da terra expressa uma histórica situação de subalternidade econômica, política e ideológica, vivenciada pelos trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui, dificultando-lhes a luta por seus interesses de classe nos diversos espaços sociais e ao rompimento de sua subordinação. Esta subalternidade que vivenciam mostra que eles se encontram em estágio de consciência crítica em construção, decorrente do objetivo de apenas atenderem às suas necessidades imediatas de sobrevivência. A situação de desemprego que colocava em risco sua subsistência e de sua família foi o determinante da organização dos trabalhadores. Dessa forma, trabalhadores rurais evidenciam a necessidade da terra:

...ninguém tinha onde trabalhar. E precisava de terra para trabalho. O fato é que até hoje em dia ainda estamos trabalhando na terra. O motivo foi esse. (S. D.)

...só a agricultura mesmo quem ia dar tudo para gente porque emprego só para quem tem muito estudo, para quem tem pouco estudo não adianta a pessoa está lutando pelo emprego para não dar para sobreviver. E a agricultura eu tenho certeza que dá. (L. G.)

A terra se apresentava como alternativa para a falta de trabalho e fonte de subsistência; terra que significa possibilidade de uma vida melhor e mais digna para aqueles trabalhadores e suas famílias que dela vivem. Entretanto, suas reivindicações não têm articulação com reivindicações coletivas e movimentos sociais mais amplos da sociedade.

As ações e reivindicações, voltadas ao limite de interesses econômicos e não associadas às questões políticas, mostram que a consciência dos trabalhadores se restringe ao nível econômico-corporativo, não tendo atingido a dimensão política coletiva, mesmo que alguns trabalhadores sejam sindicalizados e filiados ao PT, o que revela contradições presentes neste processo de desenvolvimento de uma consciência crítica. Isto aponta a importância de superação desse momento através da catarse em que ocorre

...a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) para o momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa também a passagem do 'objetivo ao subjetivo' e da 'necessidade à liberdade'. A estrutura, qual força exterior que esmaga o homem, assimila-o a si, torna-o passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas. (GRAMSCI, 1978a, p.57-58)

Tal passagem representa a transformação de *classe em si* em *classe para si*, em um processo permeado de contradições e embates, em que os trabalhadores ultrapassam o momento econômico-corporativo para o momento político-coletivo. Neste processo, eleva-se a consciência em nível espontâneo, em uma construção coerente e crítica de uma visão de mundo, para o nível político, na qual alcança-se a consciência de classe social, elaborando uma vontade coletiva nacional para, desta forma, criar estratégias de luta pela hegemonia, no intuito de construir uma nova

realidade social, política e cultural. “A formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível se as grandes massas dos camponeses cultivadores não irrompem **simultaneamente** [grifo do autor] na vida política.” (GRAMSCI, 1989, p.8)

Concebendo ser, este, um movimento dialético, existem alguns momentos para que haja a concretização da consciência política coletiva. O primeiro momento é o econômico-corporativo, cujas pessoas percebem-se em uma mesma situação de classe, através da união em torno de sua situação econômica. Um segundo momento representa a ampliação da consciência social no campo econômico, no reconhecimento do Estado como instância legitimadora e participativa. E, finalmente, em um salto qualitativo, a superação da consciência corporativa para uma consciência crítica, em que se realiza, além da unidade entre interesses econômicos e políticos, entre o intelectual e o moral.

A consciência política coletiva em elaboração pelos trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui é permeada por contradições, haja vista os trabalhadores submetidos ao domínio ideológico das classes dominantes, no qual interiorizam e absorvem a sua cultura, apresentarem, em alguns momentos, resistência e enfrentamento a essa dominação.

Por considerar as contradições inerentes ao movimento de transformação de uma consciência, é imprescindível salientarmos que a assimilação e reprodução da cultura dominante efetiva-se, simultaneamente, à sua negação pelos trabalhadores subjugados ao poder ideológico do capital. Ocorre, desta maneira, a aceitação e rejeição, o conformismo e a resistência, duas faces de uma consciência crítica embrionária e em desenvolvimento.

Elaborar uma concepção de mundo de forma coerente envolve a passagem de uma consciência superficial a uma consciência crítica, que se desenvolve a partir

da experiência prática, dos problemas enfrentados no cotidiano, aliado a um processo pedagógico e político que lhes possibilitem superar a passividade em que se encontram e alcançar uma consciência de classe social. Assim, “pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e de agir.” (GRAMSCI, 1978b, p.12, nota 01)

Analisando as classes e identidade de classes, OLIVEIRA (1987) coloca que a construção de uma identidade de classe encontra obstáculos na existência de novos grupos sociais, inseridos diferentemente no processo produtivo e no mercado de trabalho. A individualização de interesses, que se define a partir dessa inserção diferenciada, não favorece aos trabalhadores um reconhecimento de estarem em uma situação de opressão frente ao capital e de um sentimento de pertencimento social, dificultando a construção de um projeto político de classe.

Ao se encontrarem em situação de submissão e subordinação econômica, política e ideológica em relação às classes dominantes, os trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui integram as classes subalternas. Assim,

...incluem-se, no âmbito das classes subalternas, todos os segmentos da sociedade capitalista que não possuem os meios de produção e estão, portanto, sob o domínio econômico, político e ideológico das classes que representam o capital no conjunto das relações de produção e das relações de poder [grifo da autora]: assalariados dos setores caracterizados como primário, secundário e terciário (elementos dos setores produtivo e improdutivo); os que exercem atividade manual e os que exercem atividade não-manual e intelectual. Incluem-se, ainda, os segmentos não-incorporados ao mercado de trabalho, que são os trabalhadores em potencial, inclusive o exército industrial de reserva, que é um segmento extremamente funcional ao capitalismo. (CARDOSO, 1995, p. 62-63)

A organização das classes subalternas em que seus interesses e vontades alcançam um certo grau de homogeneidade, desenvolvendo uma vontade coletiva nacional, através de uma reforma intelectual e moral, impulsiona a luta, a fim de conquistar a hegemonia. Essa luta parte da necessidade que têm as classes subalternas de construir sua própria concepção de mundo, libertando-se do domínio ideológico das classes dominantes e construindo novas relações societárias. Tem-se uma

Nova cultura que supere o pensar desagregado e ocasional e os componentes nele presentes que foram impostos mecanicamente do exterior. E permita às classes subalternas elaborarem sua própria concepção de mundo de maneira crítica e consciente, participando de sua própria história como **guias de si mesmas** [grifo da autora]. (...) A criação de uma nova cultura implica, assim, a elaboração de um pensamento superior ao senso comum... (IAMAMOTO, 2001, p.91)

Ou seja, uma cultura que sedimente um pensar crítico e consciente, alicerçando a superação da passividade e alienação das classes subalternas, conduz a uma consciência política coletiva, a um pensar coerente e unitário, percebendo a sociedade numa perspectiva de totalidade; sociedade capitalista desigual e excludente.

Fundamental para alcançar o nível de consciência política coletiva é a relação entre teoria e prática em um exercício reflexivo-crítico da sociedade, em uma relação dialética entre a formação/informação e o cotidiano concreto de suas vidas. A compreensão de como a realidade se apresenta, articulando-a com os problemas vivenciados cotidianamente pelos trabalhadores, favorece o entendimento e a análise dos determinantes sócio-econômico-político-culturais da realidade vigente.

A consciência de fazer parte de uma determinada força [sic] hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um fato mecânico, mas um devenir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no senso de 'distinção', de 'separação', de independência apenas instintiva, e progride até à posse real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. (GRAMSCI, 1978b, p.21)

Uma visão de mundo, fundamentada na coerência e reflexão crítica, tem como pressuposto o conhecimento das faces da realidade, o que incita as classes subalternas a lutarem por uma nova hegemonia na qual se tem a direção política da sociedade. Para a construção e conquista de uma nova hegemonia, de acordo com GRAMSCI (1978a), papel importante tem o partido político revolucionário para desenvolver uma consciência política nas classes subalternas, por meio da organização coletiva e da elaboração de uma nova cultura.

O "Príncipe Moderno" é o partido da classe operária que pelo desenvolvimento histórico surge para ser expressão da vontade coletiva, tornando-a universal. Neste sentido, o "Príncipe" deve promover uma reforma cultural na classe trabalhadora, movendo suas vontades e ação política para proporcionar o desenvolvimento de uma vontade coletiva nacional popular. É este partido que tem a possibilidade de fundar um novo tipo de Estado.

Segundo GRAMSCI (1978b), tanto o partido quanto os intelectuais têm sua contribuição na elaboração de uma consciência política coletiva das classes subalternas. Daí a importância no conflito de terra, na área de Lagoa do Jiqui, dos intelectuais como o STR de Touros, SAR e MST para fortalecer a organização e a luta dos trabalhadores, contribuindo para a formação de uma nova cultura. Nesse contexto, o partido político também estaria presente, participando da elaboração dessa visão de mundo, no entanto, os representantes das oligarquias "Alves e Maia"

que disputam e revezam o poder local impossibilitam o partido de esquerda ter visibilidade, estando o PT em uma fase embrionária no município.

O desenvolvimento de uma consciência política coletiva, tanto se dá pelas condições objetivas, quanto pelas condições subjetivas. As experiências cotidianas e um processo de formação política, que resgate as experiências de luta dos trabalhadores, produzem uma consciência crítica nas classes subalternizadas. A sistematização coerente dos problemas colocados por essas classes subalternas compreende a missão do partido, que é a de politizá-las.

A luta pela hegemonia é a luta entre as classes subalternas e as classes dominantes que administram o poder do Estado e o aparato jurídico, político e econômico, exercendo seu domínio político, econômico e ideológico sobre as classes subalternas. As classes dominantes, ao imporem sua dominação, têm como objetivo impedir o despertar de uma consciência política coletiva das classes subalternas, a constituição e fortalecimento de uma vontade coletiva e de um processo contestatório dessa sociedade desigual.

...tôdas [sic] as lutas históricas, quer se processem no domínio político, religioso, filosófico ou qualquer outro campo ideológico, são na realidade apenas a expressão mais ou menos clara de lutas entre classes sociais, e que a existência, e portanto também os conflitos entre essas classes são, por seu turno, condicionados pelo grau de desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e pelo seu modo de troca, êste [sic] determinado pelo precedente. (ENGELS, 1986, p.12)

Consideramos que essas lutas têm, como essência, uma luta contra o capital. São lutas que acontecem, historicamente, entre classes dominantes e classes subalternas, entre o capital e o trabalho, em que o primeiro, representado pelas

classes dominantes, subjuga e oprime trabalhadores do campo e da cidade, impondo-lhes seu poder.

As lutas por terra que se travam entre trabalhadores rurais e grandes proprietários expressam uma correlação de forças entre trabalhadores e latifundiários, grandes empresas e grupos econômicos que buscam fortalecer a sociabilidade do capital. “A luta contra o capital é uma forma de resistência. Está inserida numa perspectiva de transformação da sociedade.” (FERNANDES, 2001, p. 46)

Destacamos que a luta pela terra e pela reforma agrária configura-se como manifestação de uma resistência dos trabalhadores rurais contra a ofensiva do capital, ou seja, contra a expropriação e opressão a que estão submetidos, na perspectiva de romper com essa forma de relação.

Esta situação de opressão dos trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui frente aos grandes proprietários da região em que estes conseguem impor seu poder econômico e político evidencia-se quando os trabalhadores rurais afirmam:

Que o proprietário comprava tanto assim de terra e tomava conta do meio do mundo todo. E hoje nós estamos numa situação que nós não temos as terras para trabalhar. (M. V.)

...os proprietários começaram a cercar tudo o que foi terra e nos obrigaram a sair da terra. E a gente ficou sem terra que anteriormente não existia essa coisa de se ocupar terra porque tinha muita terra, tinha onde se trabalhar. (P. J.)

Na visão dos trabalhadores, ocorre a grilagem de terras, em que os proprietários da região compravam uma determinada quantidade de terras e cercava

além do que era de sua propriedade, apropriando-se de grandes áreas e deixando os trabalhadores sem terra para trabalhar.

Apesar de vivenciarem a situação de subordinação aqueles trabalhadores têm dificuldades em reconhecer que, historicamente, seus direitos vêm sendo negados e isto pode ser constatado na aceitação, em alguns momentos, e negação, em outros, aos valores e às ações que contribuem para a dominação e opressão diante dessa realidade. Realidade esta em que as classes dominantes da região conseguem imprimir a lógica da reprodução ampliada do capital, através da exploração da força de trabalho e da concentração da propriedade da terra.

O monopólio da propriedade da terra, enquanto fonte de poder político e econômico e expressão de poder e riqueza, constata-se nos elevados índices de concentração fundiária e na crescente pauperização e miséria dos trabalhadores do campo que, devido a esta situação, organizam-se para se contraporem aos seus opressores.

Existe no meio rural uma violência estrutural. Uma violência que decorre da estrutura da posse da terra, do poder econômico dela resultante, do controle político que os senhores das terras fazem sobre a população local. Essa violência mantém enormes contingentes populacionais condenados à miséria, à fome, à dependência, à mendicância, impede que seus filhos tenham acesso à escola, controla seus votos, sua participação política. (...) Essa violência permanente, estrutural que impede que os trabalhadores rurais sejam de fato cidadãos independentes, que possam ter um futuro, e melhorar suas condições de vida é a pior violência que pode existir contra os sem-terra, porque os transforma em excluídos de tudo. (STÉDILE, 2000, p.42-43)

No desenvolver da luta pela terra, as relações entre trabalhadores e o movimento sindical, ONG's, MST, entre outras entidades, contribuem na estruturação e coesão da organização coletiva dos trabalhadores para se

contraporem às ações desencadeadas pelo latifundiário e seus prepostos, as quais incidem diretamente na vida dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, estas relações contribuem para as divergências e os conflitos intraclasse social, provocando a insegurança dos trabalhadores que não conseguem acompanhar os motivos determinantes dessas discordâncias entre as entidades que desenvolvem uma ação de apoio aos trabalhadores rurais envolvidos no conflito.

2.3 A luta das famílias acampadas: construindo o processo de organização

A luta pela terra na área de Lagoa do Jiqui foi precedida por um processo de mobilização em que trabalhadores rurais vislumbravam, na referida área, à possibilidade de trabalho e sobrevivência na terra.

Mobilizados para a ocupar a terra, os trabalhadores que se encontravam em dificuldades de proverem a sua própria sobrevivência e de sua família, realizaram reuniões para discutir como e quando seria a ocupação, decidindo a melhor forma de sua realização. Estas reuniões contribuíram para intensificar laços de solidariedade e a união entre os trabalhadores, fortalecendo, assim, sua organização.

No período que antecedeu e logo após a ocupação os trabalhadores não realizaram nenhum processo formativo para que refletissem acerca da relação entre a realidade que estavam vivendo e a questão agrária brasileira, sendo esta problemática uma das expressões de como o capital se reproduz no campo.

O processo de mobilização e ocupação concretizou-se pela iniciativa apenas dos trabalhadores rurais, sem assessoria e aliança com nenhuma entidade que orientasse e capacitasse as famílias para analisarem de forma crítica a situação que

estavam vivenciando. Neste sentido, indagamos: será que não houve influência de inúmeras conquistas ocorridas no município de Touros? Supomos que houve, sim, essa influência, uma vez que os trabalhadores tinham conhecimento de várias lutas por terra e de conquistas no município e da participação de algumas entidades nestes conflitos, tais como SAR, STR de Touros e a Associação de Apoio as Comunidades do Campo – AACC.

Os trabalhadores tomam a iniciativa e somente depois da ocupação é que vão comunicar e buscar o apoio do movimento sindical e das entidades pastorais e populares que são comprometidas com as lutas dos trabalhadores. A orientação jurídica e política de condução do processo é dada após a ocupação, nas 'batalhas jurídicas', nas denúncias dos fatos e na formalização da solicitação de desapropriação da área... (SILVA, R. M. A., 1994, p.87)

A origem do movimento em Lagoa do Jiqui foi espontânea, em que os trabalhadores começaram a se reunir, a se organizar, ocuparam a área e, somente quando enfrentaram a resistência do pretense proprietário, procuraram apoio do STR e do SAR.

A ocupação da terra na área da Lagoa do Jiqui, área pública, efetivou-se em tese, pois as famílias não acamparam, ficando somente produzindo na terra: trabalhavam na área durante o dia e, à noite, retornavam as suas casas na cidade. O cultivo da área, nos limites de sua propriedade, levou o pretense proprietário Otto Leite da Fonseca a alegar que a área da lagoa era de sua propriedade e entrar em conflito aberto com os trabalhadores. A fala do assessor do SAR, que prestava assessoria aos trabalhadores, aborda essa questão:

...a escritura (...) dizia que a terra dele se defrontava de um lado com a terra do Bom Jesus, que é uma terra da Paróquia de Touros, e numa outra extremidade se

confrontava com uma levada que vinha água de uma lagoa. (...) Então, para nós claramente ficou identificado que a terra que os trabalhadores estavam trabalhando era uma terra livre. Olhando a escritura a terra do proprietário não adentrava nessa terra que os trabalhadores estavam trabalhando e o proprietário, pelo contrário, dizia que sim. Essa foi a questão central. (P. R.)

O enfrentamento com aquele que se dizia ser o proprietário legal daquela terra, e que usou da tática de intimidação, utilizando o gado e os cortes de cercas, impeliu os trabalhadores a estabelecerem novas relações, já que tinham somente como aliado a Colônia dos Pescadores⁴¹. A partir deste momento, houve a inserção do STR de Touros, entidade representativa dos trabalhadores, e do SAR, que a estes se aliou.

Para esclarecer a base de organização dos trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui, é importante conhecermos o papel desempenhado pelo SAR e STR de Touros.

O SAR, entidade ligada a Igreja Católica, foi fundado em 1949 a partir da preocupação da Igreja em evangelizar o homem do campo. Uma de suas primeiras ações no meio rural efetivou-se através de uma “volante de saúde” que percorria os municípios do Estado. Depois surgiu a Missão Rural Ambulante, cujas ações abarcavam assistência médica, educacional e orientação agropecuária, e, em 1954, a Missão Rural de Educação do Agreste, com sede em Nísia Floresta. Nesse momento, o SAR constatou a necessidade de capacitação das lideranças rurais.

O trabalho do SAR, através da Missão Rural, expandiu-se e, em 1958, foram criadas as Escolas Radiofônicas, cujo objetivo era a alfabetização de adultos e a conscientização e politização da população rural. Em 1960, o SAR voltou seu

⁴¹ A relação com a Colônia dos Pescadores se deu apenas no momento inicial do conflito.

trabalho para a sindicalização rural, motivando os trabalhadores para a organização política por intermédio da capacitação das lideranças e assessoramento na fundação de sindicatos.

Com o surgimento de sindicatos foi fundada em 1962, no Rio Grande do Norte, a Federação dos Trabalhadores Rurais – FTR – à qual, no seu início, o SAR deu assessoria. Outro trabalho realizado pelo SAR foi o assessoramento para a organização de cooperativas de crédito mútuo, na área rural, e o treinamento das lideranças para atuarem nesse campo.

Após o Concílio Vaticano, em 1965, a Igreja passa a redefinir sua ação pastoral. A exploração e a miséria vivenciadas pela classe trabalhadora, tanto no Brasil, quanto na América Latina, levaram a Igreja a assumir a opção pelos pobres.

Nesta perspectiva, o SAR desenvolveu um trabalho de evangelização, com a finalidade de alcançar a libertação dos trabalhadores rurais, criando condições necessárias, embora parciais, para o surgimento de um homem novo e de uma nova sociedade. A Evangelização Libertadora, desenvolvida por essa Instituição, realizou-se em um contexto vivenciado pela Igreja Católica Latino-Americana, desde a década de 70.

A partir de 1978, o SAR redefiniu sua atuação direcionando a ação política da entidade para as questões da terra e da conscientização do trabalhador rural via organização e formação política e sindical.

Passou, então, a assumir uma prática orientada pelo Programa de Educação Política que possuía objetivos e procedimentos que ofereciam linhas de ação que se redefiniam ao longo do trabalho.

A participação do SAR no conflito teve início quando a entidade, em uma reunião no STR de Touros, tomou conhecimento, através de vários trabalhadores,

que eles estavam sendo impedidos de trabalhar, em uma terra livre, por um latifundiário que se dizia proprietário da terra. O SAR visitou a área e desde esse momento passou a assessorar os trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui.

O STR de Touros surgiu em fevereiro de 1964, mas, dois meses depois, foi extinto pela ditadura militar. Em 1971, foi recuperado e a partir de meados dos anos 70 e, principalmente, nas décadas de 80 e 90, se fortaleceu, travando inúmeras lutas em defesa dos trabalhadores rurais na região.

Considerado como STR de oposição sindical⁴² e tendo na direção Damião de França Pinheiro, este Sindicato enfrentou perseguição política, sofrendo a intervenção do Ministério do Trabalho, seu presidente foi ameaçado de prisão e de morte várias vezes, além de ser fichado na Polícia Federal. A combatividade do STR de Touros tanto contribuiu para a ampliação e fortalecimento da luta de posseiros e pequenos produtores, o surgimento de novas lideranças, a criação de núcleos do PT, quanto despertou o descontentamento de fazendeiros, empresários, comerciantes e políticos do município e da região, principalmente, nos anos 80 (ARAÚJO, 2001).

Em relação ao conflito de terra na área de Lagoa do Jiqui, o STR de Touros assumiu a orientação e organização dos trabalhadores rurais frente ao conflito, a interlocução entre os trabalhadores, o INCRA e o proprietário, bem como: custeava as viagens dos trabalhadores a Natal, a fim de resolver questões referentes ao conflito, realizando o pagamento do advogado e defendendo os trabalhadores nas ações de despejos, efetivadas pela polícia, entre outras atividades.

⁴² A partir dos anos 80 ocorreu uma cisão no sindicalismo rural, tendo como expressão a CONTAG e a CUT que assumiram propostas diferentes acerca da luta dos trabalhadores em direção de uma proposta de reforma agrária. Desta maneira, o sindicalismo rural no Rio Grande do Norte, cuja hegemonia era da CONTAG confrontou-se com o surgimento da oposição sindical nos finais dos anos 70 e início de 80 dentro da própria Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte – FETARN (ARAÚJO, 2001).

Estas novas relações conduziram a uma maior coesão e organização à luta coletiva empreendida pelos trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui, enquanto resistência às ações violentas desenvolvidas pelo referido latifundiário e seus funcionários que demonstravam o uso arbitrário do poder. A aliança dos trabalhadores com o SAR e a inserção do STR concretizaram-se a partir de interesses comuns correspondentes à luta em resistir às investidas do suposto proprietário e a permanecer na terra. O relato de um trabalhador rural atesta esta relação com o SAR:

...o SAR nos apoiou bastante, nos ajudou, em todas as horas ele sempre estava presente. (J. M.)

São importantes as alianças do movimento dos trabalhadores com as entidades, de forma que os trabalhadores possam sair do isolamento e superar o nível econômico-corporativo, no sentido de ter uma visão mais ampla de classe social.

As alianças de classe são fundamentais, como forma de fortalecer uma posição em relação a uma questão específica, como também a um movimento de reivindicações e defesa de direitos, com a finalidade de conduzir uma dada situação ou uma realidade a mudanças e transformações.

Concebemos que a realização de alianças, enquanto estratégia de luta, realiza-se quando integrantes de um mesmo grupo social se unem, por terem interesses comuns no encaminhamento de uma posição ou solução de um determinado problema enfrentado, ou quando grupos sociais percebem-se em uma mesma situação de exploração e opressão, de ausência de condições concretas que lhes assegurem sobrevivência e uma vida digna, unindo-se com o objetivo de buscar

o atendimento de suas reivindicações e a construção de uma sociedade justa e democrática.

Tem-se a união de classe entre categorias de trabalhadores da cidade e do campo, apontando a unificação de uma luta que se fortalece e se amplia pelo entendimento de pertencerem a uma mesma classe social, ao ser alcançado um certo nível de consciência política coletiva.

De acordo com GRAMSCI (1987), a aliança⁴³ entre operários fabris e camponeses constitui-se em uma unidade contra a opressão e dominação burguesa exercidas pelos proprietários, indústria e bancos, que subjagam as massas camponesas a uma situação de miséria. É a aliança entre cidade e campo em torno das mesmas aspirações e interesses que possibilita ao proletariado⁴⁴, juntamente com os camponeses, lutar pela superação do modo de produção capitalista, instituindo um novo tipo de Estado.

A regeneração econômica e política dos camponeses não deve ser buscada numa divisão das terras incultas ou mal cultivadas, mas na solidariedade com o proletário industrial, que precisa, por sua vez, da solidariedade dos camponeses, que tem 'interesse' em que o capitalismo não renasça economicamente a partir da propriedade fundiária, e tem interesse em que a Itália meridional e as ilhas não se tornem uma base militar da contra-revolução capitalista. (...) instaurando a ditadura operária, tendo em mão as indústrias e os bancos, o proletário dirigirá o enorme poder da organização estatal para apoiar os camponeses em sua luta contra os proprietários e contra a miséria... (GRAMSCI, 1987, p.77)

⁴³ As alianças são abordadas por Gramsci com base na análise que ele faz da situação italiana, em que a questão meridional exigia a união do proletariado urbano da Itália do Norte com os camponeses da Itália do Sul. O proletariado tinha o papel de emancipar-se da escravidão capitalista para poder emancipar os camponeses da opressão exercida pelos bancos e indústrias do Norte.

⁴⁴ Diante das transformações ocorridas no mundo do trabalho, hoje se questiona a efetividade da missão histórica do proletariado em protagonizar uma revolução socialista.

As alianças se configuram por meio da mobilização e organização dos operários, aglutinando os camponeses, através de interesses comuns, possibilitando a união destes e o desenvolvimento e o fortalecimento de uma vontade coletiva.

Realizar a aliança entre trabalhadores rurais e urbanos exige o despertar de um sentimento de pertencer a uma mesma classe social, explorada e oprimida pelo capital, na qual os interesses individuais sejam articulados aos interesses e aspirações coletivas e às necessidades das classes subalternas. É, pois, a síntese entre os interesses particulares e a vontade geral.

Cabe salientarmos que a complexidade que vem assumindo a classe trabalhadora, ao implementar cada vez mais o trabalho precário, parcial, temporário, terceirizado, é decorrente de transformações no mundo do trabalho⁴⁵, as quais têm imposto dificuldades nas relações entre os trabalhadores, em sua organização e identidade de classe social. Estas transformações possibilitaram a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho feminino no setor têxtil, em novos ramos, tais como a indústria microeletrônica e, majoritariamente, no setor de serviços, bem como a exclusão dos mais jovens e dos mais velhos. A inserção diferenciada da classe trabalhadora no processo produtivo tem contribuído para a sua fragmentação e heterogeneidade, o que dificulta a articulação de suas necessidades fundamentais e, em última instância, a superação dessas relações.

As classes subalternas, ao estabelecerem alianças, visam a realizar uma contestação e oposição, políticas, contra o domínio exercido pelas classes dominantes que favorecem o capital, em detrimento das necessidades e interesses dos trabalhadores da cidade e do campo. Neste sentido, analisamos que as alianças

⁴⁵ Ver ANTUNES (1995).

possibilitam, via união das classes subalternas, lutar por mudanças nas relações econômicas, políticas e sociais vigentes na sociedade que incidam concretamente na vida das classes subalternas lhes possibilitando viver com dignidade, assim como a disputa por uma nova hegemonia que imprima transformações estruturais na sociedade e conduza a uma nova ordem societária.

...uns após outros, os camponeses, os pequenos burgueses, as camadas médias em geral, iam-se colocando junto ao proletariado, empurrados para uma oposição aberta contra a República oficial e tratados por esta como adversários. **Rebelião contra a ditadura burguesa, necessidade de modificação da sociedade** [grifo dos autores]... (MARX; ENGELS, [19-], p.180)

É, pois, importante ressaltarmos que a aliança política entre trabalhadores urbanos e rurais implica considerar as reivindicações específicas de cada uma destas categorias de trabalhadores, os interesses comuns de resolver os problemas econômicos e sociais que vivenciam, unindo-se pelas aspirações de mudanças nas relações de exploração impostas pelas classes dominantes. Momento de superar os interesses imediatos, para fundamentar-se em interesses mais gerais da coletividade e de luta por novas relações societárias.

Assim, observamos que, em diversos momentos históricos, alianças foram estabelecidas no embate de lutas entre as classes dominantes e as classes subalternas, manifestadas no conflito capital e trabalho. Neste sentido, a área de Lagoa do Jiqui é um exemplo, uma luta entre classes sociais, em que, no entanto, os trabalhadores não tinham clareza desta luta, ficando a aliança restrita à conquista da terra.

No decorrer da luta, os trabalhadores acamparam na fazenda improdutiva do pretense proprietário da área da Lagoa do Jiqui, solicitando toda a sua desapropriação. A entrevista do trabalhador rural confirma essa situação:

Que a fazenda vivia abandonada sob a agricultura, que a gente queria para trabalhar com a agricultura. Mas, o proprietário só criava e tinha uns coqueiros aqui. (L.G.)

A improdutividade da terra também foi abordada na fala do representante do sindicato que acompanhava o conflito:

...a propriedade vivia abandonada só tinha apenas uma família lá e tinha umas dez, doze vacas leiteiras. O proprietário mandava essa família cuidar dessas vacas, tirava o leite vinha trazer aqui para rua e vendia. Vivia disso, não tinha plantação de nada. Vivia lá abandonada. (D. F.)

Com a intensificação da luta o latifundiário conseguiu uma liminar de reintegração de posse da propriedade, efetivada com aparato policial, que utilizou a violência como forma de coagir e expulsar as famílias acampadas na área. Esta ação tornou evidente que a polícia militar e a justiça, órgãos representativos do Estado, estavam a serviço das classes dominantes, o latifundiário.

No desenrolar da luta, os trabalhadores estabeleceram uma aliança com o MST, no intuito de fortalecê-la. Neste sentido, o MST encaminhou uma nova ocupação, a da Fazenda Souza, como forma de pressionar o proprietário, realizando negociações com o INCRA, inserindo os trabalhadores em outras mobilizações do MST, dentre outras ações. Entretanto, a forma de encaminhar a luta provocou conflitos entre o MST, STR e os trabalhadores, o que fez o MST se afastar do conflito, aspecto que será objeto de análise no capítulo III.

Em um processo de contínua resistência, os trabalhadores rurais alternavam, estrategicamente, a ocupação da área, dela retirando-se nos momentos de tensões e retomando a ocupação e as plantações de culturas de subsistência, na área, em momentos de relativa calma.

As inserções do STR, SAR e MST, no conflito, contribuíram para a resistência e o processo organizativo das famílias acampadas, a partir de um processo de orientação, mediação e de formação política, aliado ao acompanhamento das negociações realizadas para a desapropriação da terra⁴⁶. Mediação política, enquanto interlocução entre os trabalhadores, o INCRA, o proprietário, a justiça, como forma de possibilitar o avanço da luta dos trabalhadores que se encontravam em conflito pela terra.

A orientação através de reuniões, conversas e trabalhos em grupo com os trabalhadores efetivou-se com a finalidade de melhor encaminhar as solicitações a determinados órgãos que pudessem contribuir e agilizar seu atendimento; orientação no sentido de que a resistência era essencial para se vencer a luta pela terra e, conseqüentemente, alcançar mudanças nas condições de vida dos trabalhadores.

Merece destaque, diante da situação de tensão, o trabalho realizado pelo SAR no tocante às relações interpessoais, mostrando as diferenças entre as pessoas, a forma de pensar e agir que as fazem divergir, as quais provocaram conflitos. Supomos que essas tensões foram agravadas pela pressão e violência no conflito.

⁴⁶ O processo de vistoria e encaminhamento para a desapropriação da terra foi realizado, inicialmente, pelo Instituto de Terras do Rio Grande do Norte - ITERN e, posteriormente, pelo INCRA.

As relações conflituosas e embates advindos de formas diferentes de pensar a luta pela terra e no encaminhamento das ações não foram entraves à união que se desenvolveu entre o grupo de trabalhadores rurais, embora ela estivesse permeada de conflitos e divergências. Esses confrontos também ocorreram no conflito da Fazenda Zabelê, em que houve divergências em torno da luta pela terra e de suas estratégias frente ao conflito. Na área de Lagoa do Jiqui, a união dos trabalhadores rurais pode ser constatada nas falas dos trabalhadores:

Era todo mundo unido. O que a gente decidia fazer se juntava e fazia, tanto para um como para o outro. Era assim uma coisa só. (S. S.)

...o que um queria o outro queria era um bocado de irmãos. (...) todo assentamento sempre tem um mais do que o outro. Mas, até aqui graças a Deus tudo era bem. O que um arranjava todos comiam, se outro arranjasse outra coisa um quilo de feijão, ali todos participavam daquilo, não era negócio de dizer: não, eu arranjei só eu vou comer (...). O que chegava ali era para todos. (S. D.)

Nós nos unimos. Quando nós entramos aqui um que trazia um comezinho, outro não tinha condições de trazer, aquele que trazia nos juntávamos e comíamos junto com ele. Um dia um trazia, outros não traziam e aquele já partia para todos. Éramos pessoas unidas. (M. V.)

Mesmo existindo tais conflitos entre os trabalhadores, laços de solidariedade foram sendo fortalecidos no decorrer dos embates com o proprietário latifundiário e da violência sofrida a cada despejo da terra. Solidariedade que os impulsionou a enfrentar e resistir na luta e a buscar alternativas frente às dificuldades.

A formação política perpassou o processo de luta pela terra em que as discussões e as reflexões nos dias de estudo e cursos abordaram o seu significado na vida dos trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui, as formas de organização e

participação no acampamento, análise de experiências, agricultura familiar, políticas públicas, conjuntura política etc., para que os trabalhadores formassem um conhecimento que fortalecesse as estratégias de luta utilizadas.

Fundamentar a organização coletiva dos trabalhadores através da orientação, mediação e formação política, constituiu-se em um processo importante para desenvolver a compreensão dos trabalhadores do que seja a luta pela terra em suas determinações e implicações, como também enquanto classe social e da percepção do conflito capital e trabalho. “A terra no Brasil é refém da exploração capitalista. Isso explica, a ganância dos grandes proprietários de terra em continuar se apropriando de grandes extensões de terra. Quanto mais terra têm, mais terra querem ter.” (STÉDILE, 2000, p.10)

A necessidade de entendimento da situação que estavam enfrentando, enquanto manifestação de uma realidade em nível micro, e de sua relação intrínseca com a questão da luta pela terra no País, realidade em nível macro, implica compreender a articulação dos conflitos de terra na Lagoa do Jiqui, Arizona, Colorado e outras lutas ocorridas no município de Touros, neste período e em outros momentos com determinações econômicas-políticas-sociais da questão agrária. Implica, ainda, ampliar o entendimento de que “...a história da agricultura brasileira revela uma sólida aliança entre o capital e a grande propriedade, sendo derrotada toda proposta no sentido de democratização da propriedade da terra.” (SILVA, 1978, p.255)

Mediante o processo de formação política, os trabalhadores foram repensando suas práticas e elaborando uma nova síntese acerca da estrutura organizativa e do processo de luta pela terra e, mesmo que de forma embrionária,

foram construindo a consciência de que ela não é um processo isolado, mas vivenciado por outros trabalhadores.

Mesmo ampliando e aprofundando sua visão de mundo, as entrevistas dos trabalhadores, em sua totalidade, não fizeram referência à realização de uma reforma agrária que garanta terra a todos os trabalhadores que quiserem nela trabalhar e condições concretas de cultivo e comercialização, contemplando as necessidades do trabalhador que vive do trabalho na terra. Desta maneira, "...a reforma [reforma agrária] não deve orientar-se apenas para a mera redistribuição de terras a pequenos agricultores, mas constituir-se em medida política destinada a reconhecer a concepção que da terra têm diferentes grupos sociais e étnicos, sem a qual sua sobrevivência fica comprometida." (MARTINS, 1991, p.24)

Considerando que a problemática da terra tem seus rebatimentos no meio urbano "a reforma agrária é agora uma bandeira de luta política capaz de unificar não só os trabalhadores do campo, mas inclusive de se estender aos trabalhadores urbanos. A reforma agrária começa a se apresentar hoje como uma luta pela transformação da própria sociedade brasileira para um outro sistema, onde o trabalhador não só trabalhe, mas também se aproprie dos frutos do seu trabalho." (SILVA, J. G., 1994, p.106)

Todavia, os discursos foram reveladores de que a luta dos trabalhadores restringia-se apenas à desapropriação da terra como forma de garantir satisfação de suas necessidades básicas de sobrevivência.

Convém destacarmos que as entrevistas mostraram que o conflito pela posse da Fazenda Capivara não era seu objetivo inicial, mas apenas trabalhar na área de Lagoa do Jiqui que para eles era suficiente em lhes proporcionar a reprodução de

sua própria existência. Esta entrevista de um trabalhador rural demonstra este objetivo:

Nós queríamos fazer era trabalhar. Nós queríamos a terra para trabalhar. Era para trabalhar, plantar de tudo para a gente escapar que não tinha com que escapar. Se a gente não lutasse pela terra para arranjar a terra para o trabalho o que era que ia fazer? Ia fazer outra coisa não dava. (S. D.)

Em suas análises, os trabalhadores não têm clareza de estarem inseridos em uma luta entre classes dominantes, na figura do latifundiário, e classes subalternas, cuja representação são eles próprios.

Entretanto, o espaço de luta e de enfrentamento do latifundiário apresentou-se como possibilidade em potencial para a formação de uma consciência política dos trabalhadores, que, mesmo contraditória, foi se gerando no decorrer do processo de luta. “Ao enfrentarem o proprietário, vão percebendo, no percurso, que outros latifundiários e outras forças (polícia, justiça, políticos), que antes aparentavam neutralidade, se revelam do lado do proprietário e, portanto, em defesa do monopólio da terra.” (ARAÚJO, 1992, p.210)

Desse modo, a luta pela terra na área de Lagoa do Jiqui foi uma luta de resistência dos trabalhadores rurais que persistiam cultivando-a. Acampados em barracas, enfrentaram diversas formas de violência, desde as expulsões e a destruição do acampamento até o não reconhecimento e violação de seus direitos, desencadeadas pelo proprietário e seus aliados, justiça, polícia militar, funcionários, entre outros, que se contrapuseram à sua luta. Violência que, sob as diferentes expressões, tem sido uma constante no processo histórico da luta pela terra e, no conflito da área de Lagoa do Jiqui, foi materializada pelas inúmeras situações que os trabalhadores vivenciaram.

Outras adversidades foram enfrentadas pelos trabalhadores, tais como falta de alimentação, nos momentos que eram impedidos de cultivar a terra pelas liminares de despejo, a falta de água tratada, as muriçocas e mosquitos, levando-os, no limite de suas condições, a não mais permanecerem dormindo na área. Estes problemas são abordados na fala do trabalhador rural:

Uma luta (...) com altos e baixos, mas foi a partir da luta que a gente conseguiu ver que lutar pela terra é difícil, mas se a gente precisa lutar pela terra a gente tem que lutar... (P. J.)

Como se vê, uma luta contraditória, com avanços, recuos, retrocessos, conquistas, mas, sobretudo, com motivação em torno de um sonho de conquistar a terra e poder usufruir os frutos de seu trabalho. Luta fortalecida pela inserção do STR, SAR e MST que se articularam aos trabalhadores, no intuito de ver solucionado este conflito e possibilitar a compreensão de que somente com a organização e a resistência dos trabalhadores rurais podem ser alcançados seus objetivos de ter na terra uma vida melhor.

Para o avanço da luta, foram fundamentais as relações entre os trabalhadores e as entidades que a fortaleceram, através da mediação, orientação e formação política, contribuindo para sua maior coesão e organização. Entretanto, apesar dos avanços nela alcançados, os trabalhadores não conseguiram articulá-la às reivindicações e lutas coletivas que exigem mudanças estruturais na sociedade.

Podemos afirmar que a leitura que eles fazem acerca da realidade revelou uma consciência política em construção em que os trabalhadores, mesmo reconhecendo estarem à margem do desenvolvimento econômico-social em curso na sociedade, não conseguem articular sua luta a outras lutas que requerem

mudanças estruturais na base agrária e social brasileira; não conseguem articular suas necessidades imediatas às condições sócio-econômicas-políticas vigentes na sociedade.

Nessa trajetória, as condições precárias de vida e as dificuldades de organização levaram a maior parte das famílias a desistir, ficando somente 23 famílias, atualmente assentadas, que acreditavam no êxito da luta e no alcance de suas reivindicações, embora enfrentassem inúmeras dificuldades e violência no conflito.

Salientamos, ainda, que, nesse processo de luta, ficaram evidentes: os aliados dos trabalhadores expressos no SAR, STR de Touros, MST, Colônia de Pescadores e Igreja Católica, entidades que deram apoio à luta; e os antagonistas, tendo como expressão o latifundiário e, nessa relação com os trabalhadores, o Estado, intervindo a favor do latifundiário.

*Somente com organização e luta
os trabalhadores poderão alcançar seu
objetivo de ter uma Vida melhor!*



CAPÍTULO III – RELAÇÃO DE ALIANÇA E OPOSIÇÃO ENTRE OS TRABALHADORES RURAIS DE LAGOA DO JIQUI E O MST

Eis porque é de aguardar como o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa um grande progresso filosófico além de político-prático, porque implica e supõe uma unidade intelectual e uma ética em conformidade com uma concepção do real que superou o senso comum e se tornou, embora entre limites ainda restritos, crítica.

Antonio Gramsci
Obras escolhidas

Analisar as alianças requer identificarmos e definirmos os aliados e antagonistas das classes subalternas, a direção da luta e quem está dando a direção, como também apreendermos as contradições existentes nestas relações sociais.

Para a compreensão das relações de aliança, é fundamental considerarmos as contradições existentes nas relações entre integrantes de uma mesma classe social, explorada e oprimida pelo capital, expressas nos conflitos intraclasses sociais que se estabelecem entre as classes subalternas.

Desta maneira, torna-se importante analisarmos as relações de aliança e oposição entre os trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui e o MST, no sentido de apreendermos as determinações que contribuíram para a relação de aproximação e afastamento entre estes.

3.1 Trabalhadores rurais e MST: o revelar de uma relação

A luta pela terra, enquanto uma forma de resistência e de enfrentamento dos trabalhadores rurais contra o processo de opressão, dominação e exploração capitalista, é: uma luta entre capital e trabalho, antagônica entre classes sociais; antagonismo que se traduz na acumulação de riqueza das classes dominantes, a partir da miséria das classes subalternas, configurando, dessa forma, interesses e projetos de sociedade opostos. “Uma classe oprimida é a condição vital de qualquer sociedade fundada no antagonismo das classes.” (MARX, 1990b, 191)

No Brasil, as ações do Governo Fernando Henrique Cardoso, via política agrária, não produzem impactos e nem alterações na estrutura fundiária, tendo em vista que estas têm privilegiado as classes dominantes, beneficiando o capital em detrimento dos trabalhadores do campo. As medidas adotadas refletem a política neoliberal em curso no País, através do Programa Banco da Terra, caracterizado por uma reforma agrária de mercado e, do Programa Novo Mundo Rural, fundamentado na participação do assentado no mercado competitivo.

Ao tratar a questão agrária, conforme vista no capítulo I, como forma de minimizar a problemática no campo, controlando os conflitos agrários, mas não resolvendo a natureza dos problemas, o governo federal brasileiro mostra que tem seguido o ideário neoliberal⁴⁷ que estabelece como um dos seus fundamentos a redução dos gastos com políticas públicas.

⁴⁷ Conforme ANDERSON (1995), o neoliberalismo apresenta a finalidade de manter um Estado forte em sua capacidade de enfraquecer o poder sindical e no controle do dinheiro, mas mínimo nos gastos sociais e nas intervenções econômicas.

Além disso, a política econômica de prescrição neoliberal tem possibilitado a prevalência do capital financeiro⁴⁸, com o crescimento especulativo da economia, o enfraquecimento de representações coletivas, o aumento das desigualdades sociais, o empobrecimento generalizado de amplos grupos sociais das classes subalternas, entre outras mazelas, produzidas pelo reordenamento capitalista.

Os projetos elaborados e executados pelo governo federal frente à questão agrária revelam o objetivo de descentralização do programa a ela correspondente, transferindo para as esferas municipais e estaduais os custos políticos e financeiros para sua execução.

Em relação à descentralização das ações do programa de reforma agrária, existem diferentes visões. Uma delas diz que a estratégia de repassar as decisões da reforma agrária para o âmbito municipal favorece a desarticulação da organização nacional do MST, uma vez que as demandas pela reforma agrária e pelo crédito à agricultura familiar passam para a esfera local (TEIXEIRA, 2000).

Uma outra visão evidencia em relação aos assentamentos que, se por um lado, a descentralização do processo de reforma agrária implica em despesas para os municípios, por outro, podem propiciar recursos a estes. Todavia, é importante considerar que uma grande parte dos municípios depende das transferências realizadas pelo governo central e que “...as condições de financiamento de um amplo programa de Reforma Agrária não pode ser assumido pelos municípios e mesmo pelos governos estaduais, sem o apoio decisivo da União.” (BACELAR, apud ARAÚJO, 2001, p. 256)

⁴⁸ Ver DELGADO (1985).

A descentralização, tanto pode favorecer a democratização das decisões e ações acerca dos assentamentos, quanto pode fortalecer relações de clientelismo e troca de favores dos proprietários, políticos, comerciantes etc. que contribuem para a situação de dominação dos trabalhadores e para isso ser evitado este processo deve estar sob o controle dos trabalhadores.

Neste contexto, o Estado vem realizando um programa de reforma agrária cujos assentamentos de trabalhadores rurais assumem um caráter de combate à fome e à pobreza no País. A ação governamental tem como objetivo uma política de assentamentos reativa às ocupações e o desenvolvimento de uma ofensiva política contra os movimentos sociais rurais que lutam pela terra, especialmente, o MST.

O Governo Fernando Henrique Cardoso inicialmente não tinha um programa de reforma agrária. Entretanto, a ação e a pressão dos movimentos sociais e da sociedade civil o obrigaram a incorporar essa temática. Contudo, "...uma análise do período mais recente não permite qualificar rigorosamente esse processo como reforma agrária. Na realidade trata-se de fazer um rápido balanço da **política de assentamentos** [grifo do autor], que pontualmente e setorialmente, tem forçado o governo a dar resposta às ações desencadeadas pelos movimentos sociais..." (LEITE, 1999, p. 170)

Diferentemente do governo federal, a proposta de reforma agrária do MST fundamenta-se na democratização da propriedade da terra, com a criação de linhas de crédito, infra-estrutura para a produção, escoamento dos produtos, preços justos e no desenvolvimento econômico-social dos trabalhadores do campo⁴⁹.

⁴⁹ Ver a proposta de reforma agrária do MST em STÉDILE (1997) e a proposta do governo federal em TEIXEIRA (2000).

O MST em suas reivindicações evidencia problemas que, ao longo da história, vêm sendo desconsiderados e defende a realização de uma transformação estrutural na sociedade, cuja reforma agrária apresenta-se enquanto um dos instrumentos para a sua efetivação, atendendo, assim, às necessidades e aspirações da sociedade. A proposta de reforma agrária do MST contempla, pois, uma transformação econômica aliada a um processo de transformação política.

É importante colocarmos que diferentes propostas de reforma agrária surgiram com a visibilidade que assumiram as lutas por terra na década de 80, inclusive a proposta do MST. Concepções de reforma agrária de movimentos e das oposições sindicais⁵⁰ apresentaram-se como alternativas às concepções da CONTAG e, principalmente, em relação a sua prática no tocante aos conflitos de terra, em que esta entidade concebia a realização da reforma agrária através da desapropriação de terras com pagamentos em títulos da dívida agrária, priorizando uma negociação via institucional, como forma de encaminhar as demandas dos trabalhadores. Sua proposta enfatizava a produção familiar relacionada à valorização da produção alimentar voltada para o mercado interno (MEDEIROS, 1994).

Essas diferenciações nas concepções de reforma agrária foram expressas através do MST que fundamentava a reforma agrária na desapropriação de todas as propriedades acima de 500 hectares, expropriação das terras das multinacionais, criação de novas leis, entre outras reivindicações, que implicassem em mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento da agricultura; do Movimento dos Seringueiros, cuja reforma agrária configurava-se a partir da desapropriação dos

⁵⁰ No próprio movimento sindical de trabalhadores rurais havia divergências acerca da proposta de reforma agrária.

seringais nativos, definição legal das áreas ocupadas pelos seringueiros como “reservas extrativistas”, entre outras questões relacionadas à realidade dos seringueiros; do Movimento dos Atingidos por Barragens que contemplava a defesa da reforma agrária, ao questionar o processo de remoção dos trabalhadores das áreas afetadas por barragens e ao exigir uma política de reassentamentos; e das oposições sindicais organizadas através da CUT e cujo Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais – DNTR –, resultado da articulação dessas oposições, compreendia a reforma agrária como eixo de mudança do modelo de desenvolvimento, da estrutura fundiária e de mercado e de uma democratização política e dos recursos tecnológicos, viabilizada pela desapropriação dos latifúndios e pelas ocupações em massa.

Nessa conjuntura, surgiram formas específicas de desenvolvimento dessas lutas que evidenciaram estratégias diferenciadas de realizar a reforma agrária. Desta maneira,

...uma parte da direção da CONTAG, e mesmo algumas de suas federações estaduais, ainda acreditam que a legislação agrária e o Estatuto da Terra possam ser implementados sem recurso às ocupações e acampamentos. A contraposição entre o sindicalismo ligado à CUT e os que organizaram as representações classistas no período militar ainda se faz presente. Temas como a forma de propriedade nos assentamentos, as leituras da legislação e do Estatuto da Terra e as formas de luta, continuam sem uma posição consensual nos movimentos sociais...” (BERGAMASCO; NORDER, 1995, p. 181)

As posições assumidas pelas entidades apontam que as diferentes concepções de reforma agrária propiciaram uma disputa pela proposta de maior representação dos interesses dos trabalhadores do campo. Como a participação do

MST, representante dos trabalhadores rurais, realizou-se no conflito de terra na área de Lagoa do Jiqui, considerando que outras entidades estavam inseridas na luta?

A participação do MST no conflito de terra em Lagoa do Jiqui, movimento que se territorializou pelas regiões do País, não se efetivou, desde o início, com a mobilização e organização dos trabalhadores em torno da situação que estavam vivenciando e de suas reivindicações. Conforme já assinalado, essa articulação com o MST se deu quando o conflito se desenrolava há alguns anos.

Ao ocupar a Fazenda Vale da Esperança⁵¹, no município de Touros, e iniciar um processo de organização com os trabalhadores rurais naquela área, o MST tomou conhecimento do conflito em Lagoa do Jiqui, providenciou uma visita a área em conflito e, reunido com os trabalhadores acampados, discutiu com estes sobre a luta que estavam desenvolvendo e se dispôs a juntar-se a eles, orientando-os e organizando-os para o seu enfrentamento e fortalecimento. Essa reunião culminou com a aproximação entre os trabalhadores e o MST.

Ressaltamos que, de acordo com as entrevistas, existem controvérsias⁵² no tocante à entrada do MST nessa luta, haja vista que alguns trabalhadores e o STR de Touros relataram que o MST foi convidado por um dos trabalhadores acampados que, posteriormente, foi quem estabeleceu um forte vínculo com o MST; outros trabalhadores afirmaram que não houve contato com o MST, mas que este ofereceu apoio à luta por eles desenvolvida, tendo um seu ex-dirigente afirmado que foi convidado por alguns trabalhadores e por um membro da diretoria do STR de Touros. Diante do exposto, fica evidente que havia uma disputa entre o STR e o

⁵¹ No conflito da Fazenda Vale da Esperança, no município de Touros, houve uma articulação entre o STR, MST, trabalhadores rurais, SAR e outras entidades.

⁵² Continua a dúvida acerca de como se efetivou a inserção do MST no conflito de terra na área de Lagoa do Jiqui.

MST e que estava relacionada à linha política do MST e do movimento sindical e as diferentes concepções de reforma agrária.

Os relatos seguintes, dos trabalhadores rurais traduzem como se deu a inserção do MST no conflito:

Ele [o representante do MST] chegou aqui perguntando se a gente queria ficar com eles também que eles estavam prontos a ajudar a gente. Ora a gente queria ajuda de qualquer pessoa que viesse para nos ajudar. Era só querer. Aceitava de quem queria ajudar. (J. G.)

...que quem trouxe o MST para cá que tinha mais relações com o MST era P. [nome do trabalhador]. (J.L.)

Segundo o representante do sindicato,

A gente começou a encampar a luta junto com os trabalhadores e era o sindicato não tinha porque a gente está chamando o MST, até porque a gente nem lembrou. E também porque estava o sindicato porque o MST tem outras coisas para fazer e tal, mas P. J. [nome do trabalhador] foi ao MST e trouxe para lá a revelia da vontade dos outros. (D. F.)

O ex-dirigente do MST coloca que,

...de onde existir um trabalhador sem-terra, de onde existir um latifúndio improdutivo o MST como um de seus objetivos é botar sua bandeira e começar a lutar pela terra. Tem como linha central à luta pela terra. Então, essa foi uma das questões da gente ir para lá ficar com eles. E outro foi à questão do conflito em si. Tinha um conflito, tinha trabalhadores lutando pela desapropriação de uma área e, por outro lado, tinha um Movimento [MST] que era justamente um movimento alavancador dessa luta, dessa bandeira e se sentia até envergonhado se os trabalhadores convocassem

para ir para dentro da luta e nós sentisse e recuasse. A gente discutindo na direção do Movimento achou por bem participar daquela luta também. (E.O.)

Este relato evidencia a visão do MST de classe social, percebendo a identidade de classe, em que este apóia qualquer luta empreendida pelos trabalhadores do campo, reconhecendo-os como integrantes das classes subalternas que lutam para ter acesso à terra e contra a situação de subalternidade.

Note-se que faz parte da estratégia do MST ocupar áreas que se encontram em processo de negociação, haja vista poder possibilitar-lhe, de forma mais fácil, o êxito da ocupação, bem como sua orientação e organização. Esta prática do MST ocorreu na Fazenda Marajó, município de João Câmara, área em que já havia se estabelecido um processo de negociação entre o movimento sindical e o INCRA, o que resultou em um conflito entre o MST e o Sindicato de João Câmara que estava a frente desse processo, como também entre os trabalhadores envolvidos.

Mesmo existindo controvérsias em relação à aproximação do MST, estabeleceu-se uma aliança⁵³ entre os trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui e o MST com o objetivo de fortalecer a resistência e a luta dos trabalhadores e, juntamente com o STR e SAR, encontrar possíveis encaminhamentos e soluções para o conflito.

Salientamos, contudo, que o STR considerava que não havia necessidade da participação do MST naquele conflito, já que o sindicato estava organizando os trabalhadores de Lagoa do Jiqui, orientando-os e dando encaminhamento às ações, o que representava imprimir sua direção política à luta pela posse da terra. Desta

⁵³ Neste momento de articulação com o MST a Colônia de Pescadores já não participava mais do conflito pela terra na área de Lagoa do Jiqui, pelo fato do novo presidente da Colônia não se voltar para essa luta.

maneira, o STR não queria perder a direção política que estava exercendo àquela luta dos trabalhadores, no sentido de uma negociação pacífica.

Essa aliança concretizou-se para os trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui, com a perspectiva de somar forças junto ao MST para resolver o conflito de terra que estavam enfrentando e que se estendia, já havia alguns anos, bem como de alcançar, com êxito, a desapropriação da área que estavam reivindicando.

Em virtude de aliar-se aos trabalhadores quando já havia iniciado o conflito, não foi possível ao MST realizar um trabalho de formação de base que é usual no processo inicial de mobilização e articulação dos trabalhadores, em que a base passa a participar diretamente da vida e da estruturação do MST no Estado e em nível nacional, de suas mobilizações, lutas e decisões políticas.

Nesse processo, os trabalhadores do campo apropriam-se do que seja a luta pela terra, na qual “é dada uma noção do Movimento dos Sem Terra: sua origem, o trabalho coletivo, a questão da associação e do cooperativismo. Há todo um processo informativo e formativo antes de ocupar a terra.” (ARAÚJO, 2001, p.105)

Em decorrência de não ser uma base formada e organizada pelo MST e dos trabalhadores já terem uma orientação e formação por parte do SAR e STR, o MST aliou-se aos trabalhadores entrando no conflito pela terra em que este estava encaminhado e estruturado com base em orientações diversas das utilizadas por ele. A entrevista do ex-dirigente do MST evidencia essa situação ao afirmar que:

...não foi uma área que foi organizada desde o início dentro das linhas políticas do MST. Então, o MST veio como uma forma de assessor, de orientador daquela luta como facilitador para a organização deles. Então, o Movimento [MST] deve ter passado em média entre seis a oito meses de uma forma indiretamente contribuindo com aqueles trabalhadores. Nesse sentido, levando para o INCRA, trazendo as

coisas para dentro do acampamento e tentando reorganizar uma luta mais massificada com eles.(E. O.)

Apesar de não ter se constituído como dirigente e sua inserção no conflito em que existem dúvidas se houve convite ou não atesta isso, o MST mudando as estratégias e reorganizando aquela luta tentou assumir seu lugar de legítimo representante dos trabalhadores em conflito pela posse da terra, o que lhe possibilitou imprimir sua marca.

Essa relação com as entidades é importante, porém tem que se ter cuidado para não fortalecer as relações de dependência com esses mediadores. Existe, pois, a necessidade de um processo de formação dos trabalhadores para que estes possam discutir democraticamente as ações e decisões a serem realizadas, o que envolve uma articulação intrínseca entre base e dirigentes.

Embora a direção da luta fosse dada pelo STR os trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui⁵⁴ passaram a ter também orientação do MST que imprimiu à organização da luta pela terra a sua linha política. A barraca do MST armada no acampamento, a bandeira hasteada e o militante que acampara na área indicavam a sua participação no conflito.

A orientação e organização dadas pelo MST concretizaram-se em uma outra linha política em que aqueles trabalhadores deveriam estar em contato com outros acampamentos e outras lutas do MST e ter uma ação de resistência e enfrentamento mais combativa em relação às investidas do latifundiário e seus aliados.

⁵⁴ Os trabalhadores rurais inseridos no conflito de terra aceitavam a entidade que viesse para contribuir na luta que estavam travando. Neste sentido, o fato do STR e o MST estarem participando da luta junto com eles era sinal de que estas entidades queriam trazer contribuições.

Aliados ao MST, os trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui mudaram sua estratégia de luta, realizando ações mais ofensivas. Os encaminhamentos realizados pelo MST e a sua forma de organização apresentaram-se diferentes em relação à orientação dada pelo STR que concebia de forma diversa a luta pela terra. Não foi possível, dessa forma, aglutinar o STR e o MST em torno da luta pela posse da terra, devido às divergências que se fizeram presentes na organização daqueles trabalhadores. Neste sentido, "...a disputa no interior da representação dos trabalhadores passou-se a dar (...) fundamentalmente sobre a natureza das formas de pressão para viabilizá-la [a reforma agrária]." (MEDEIROS, 1994, p.25-26)

Neste momento, a relação de aliança entre os trabalhadores rurais e o MST, em que este alcançou a legitimidade de sua representação perante os trabalhadores possibilitou ao MST demarcar posição, imprimir sua marca e afirmar sua direção política naquela luta, fazendo-a assumir um caráter mais combativo em virtude de sua forma de ação diferenciada.

A fala do representante do STR aborda a relação entre sindicato e MST:

Souberam [os dirigentes do MST] que tinha um conflito foram lá e foram aceitos, os meninos disseram que aceitavam. Mas, não tivemos nenhum relacionamento MST e sindicato nesse conflito. Tivemos em outros, mas nesse do Jiqui nós não tivemos aproximação. (D. F.)

Conforme o ex-dirigente do MST a relação com o STR se configurou da seguinte forma:

Depois a gente fez a ocupação da Fazenda Zabelê, fazenda muito grande aqui na região, no município de Touros, e a partir dessa ocupação começamos a discutir com o sindicato uma parceria aonde nós contribuiríamos com o desenvolvimento sindical no município de Touros e o Sindicato de Touros contribuiria com o desenvolvimento

dos assentamentos e da luta pela reforma agrária dentro do seu município. De uma forma nós estávamos propondo uma parceria, uma mão dupla, contribuição do Movimento [MST] com a contribuição do sindicato para o fortalecimento do movimento forte, para o fortalecimento dos trabalhadores desse município. A partir daí começou a nossa relação com o sindicato. (E. O.)

Apesar do STR e MST terem estabelecido uma relação em outros conflitos no município de Touros, em Lagoa do Jiqui esta não foi possível. Desta maneira, "...há certos conflitos de entendimento entre as entidades sobre as formas mais eficientes de condução das questões políticas em torno da luta pela terra, principalmente no que se refere a processos de negociação e interlocução com o poder público." (SILVA, R. M. A., 1994, p. 92)

Problemas entre o STR e o MST também ocorreram em outras lutas no município de Touros, como foi o caso da conquista do restante do complexo Zabelê, uma vez que uma parte da fazenda já tinha sido desapropriada. Neste caso, em que a conquista da área não se efetivou através de ocupação e, sim, por negociação, os problemas foram decorrentes de posições diferenciadas, devido o STR defender que a área devia ser destinada aos trabalhadores do município e o MST entender que deviam ser incorporados trabalhadores de outras regiões.

No processo de luta em Lagoa do Jiqui, o fato da aliança entre os trabalhadores e o MST ter sido estabelecida no momento em que estes já estavam sendo orientados pelo STR, tornou-se um obstáculo à articulação política e à sua organização conjunta, o que foi agravada por terem estratégias diferentes no tocante ao enfrentamento do conflito.

3.2 Estratégias de luta no conflito: negociação e enfrentamento

O acirramento do conflito pela posse da terra em Lagoa do Jiqui, enquanto uma luta que se estendeu no tempo, evidenciou uma resistência dos trabalhadores que recomeçava continuamente no cotidiano de violência cometida pelo latifundiário, seus prepostos e polícia, instigando os trabalhadores a buscarem formas de enfrentamento do conflito.

É importante colocarmos que a participação de várias entidades em um conflito pela posse da terra, tanto pode possibilitar o fortalecimento da organização dos trabalhadores e do movimento de luta pela terra, culminando em uma ação conjunta, quanto pode ocasionar um estremecimento na relação entre estas, provocando um impasse que às vezes se torna irredutível e resulta em um posterior rompimento das alianças estabelecidas, em virtude de conceberem de forma diversa o processo de organização dos trabalhadores e da luta pela terra.

Nessas lutas participam entidades que estão diretamente envolvidas no conflito e àquelas que tem um envolvimento indireto na luta, tais como CUT, CONTAG e Federação de Trabalhadores Rurais.

Mesmo que estejam lutando pela desapropriação da terra e reforma agrária as entidades aliadas podem ter concepções diferentes, tanto no que se refere à atribuição de cada uma quanto sobre a luta pela terra, que muitas vezes tem gerado embates políticos em torno dessa questão.

O embate também acontece por causa das diferentes concepções de luta. Estas são extremamente diferenciadas em todas as regiões do país. Há concepções favoráveis às posturas defensivas, outras que defendem posturas ofensivas na realização das ocupações, compreendidas como diferentes formas de resistência à ação das polícias e dos pistoleiros. As posturas mais defensivas sustentam o não-

enfrentamento, optando apenas pela negociação, enquanto as ofensivas sustentam a negociação e o enfrentamento. A superação do embate acontece pelo reconhecimento da autonomia dos trabalhadores e das competências de cada instituição. (FERNANDES, 2001, p.59-60)

Além das diferentes concepções acerca da luta pela terra, dificultou a relação entre eles o fato do MST não ter participado desde o momento inicial, não tendo oportunidade de realizar um trabalho de preparação e ocupação, pedagogia de trabalho que o legitima em suas ações de representante dos trabalhadores.

Observe-se que um dos avanços no projeto político do MST foi ter compreendido que, isoladamente, não consegue realizar as lutas e isso o leva a buscar alianças com outros movimentos existentes na sociedade, sejam com o movimento sindical, ONG's, Igreja Católica, sejam com outros movimentos que defendam os interesses dos trabalhadores.

As estratégias de enfrentamento utilizadas pelo MST na luta pela terra assumem posturas mais combativas, haja vista sua postura de objetivar maior pressão e repercussão diante dela.

Como estratégia de enfrentamento do conflito, os trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui, juntamente com o MST, acamparam na outra fazenda do latifundiário, Fazenda Souza, a fim de pressionar o proprietário a estabelecer uma negociação com os trabalhadores. A fala do ex-dirigente do MST afirma o objetivo dessa nova ocupação:

...fizemos novamente uma outra ocupação de uma forma mais organizada e começamos a mexer diretamente na estrutura do fazendeiro para empatar que o fazendeiro fizesse certa utilização de parte da propriedade para tentar um pouco ir diretamente barrando ele. (E. O.)

Diante do exposto, será que o MST não conseguiu se legitimar perante os trabalhadores? Considerando o que foi dito, o MST adquiriu, sim, esta legitimidade, orientando e organizando os trabalhadores. Mas, se ele adquiriu legitimidade porque, então, se afastou? Esclarecer essa questão implica analisar os desdobramentos da visão dos trabalhadores, no decorrer da luta.

Com a inserção do MST, os trabalhadores passaram a participar de outras mobilizações e lutas realizadas por este Movimento⁵⁵, sejam diretamente relacionadas ao conflito ou não, mas que se configuraram como outras formas de luta. A entrevista do trabalhador relata uma dessas mobilizações:

Uma vez fizeram aqui uma passeata. Meu menino disse que foram de Ceará Mirim a pé para Natal. O MST levava uma três-quarto [carro] cheia dessas varas grandes e antes de chegar a Natal cortaram e entregaram a cada um pedaço de pau. Quando chegaram na ponte de Igapó houve cacete [enfrentamento com a polícia]. Mas, não com o povo daqui, com os outros que eles levaram dos outros acampamentos. (J. L.)

A solicitação aos trabalhadores de Lagoa do Jiqui a participarem de mobilizações como essas provocou reações em parte deles, em virtude de conceberem que essas formas de luta somente os colocavam em situações difíceis e de sacrifício, uma vez que, vivenciando dificuldades, saíam para as atividades retornando ao acampamento à noite, no outro dia ou com alguns dias, em um processo desgastante de suas forças que não lhes traziam algo de positivo e proveitoso.

Essa é uma visão imediatista da luta, em que os trabalhadores não conseguem articular essas mobilizações à estratégia mais geral de luta dos

⁵⁵ Um dos trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui teve uma aproximação maior com o MST, participando da formação de sua base, como também viajando para reuniões e palestras realizadas pelo MST.

trabalhadores e a reivindicações mais amplas, como também está relacionada à dignidade do trabalhador de não querer apanhar da polícia e de não ser submetido ao sofrimento, algo tão presente em sua vida.

O enfrentamento com a polícia, nas mobilizações feitas pelo MST e nas ações de despejo da terra em conflito, deixavam os trabalhadores desgostosos, tendo em vista eles considerarem que não se deveria reagir a uma ação policial, mas tentar conversar amistosamente e argumentar, no intuito de resolver a questão. Sua estratégia de luta era a resistência, o enfrentamento pela palavra, a negociação pacífica.

Neste sentido, apesar dos trabalhadores estarem lutando pela conquista da terra, não conseguiram estabelecer uma relação de sua luta com outras travadas pela coletividade dos trabalhadores, o que mostra que eles não entendem que o projeto político do MST tem como referência além da luta pela terra e reforma agrária, mudanças nas relações de opressão e exploração.

Tais formas de enfrentamento e encaminhamento do processo de luta pela terra, realizadas pelo MST, resultaram em desgaste na sua relação com trabalhadores.

O MST para alguns trabalhadores era associado à violência, em que suas ações opunham-se a argumentação, enquanto forma de negociação com o proprietário e os órgãos públicos para se alcançar o objetivo de conquista da terra.

Essa visão dos trabalhadores relaciona-se com uma questão cultural através de um conteúdo histórico de respeito à propriedade privada e de valores contrários ao uso da violência. Isto revela uma luta desigual entre trabalhadores e grandes proprietários de terra que tem origem na violência do monopólio da propriedade da terra e do Estado via aparato policial que se posiciona a favor dos proprietários,

realizando ações de despejos e intimidação dos trabalhadores, enfim, defendendo os interesses das classes detentoras do poder econômico e político.

A postura que o MST assumiu frente à luta pela posse da terra confrontava-se com a forma desse grupo de trabalhadores analisar a luta pela conquista da terra e sua organização coletiva para conseguir a desapropriação da área em conflito, conforme atesta o trabalhador:

Então, a gente achou que tinha muita violência dentro do MST e vamos se afastar. Porque vamos ficar com o sindicato que o sindicato não tem violência. Então, o que a gente quer mesmo é com a paz e não com violência. (J. G.)

Essa parcela de trabalhadores que possuía críticas ao MST acerca de suas estratégias de luta e de enfrentamento do conflito pela terra defendia a prática do STR que apresentava uma postura defensiva.

O STR assumia como estratégia de luta um enfrentamento não ofensivo, fundamentado, prioritariamente, na negociação como forma de resolução da problemática da luta pela terra, o que se expressava na orientação e organização dos trabalhadores rurais. Segundo o representante do STR,

...o papel principal do sindicato é defender os interesses dos trabalhadores e dar essa assistência que é a assistência jurídica. (...) O papel do sindicato é reivindicar e defender os interesses dos trabalhadores. Assistência jurídica em nenhum sindicato pode faltar, onde tem muitos sindicatos que não têm. (...) depois que eu assumi a gente tem tido assistência jurídica de lá para cá e a gente colocou o advogado do sindicato a disposição dos trabalhadores do município. E esse era um uso necessário quando precisaram do advogado a gente estava lá contestando as ações que o patrão moveu contra eles. (D. F.)

O entendimento do representante do STR acerca do papel da entidade apresenta uma visão limitada, relacionada ao âmbito do poder judiciário, apontando um processo de negociação restrito à assistência jurídica aos trabalhadores e às vias institucionais.

No processo de luta pela terra em Lagoa do Jiqui, a assistência jurídica do STR encaminhou as contestações dos laudos de vistorias da terra que alegavam ser a área produtiva, não podendo ser desapropriada, e dos mandatos de despejos impetrados pela justiça contra os trabalhadores nas ocupações feitas à área; liminares de despejos que eram cumpridas por um aparato policial que se fazia através de seu posicionamento diante das famílias acampadas, nitidamente, a favor do latifundiário.

Observamos que os trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui ao comungarem com essa postura defensiva do STR defendiam uma forma de organização e luta pela desapropriação da terra apoiadas em estratégias que priorizavam a negociação e o embate político “pacífico” com seus opositores.

No que se refere às interpretações mútuas que os dois atores (MST e MSTR) fazem um do outro e de si mesmos, sobre às formas de encaminhar o processo de luta pela terra e de relacionamento com o poder do Estado, há na verdade, uma clara diferença de estratégias. Enquanto o MST diz apostar na criação do conflito, como recurso eficaz para agilizar a conquista da terra, o Movimento Sindical valoriza o processo de negociação com as instâncias estatais como meio de conquistar os imóveis requeridos e conseqüentemente organizar o processo de assentamento. (ARAÚJO, 2001, p.83)

Note-se que as estratégias diferentes utilizadas pelo MST e STR indicavam formas diferentes de pensar a luta pela terra e, conseqüentemente, de se posicionar

diante desta, apresentando posturas que representavam a linha política que as entidades adotaram na organização dos trabalhadores envolvidos no conflito.

As diferentes linhas políticas do MST e movimento sindical originaram-se desde a fundação do MST, em que este apresentou uma linha política de ação distinta da CONTAG. “Crítico em relação às formas de encaminhamento da questão da terra até então adotadas pelo sindicalismo contaguiano, esse Movimento [o MST] fez da pressão direta, através de acampamentos e ocupações massivas sua principal forma de luta, posicionando-se frontalmente contra ‘vias administrativas’ de encaminhamento dos conflitos.” (MEDEIROS, 1994, p.20)

Contraopondo-se aos trabalhadores rurais que consideravam que o STR tinha um melhor posicionamento frente ao conflito e em decorrência criticavam os encaminhamentos do MST, outros trabalhadores criticavam as estratégias adotadas pelo STR e apoiavam a linha política do MST, o que provocou uma divisão entre os trabalhadores, em torno das estratégias de luta mais adequadas ao enfrentamento do conflito.

A postura do MST⁵⁶ no conflito de terra em Lagoa do Jiqui apresentou uma linha política que se fundamentou em um processo organizativo e de luta, ofensivo, posicionamento que parte dos trabalhadores rurais considerou ter contribuído para o fortalecimento do movimento de luta pela conquista da terra. Os depoimentos dos trabalhadores indicam esta questão:

Porque o sindicato era mais de esperar, o Movimento Sem Terra espera um pouco, mas é em cima de prazo. Se não chega naquele prazo mobiliza o pessoal e vai para

⁵⁶ A estratégia ofensiva do MST é um posicionamento assumido e realizado em nível nacional que foi adotado desde a sua fundação.

lá pressionar os órgãos de governo para que saia aquela coisa que eles prometeram. E o sindicato não, o sindicato é mais através da conversa. (P.J.)

Eles eram umas pessoas [os dirigentes do MST] que conversavam muito com a gente. Faziam reunião, quando eles diziam vamos nos reunir agora a gente se reunia e o que eles falavam sempre foi em benefício nosso. Nunca houve nada contrário, era só em nosso benefício, pela terra. (A. J.)

A forma do MST conceber a luta pela terra, em que esta se realiza por pressão e enfrentamento, via ocupações, para uma parte dos trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui agilizava o processo de negociação quando da utilização simultânea de outras formas de luta, no sentido de se conseguir alcançar um resultado mais rápido da desapropriação da área, através dos encaminhamentos e das ações utilizadas, haja vista o conflito existir há aproximadamente três anos.

Convém considerarmos que a aliança com o MST possibilita, às vezes, que a terra seja desapropriada mais rapidamente devido à direção adotada, baseada em uma forma de organização específica e de luta massificada, que ao pressionar os órgãos estatais por meio de suas ações os incitam a darem respostas às reivindicações dos trabalhadores, estabelecendo em decorrência um processo de negociação.

Além de ser criticada por alguns trabalhadores, a postura do MST também era alvo de críticas do STR que não concordava com a forma que o MST conduzia o conflito de luta pela terra em Lagoa do Jiqui, como também não concordava com a entrada do MST no conflito, tendo em vista que o STR já orientava e organizava àqueles trabalhadores rurais na busca de resolução do conflito estabelecido. “Diferenças que, em parte, estão nas raízes e natureza de cada um, nas formas de

conceber e encaminhar as lutas...” (ARAÚJO, 2001, p.87) Embora houvesse críticas dos trabalhadores à postura do MST também havia posições favoráveis.

Agravando essa situação houve um momento do conflito em que, segundo relato dos entrevistados, o MST propôs aos trabalhadores escolherem se queriam ficar tendo orientação do STR ou queriam ser orientados pelo MST, não podendo ser orientados pelas duas entidades. A colocação do MST sinalizou uma situação que indica o problema do STR e MST não terem uma parceria que favorecesse um trabalho e ação conjunta, fortalecendo a organização e a luta dos trabalhadores, pois cada uma das entidades realizava sua orientação. De acordo com os trabalhadores havia problemas entre o STR e o MST:

Eu acho que a relação do sindicato com o MST só nunca brigaram, mas o sindicato não gostava bem do MST. Que o sindicato queria de um jeito e o MST queria de outro. Eu acho que eles não se uniam mais por conta disso porque o sindicato queria de um jeito e eles [os dirigentes do MST] queriam de outro.(J. L.)

Sei que nunca se deram bem. Ver uma vez, nós fomos ao INCRA chegando estava lá o Movimento [MST], sempre um contra o outro, tudo trabalhando no mesmo sentido, mas sempre um contra o outro. É tudo trabalhando na mesma coisa, mas não sei porque não se deu bem o sindicato com o Movimento, nunca durante o meu tempo vi se darem bem. (J. G.)

Ressaltamos que os trabalhadores não conseguiram perceber que o que estava subjacente aos conflitos era a disputa pela direção do movimento dos trabalhadores, que é dada em nível nacional através da participação dos partidos políticos e do movimento sindical.

A discordância entre STR e MST também teve o envolvimento dos trabalhadores rurais ficando, estes, divididos, com alguns deles entendendo ser mais viáveis, para a solução do conflito, ações mais combativas e outros, defendendo

ações não ofensivas, mas de negociação com os opositores. A fala do assessor do SAR revela que os problemas entre STR e MST envolveram os trabalhadores:

Houve alguma coisa que não dava digamos para convivência. Chegou um ponto que não dava para convivência. Ou um ou outro para poder a luta ter sucesso. E essa querela envolveu os trabalhadores também. Teve trabalhadores que passaram a ficar mais do lado do MST e teve quem ficou mais do lado do sindicato. (P. R.)

A impossibilidade de união entre o STR e MST na luta provocou conflitos intraclasse social decorrentes das divergências internas no tocante à visão que as entidades tinham sobre a luta pela terra e as respectivas orientações para a resistência e o enfrentamento dos trabalhadores no conflito.

O entrave nas relações entre os trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui, o STR e o MST contribuiu para que eles perdessem a dimensão da luta que estavam travando com o latifundiário, representante das classes dominantes. Ou seja, a não aglutinação de forças e os conflitos foram elementos que influíram para o sentimento dos trabalhadores de não pertencimento a uma classe social subordinada ao capital, como expressa a citação a seguir:

Um dos principais elementos de subordinação do pensamento e das práticas das classes subalternas, no sentido gramsciano, é precisamente a brutal dificuldade de elas elaborarem a sua própria identidade. O seu saber/pensamento é construído, errática e fragmentariamente, a partir da sua inserção subordinada na estrutura social. As classes subalternas têm que, em um processo permanente de luta contra essa dominação/saber, dar respostas concretas e imediatas aos problemas colocados pelos dominantes. (DIAS, 1997, p.20)

Observamos, mais uma vez, que o nó problemático presente nas relações entre os trabalhadores, STR e MST fragmentou a organização e a luta pela posse da

terra em Lagoa do Jiqui, impossibilitando uma orientação articulada em termos de enfrentamento da questão e construção pelos trabalhadores de uma identidade de classe social na tentativa de superação do economicismo e corporativismo.

Os conflitos entre o STR e o MST revelaram que as divergências internas envolveram a disputa de direção da luta e da organização dos trabalhadores rurais; conflito em torno da hegemonia do movimento de luta dos trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui.

Divergências internas que existem também nos partidos políticos, no movimento sindical entre CUT e CONTAG, no movimento social, exemplificado pelo MST no Estado do Rio Grande do Norte, e que resultaram em uma cisão entre os dirigentes e, conseqüentemente, na criação do Movimento de Libertação dos Sem Terra – MLST.

3.3 A direção do movimento de luta dos trabalhadores rurais: uma posição em disputa

As divergências surgidas acerca do encaminhamento da luta pela terra tanto podem enfraquecer a luta em que se perde a dimensão de quem seja a oposição, considerando o opositor no outro integrante da mesma classe social, quanto fortalecer a luta em que estes consigam superar os conflitos e articular suas forças em uma unidade de ação que possibilite o avanço da luta.

Desta maneira, os conflitos internos sinalizaram que havia uma disputa política, cuja opção por uma das formas de conduzir a luta propiciaria ter um deles a direção da organização e do movimento de luta dos trabalhadores. “Mas esta direção não é posterior à dominação: os dois momentos estão dialeticamente ligados

e um grupo pode e deve ser 'dirigente' antes de conquistar o poder e, logo que se torna 'dominante', ai dele se perde o seu papel 'dirigente'." (GRAMSCI, 1978a, p. 30, nota 10)

As tensas relações que se estabeleceram no conflito em Lagoa do Jiqui indicaram uma disputa política pela representação dos trabalhadores e de sua luta em que o MST e o STR objetivavam afirmar concepções distintas de luta pela terra e de reforma agrária. O depoimento do trabalhador aborda a disputa entre o STR e MST:

...havia uma briga política. Quando o sindicato viu que o MST tinha tomado toda liderança foi que ele entrou em ação. (P. J.)

Conforme o relato do trabalhador rural o MST tinha a hegemonia da luta e o STR por se sentir ameaçado em sua posição passou a ser mais atuante no conflito e isto pode ser visto no depoimento a seguir.

A visão do representante do STR diante desse desacordo se evidencia na interpretação que faz de que

...a questão foi que em poucos lugares o MST se deu com o sindicato. Em poucos, mais pouquíssimos. Porque o MST queria a hegemonia da representação dos trabalhadores para ele que não é representante. Não aceitava o sindicato. O sindicato era para ir a reboque dele. Ele fazer e acontecer e o sindicato assumir. O sindicato era para financiar ele. Mas, está junto para decisão não. E isso foi o conflito que se viu dentro do MST e o movimento sindical nesse Brasil inteiro de fora a fora. E aqui no Nordeste principalmente.(D. F.)

Essa visão do representante do STR, além de significar a disputa pela hegemonia, provavelmente se apresenta em decorrência desta entidade se achar no

direito de ser o representante legítimo dos trabalhadores por ter sido instituído legalmente pelo Estado e o MST, por não ter o reconhecimento jurídico/legal, não é, portanto, legitimamente, representação dos trabalhadores.

Na interpretação do STR de Touros, o conflito entre as entidades concretizou-se em virtude do MST não querer realizar um trabalho em conjunto com o sindicato, mas assumir a direção da organização da luta, designando para o STR a competência de financiador das lutas e das ações do MST. Isto demonstrou que o MST objetivava ter a direção da representação dos trabalhadores rurais em seu processo de luta.

Embora existam diferenças entre o MST e o movimento sindical, estas não impossibilitam que se estabeleça uma ação conjunta. Dessa forma, SILVA (1996) coloca que, apesar das diferenciações entre o MST e a CONTAG em relação a seus integrantes, política-partidária e aliados, existe a possibilidade destes movimentos estabelecerem uma aliança que propicie uma ação conjunta em nome dos trabalhadores rurais e pela reforma agrária.

Salientamos, nesta trajetória de lutas, que o STR dava orientação aos trabalhadores rurais no município de Touros e sua inserção nas diversas lutas favoreceu a organização de muitos deles em busca do atendimento de suas reivindicações e de seus direitos. Um dos inúmeros conflitos que o STR enfrentou foi com o Estado, no Projeto Boqueirão⁵⁷, município de Touros.

Diferentemente da interpretação do STR, era a visão que tinha o MST sobre o motivo do estremecimento de suas relações com o sindicato, que se estendeu aos

⁵⁷ Tal Projeto de colonização que visava à cultura de coqueiros caracterizou-se por uma ação violenta contra trabalhadores rurais que habitavam a área escolhida para a implantação do projeto e se negaram a abandonar suas terras. Ao não respeitar o critério que garantia a prioridade a esses trabalhadores os órgãos estatais entraram em conflito com parte dos trabalhadores, composto por 36 famílias, da localidade do Geral (ARAÚJO, 2001).

trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui. O entendimento do MST fica explicitado na entrevista de seu ex-dirigente:

Existia um certo entrave era do Movimento [MST] ou de alguns dirigentes do Movimento com o presidente do sindicato. O presidente (...) tinha uma linha e achava que aquela linha que ele defendia (...) tinha que ser a linha exercida. Tinha que ser executada aquela linha e não poderia executar outra linha com outro movimento de fora que não era para aqueles trabalhadores chegar com uma conversa com a linha diferente da que ele já tinha no município. Então, teve problemas não com o sindicato, teve alguns problemas com o presidente. (E. O.)

A compreensão do MST acerca das divergências nas relações entre as entidades foi de que estas se concretizaram porque o presidente do STR queria impor uma linha política a ser exercida no movimento de luta pela terra em Lagoa do Jiqui. Nesta perspectiva, tais conflitos foram causados não por problemas na relação com o STR de Touros, mas com a pessoa do seu presidente que não se dispunha a estabelecer uma ação conjunta com o MST.

Apesar do STR e MST colocarem como causa dos conflitos internos a posição assumida e exercida pela outra entidade no processo de suas relações no conflito de terra em Lagoa do Jiqui, estes problemas foram motivados pela disputa destas entidades pelo poder de organização da luta dos trabalhadores.

Essa situação conflituosa entre o STR e o MST aponta que “embora situadas num mesmo campo, a fala de cada um denuncia a existência de uma disputa por concepções quanto às formas de encaminhar as lutas e organizar os trabalhadores. Na verdade trata-se de forças políticas em disputa por direção dos movimentos.” (ARAÚJO, 2001, p.78)

Analisamos que, subjacente aos conflitos intraclasse social, existiu uma intensificação nas relações e na disputa de poder entre o STR e o MST, em que

cada um objetivava ser o único a exercer a representação dos trabalhadores no conflito; disputa em que o STR buscava continuar ser a referência de entidade representativa dos interesses dos trabalhadores rurais e o MST que objetivava ser a referência de luta pela terra e pela reforma agrária.

Tem-se que os conflitos entre STR e MST que ocorreram por divergências em torno de valores, concepções de luta, táticas de negociação ou enfrentamento e posturas assumidas no conflito, e entre os trabalhadores que se dividiram para defender estas posições, criaram um impasse irreduzível que culminou com o afastamento do MST. As falas dos trabalhadores abordam o afastamento do MST do conflito:

O motivo de maior afastamento da gente com o MST foi que havia o sindicato. E como o Sindicato de Touros, não sei outro sindicato porque eu não conheço, mas o Sindicato de Touros nunca se deu bem com o MST. Eles [os dirigentes do MST] acharam impossível estarem aqui dentro do acampamento que tivesse também o sindicato. Eles saíam diziam uma coisa, o sindicato vinha dizia outra. (...) Porque o MST dizia que tinha de fazer de um jeito, o sindicato dizia que tinha de fazer de outro, ficava um grupo dividido. Então, eles não queriam criar problema queriam ajudar, acharam melhor se afastar. (P. J.)

A relação não era boa. (...) o sindicato falava muito contra o MST e eu via ele fazia as coisas mais bem feitas que o sindicato que era da parte da gente. Eu acho que eles [os dirigentes do MST] saíram daqui foi mais por esse motivo. Porque nunca eles se unem. Eu acho o sindicato com esse outro [MST] nunca se unem. (S. D.)

Não foi tanto por nossa parte, foi por uns e outros não. Que uns queriam o MST e outra parte queria o sindicato. Então, para não haver divergência entre ninguém, entre uma parte e outra, a gente nem falou que o MST se afastasse da gente e nem que ele voltasse. Eles saíram que viram que o sindicato queria comandar, queria agir mais do que eles, embora que o sindicato não agia. Eles foram e abandonaram. (A.J.)

Os relatos dos trabalhadores evidenciaram que um dos problemas do afastamento do MST foi a divisão que se estabeleceu entre os referidos trabalhadores e o outro problema era o fato do MST está dando a direção do movimento de luta.

Além dos embates com as classes dominantes, existe entre os trabalhadores, conflitos intraclasse social decorrentes das divergências em relação a seu processo organizativo. Classe trabalhadora que se encontra, atualmente, heterogênea e complexificada, o que impõe uma fragmentação de suas reivindicações e lutas, enfraquecendo a representação e organização dos trabalhadores.

A heterogeneização da classe trabalhadora, segundo ANTUNES (1995), teve como conseqüência, para a representação sindical, a intensificação da tendência neocorporativa que objetiva a preservar os interesses dos trabalhadores estáveis, com vínculo sindical, contra os segmentos que constituem o trabalho precário, parcial, entre outros, denominado subproletariado.

A não articulação dos vários segmentos da classe trabalhadora, em torno de seus interesses, impõe dificuldades ao desenvolvimento e à consolidação de uma consciência de classe pelos trabalhadores e à construção de um projeto de hegemonia das classes subalternas.

O afastamento do MST foi resultado de uma disputa pela hegemonia da luta, na qual a entidade teria o reconhecimento dos trabalhadores como seu representante legítimo, capaz de exercer essa hegemonia, ou seja, dar a direção no processo de orientação, formação e organização. Assim,

...é efetivamente 'na esfera da hegemonia que culmina a análise das diferentes relações de força' que determinam uma 'situação' e particularmente, segundo o momento ou relação das forças políticas, onde a fase econômica corporativa é

ultrapassada em proveito da fase política, onde a luta puramente econômica de um grupo se eleva a um plano 'universal', 'criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados'. (GRAMSCI, 1978a, p.30, nota 10)

Para a construção da hegemonia, grande importância tem o partido político das classes subalternas em que sua ação volta-se para dar a direção do movimento dos trabalhadores, estabelecendo um nexo entre cultura científica e cultura popular. "Deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a ela, isto é, em que funcionam quase como 'experimentadores' históricos de tais concepções." (GRAMSCI, 1978b, p. 22) Os partidos políticos contribuem para a constituição das classes subalternas em *classe para si* e para a elaboração de sua hegemonia.

No município de Touros, região palco do conflito, os partidos das classes subalternas não têm visibilidade e, sim, os partidos das classes dominantes, devido à situação histórica de dificuldade de organização da classe trabalhadora.

A luta política era pela hegemonia da direção do movimento de luta dos trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui que possibilitasse a estas entidades representativas dos trabalhadores do campo exercer a sua linha política. "Nesse sentido, a hegemonia se refere à capacidade de uma dessas classes que aspire a dirigir o conjunto da sociedade em trabalhar os interesses do conjunto dos setores subalternos, em termos de um projeto universal, que contemple a organização e a participação relacionadas à política como dimensão pedagógica." (CARDOSO, 1995, p.71)

A análise que os trabalhadores fizeram acerca do afastamento do MST se efetivou conforme a posição que eles tinham a favor do STR ou do MST. Aqueles a

favor do STR apontaram que a postura combativa do MST, associada por estes a uma postura violenta, foi o motivo do rompimento. Outra parte dos trabalhadores, que era a favor do MST, alegou ter sido a postura defensiva do STR a causa do afastamento.

Consideramos que as relações entre os trabalhadores rurais e o MST tiveram como eixo problemático a disputa pela direção da luta em que o STR não queria perder a direção, já que sua inserção no conflito tinha sido anterior à do MST e este objetivava a assumir essa direção, o que teve como desdobramentos a divisão dos trabalhadores em torno das posturas diferenciadas do STR e MST e o afastamento deste último do conflito.

A partir daí, a luta dos trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui passou a ter o direcionamento do STR, cujos encaminhamentos e ações realizadas tiveram como base a compreensão do sindicato do que era o movimento de luta pela terra, sendo este realizado, prioritariamente, através da negociação, em que a competência do STR era assumir a defesa, representação e assistência jurídica dos trabalhadores. Esta direção vem sendo realizada com alguns conflitos e embates, mesmo após a desapropriação da área em que se deu o conflito.

Embora o MST tenha se afastado relações conflituosas que se estabeleceram entre os trabalhadores rurais, STR e MST durante o conflito pela posse da terra em Lagoa do Jiqui ainda perduram até hoje, momento em que está sendo constituído o assentamento.

Um fato que merece destaque se refere à eleição para a segunda gestão da associação, na qual foram formadas duas chapas: uma tinha como candidato a presidente um trabalhador que defendia a postura do STR e que recebeu seu apoio, e a outra um outro trabalhador que era simpatizante do MST, e que, por esse motivo,

foi alvo de oposição do sindicato. Esta oposição originou-se desde o acampamento e no assentamento, na primeira gestão da associação, quando ele assumia o cargo de secretário, e encontra-se expressa na fala do representante do sindicato:

E tem um rapaz lá [no assentamento] que hoje é o presidente da associação do Jiqui que ele tem sempre que ser o mandão. E a gente tinha muito quebra cabeça nas reuniões quando era a outra diretoria, ele fazia parte da diretoria, inclusive era o secretário, porque ele fazia as coisas sem discutir com o grupo. (...) Que não era tão ruim, mas estava errado porque se discutiu que tudo tinha que passar pela discussão da diretoria que era para não haver problema antes da discussão do grupo. (...) Então, trabalhou, socou [insistiu] demais e conseguiu ganhar as eleições e eu quero dizer que ele é contra as decisões do sindicato. (D. F.)

Na primeira gestão da associação, o seu presidente tinha uma maior aproximação com o STR, realizando um trabalho no assentamento com a sua orientação e participação ativa. Já a atual gestão, ao contrário, tem desenvolvido um trabalho no assentamento sem uma relação muito próxima com o sindicato.

Considerando que, apesar dos candidatos a presidência da associação terem uma determinada visão de como encaminhar a luta, os demais cargos existentes na associação foram assumidos por trabalhadores que tanto concordam quanto divergem da postura defendida pelo presidente.

Os conflitos estiveram presentes na primeira gestão da associação, principalmente: entre o presidente do STR, na época, juntamente com o presidente da associação, que comungava da mesma posição, e o seu secretário que estava mais ligado ao MST e continuam, atualmente, envolvendo estas mesmas pessoas, em que duas estão em cargos diferentes nas referidas entidades e a outra que defende a postura do STR e não está na atual gestão da associação.

As posições dos trabalhadores continuam sendo associadas à ligação mais próxima com o STR e MST. Alguns trabalhadores continuam considerando ter o STR a melhor forma de negociação e outros assumem a mesma posição, apesar do afastamento do MST, de conceber a posição do MST a mais adequada a luta pela terra. Esses conflitos ocorrem apenas em decorrência das divergências entre as posições do STR e MST ou apontam para uma disputa de hegemonia entre trabalhadores que comungam com a visão do STR e trabalhadores simpatizantes do MST?

Constatamos que esta situação revela que os trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui continuam divididos ao redor das posições que assumiram quanto à postura do STR e do MST. Apontam, mais ainda, que os conflitos entre os trabalhadores, como também entre estes e o STR continuam existindo e marcando suas relações.

Assim, “criar as condições de unificação da luta social, recusando a separação de luta política e luta ideológica, significa criar ainda na situação de subalternidade as condições de uma nova hegemonia. Mas, para tal, é necessário aprofundar o poder de crítica e de intervenção consciente na luta...” (DIAS, 1997, p.135)

Compreendemos neste processo de luta pela terra e conflitos intraclasses sociais que os trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui encontram-se em processo de construção de sua identidade, em que esta elaboração é permeada de contradições, embates e lutas.

O atual estágio do processo de formação de uma identidade de classe social envolveu avanços e recuos, limites e possibilidades de alcançar um novo patamar de uma consciência crítica. Naquele momento perdeu-se a dimensão de que o

antagonista da luta dos trabalhadores rurais era o latifundiário com o aparato estatal a seu favor e não o MST e o STR.

De acordo com a direção da luta, em que se tem a perspectiva de reivindicações imediatas, reformas ou mudanças radicais na sociedade, pode-se ter uma ampliação da visão crítica das classes subalternas, fundamentada em uma compreensão de mundo coerente e unitária dos trabalhadores e a possibilidade de construção de uma hegemonia das classes subalternas.

Cabe considerarmos que não é por se tratar de uma luta das classes subalternas contra a opressão e exploração dos representantes do capital que não existam conflitos intraclasse social. Conflitos que envolveram a afirmação de projetos e posições diferenciadas acerca das formas de ações e estratégias de luta mais adequadas; envolveram, ainda mais, a hegemonia da orientação, formação e organização do movimento de luta pela terra, enquanto reconhecimento da representatividade dos interesses e reivindicações dos trabalhadores rurais, o que incidiu na luta fragmentando a organização dos trabalhadores e fragilizando as relações entre os trabalhadores e as entidades.

Apesar dos conflitos a luta foi fortalecida pela diversidade de encaminhamentos das entidades, o que enriqueceu seu processo pela posse da terra em Lagoa do Jiqui, como também pelas reuniões que propiciaram reflexões sobre conjuntura, questão da luta pela terra, relações entre os acampados, entre outras análises.

Diante da luta e dos conflitos intraclasse social, há a necessidade de realização de uma unidade entre as entidades que propicie uma articulação e ação conjunta entre estas, no intuito de alcançar os seus objetivos e fortalecer a organização dos trabalhadores. O fortalecimento da organização e luta dos

trabalhadores contribui para o reconhecimento de uma identidade de classe social, a fim de construir novas relações societárias e uma hegemonia das classes subalternas. Hegemonia que pressupõe a reforma intelectual e moral, em que o partido político revolucionário, como intelectual coletivo, tem o papel de elaboração de uma nova cultura da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A não-estruturação autônoma das classes subalternas, o fato de elas terem que ser resposta a outros – os dominantes –, faz com que a totalidade da sua existência (rica e contraditória) seja tendencialmente reduzida à cotidianidade, à imediatidade, à fragmentariedade, atuando, fundamentalmente, nos limites do campo econômico-corporativo, ou seja, da sua reprodução pura e simples. Perde-se, assim, a perspectiva da construção do momento ético-político, vale dizer o da construção da sua identidade como classe e, portanto, o projeto de sua hegemonia.

Edmundo Fernandes Dias

A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização

A situação atual no campo expõe sua face perversa em que: uma quantidade considerável de trabalhadores rurais está submetida à opressão e à exploração das classes dominantes, vivenciando condições de trabalho e de vida que desconsideram direitos por eles já conquistados; e uma outra, expulsa do campo, migra para as cidades, provocando um excedente populacional e a intensificação dos problemas urbanos, expressos no aumento da pobreza, miséria e mendicância. Esta realidade revela as condições em que vive a classe trabalhadora, enquanto classe-que-vive-do-trabalho, à margem do processo de desenvolvimento econômico e social em curso no País, situação resultante do processo de acumulação capitalista extremamente excludente. Revela, enfim, uma sociedade injusta e desigual em que a riqueza é produzida socialmente pelos trabalhadores e sua apropriação se realiza de forma privada pelos representantes do capital.

Frente a esta problemática, os trabalhadores do campo têm desenvolvido diversas formas de enfrentamento e resistência para se contraporem à opressão, exploração e dominação exercidas pelas classes dominantes que representam os

interesses do capital. Neste sentido, devido aos posicionamentos assumidos por latifundiários, grandes empresas e grupos econômicos, intensificam-se os conflitos de terra em que trabalhadores lutam por permanecer na terra ou para ter acesso a esta.

A postura das classes dominantes efetiva-se através de ameaças e ações de intimidação àqueles trabalhadores que se contrapõem ao exercício desmedido de poder realizado por elas, em que o uso da violência sob as mais diversas formas tem sido uma constante no processo de luta pela terra em todo o País, na qual trabalhadores rurais vêm sendo alvo desde agressões físicas, perseguições, assassinatos até ao não reconhecimento de seus direitos; direitos conquistados em um processo histórico de lutas e embates políticos.

Nestes confrontos entre trabalhadores e latifundiários, empresas e grupos econômicos, torna-se evidente a favor de quem estão a polícia, a justiça e outros órgãos estatais que dão cobertura às ações das classes dominantes. Ou seja, por estarem a serviço de uma classe específica, a que representa o capital, defendem, pois, seus interesses.

A realidade agrária no Rio Grande do Norte apresenta um quadro em que as ações e investimentos governamentais têm favorecido, predominantemente, os interesses de grandes proprietários de terra, o que tem provocado o aumento da pobreza no campo, o crescimento da miséria e marginalidade de trabalhadores, configurados na questão social.

Contribuindo para o agravamento desta realidade, apontamos a administração municipal de Touros que não tem um programa de políticas públicas e, sim, ações pontuais de poucos resultados efetivos para a problemática da terra, haja vista não ser prioridade nela manter o trabalhador em condições de produzir e,

em decorrência, comercializar seus produtos para a cidade, em uma articulação que promove o desenvolvimento do município.

No enfrentamento da luta pela terra, os trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui também sofreram diversas formas de violência, mas estas não se constituíram entrave a um recomeçar cotidiano de uma resistência que os fortalecia a persistirem na luta pela sua conquista, no intuito de garantir seu principal meio de sobrevivência.

Os conflitos intraclasse social apontaram que existia uma disputa pela hegemonia para ser reconhecido não somente pelos trabalhadores como único representante daquele movimento de luta pela terra, mas também pelas entidades envolvidas no conflito e sociedade civil.

Esse processo de disputa política pela direção do movimento de luta pela terra entre o MST e o movimento sindical não é um processo isolado que ocorreu apenas no conflito de terra na área de Lagoa do Jiqui, mas é uma disputa pela representação dos trabalhadores que se realizou em outros conflitos, inclusive no município de Touros.

Sinalizamos que inúmeros problemas tiveram o MST em sua inserção no Rio Grande do Norte com outras entidades, dentre elas os sindicatos, em virtude do MST ser criticado por tomar decisões sem a consulta das outras entidades envolvidas no conflito. Esta situação aponta uma disputa pela direção do movimento de luta dos trabalhadores? Constatamos que a base desses conflitos é a disputa pela hegemonia do movimento dos trabalhadores.

Cumpramos ressaltarmos a importância que têm as alianças como forma de fortalecer a organização e a luta dos trabalhadores e da realização de uma ação conjunta para definição e efetivação de suas estratégias, de seu encaminhamento, enfim, que resultem no seu avanço e nas suas conquistas.

Na análise do conflito de terra em Lagoa do Jiqui, pudemos observar que os conflitos intraclasse social, que resultaram no afastamento do MST, têm repercussões, atualmente, nas relações no assentamento. As posições dos trabalhadores rurais continuam a ser associadas ao apoio e defesa que fizeram ao STR e ao MST.

Destacamos que a atual gestão da associação tem no cargo de presidente um trabalhador que se identifica com a visão do MST, daí o conflito com alguns trabalhadores e, principalmente, com o ex-presidente do sindicato que se encontra em outro cargo no STR e que faz muitas críticas a administração e a pessoa do presidente da associação.

É importante salientarmos que embora a atual gestão da associação se respalde em decisões coletivas tomadas nas reuniões da associação e na transparência de sua prestação de contas, o que demonstra um avanço e uma conquista, contraditoriamente, apresenta um limite ao terem as responsabilidades centralizadas na figura do presidente da associação.

Os conflitos intraclasse social sinalizaram que os trabalhadores de Lagoa do Jiqui encontram-se em um processo de formação de uma consciência política, tendo em vista não existir uma identidade de classe social e clareza da relação antagônica capital e trabalho, e de quem são os antagonistas. Devemos considerar que o processo de construção de uma identidade de classe social pelos trabalhadores não é linear, mas contraditório em que existe a acomodação e a contestação às práticas e aos valores que violam seus direitos.

Essa dificuldade das classes subalternas de elaborarem uma identidade de classe social se dá a partir da inserção subordinada na estrutura social, cujas ações frente às classes dominantes limitam-se ao econômico-corporativo, aos problemas

da cotidianidade, resultando na perda de perspectiva das classes subalternas de construção de sua identidade como classe social e do projeto de sua hegemonia.

Ademais, as relações conflituosas que causaram o afastamento de uma relação de aliança tornaram-se um obstáculo ao desenvolvimento de um sentimento de pertencimento a uma classe social por parte dos trabalhadores, na qual apesar dos conflitos eles tinham interesses de classe comuns, de alcançar, através de suas ações, a desapropriação da terra e, assim, obter mudanças nas condições em que viviam, como também de superar a situação de exploração e subordinação frente às classes dominantes. Este sentimento de pertencimento às classes subalternas se dá por um processo permeado de avanços, limites, conquistas e luta. À medida que se relacionam, os trabalhadores vão mudando suas posições e elaborando uma nova síntese do processo de luta pela terra.

Consideramos que os conflitos que se estabeleceram entre integrantes de uma mesma classe social dificultaram a organização dos trabalhadores e impediu sua compreensão de que estavam travando uma luta entre classes dominantes e classes subalternas. Mesmo existindo conflitos, houve um avanço na organização e luta pelo processo político que fizeram os trabalhadores repensarem a sua prática e com o trabalho das entidades, que trouxeram novos elementos para a reflexão das estratégias e táticas de luta e da organização dos trabalhadores, o que enriqueceu e fortaleceu o movimento pela posse da terra em Lagoa do Jiqui.

Diante do neoliberalismo, da hegemonia do capital e da heterogeneidade dos trabalhadores, dificuldades a eles impostas, o grande desafio é superar o neocorporativismo e aglutiná-los em torno de interesses coletivos e de uma identidade e consciência de classe social, que possibilite a elaboração de um projeto de hegemonia das classes subalternas. O reconhecimento de pertencer às classes

subalternas favorece a construção de um projeto societário de classe e de fundamentação para se alcançar uma nova hegemonia, em que importante contribuição tem o partido político para o desenvolvimento de uma nova cultura e de uma vontade coletiva nacional popular, no sentido de construir por sua vez um projeto de uma nova sociedade e de possibilidade de substituição do Estado.

A luta não se encerrou na conquista da terra, mas continua na de outros direitos que possam garantir desenvolvimento ao assentamento e mudanças em suas vidas. Estes direitos somente serão assegurados pela organização, união e luta dos trabalhadores rurais de Lagoa do Jiqui e estão relacionados a mudanças estruturais na sociedade capitalista, em que se tem uma legislação fragmentada e o não reconhecimento de direitos. Tais mudanças implicam possibilitar uma política de crédito para os trabalhadores produzirem e alternativas de comercialização da produção, a fim de que possam viver, com dignidade, do trabalho na Terra.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANTUNES, R. A classe-que-vive-do-trabalho: a forma de ser da classe trabalhadora hoje. In: _____. **Os sentidos do trabalho**. Ed. Boitempo, 1999. p. 101-117.

_____. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 1995. Cap. II e III. p. 39-72.

ARÁUJO, S. G. de. **Assentamentos rurais, trajetória dos trabalhadores assentados e cultura política:** assentamento Fazenda Zabelê. Rio de Janeiro, 2001. Tese (Doutorado em Sociologia Rural) – Setor de Desenvolvimento e Agricultura, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

_____. **A produção familiar nos assentamentos rurais:** viabilidade ou utopia? Projeto apresentado à banca de seleção do doutorado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

_____. **Terra e poder:** a luta pela terra no município de Touros/RN. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Setor de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

AZEVEDO, F. A. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v. 14).

BEHRING, E. R. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

BERGAMASCO, S. M. P. P. ; NORDER, L. A. C. A trajetória do estatuto da terra e o paradoxo agrário dos anos 90. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. n. 1, v. 25, 169-184, jan./abr. 1995.

CARDOSO, F. G. **Organização das classes subalternas:** um desafio para o serviço social. São Paulo: Cortez, EDUFMA, 1995.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CINTRA, M. da C. B. **A trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Sergipe: 1985 – 1997**. Recife, 1999. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco.

COSTA NETO, C. Reforma agrária no Brasil: a intervenção do MST e a atualidade do programa de transição. **Revista Outubro**. Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo, n. 2, p. 05-19, nov.1998.

COUTINHO, C. N. **Dualidade de poderes: estado, revolução e democracia na teoria marxista**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CRUZ, D. da S. Participação da Igreja Católica na organização de sindicatos de trabalhadores rurais no Rio Grande do Norte (1960-1964). **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano VI, n.18, p. 119-131, ago. 1985.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985. (Coleção América Latina).

DIAS, E. F. **A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização**. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 1997. (Textos Didáticos, n. 29).

DRUCK, M. da G. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ELEUTÉRIO, A. P. da S. ; LIMA, A. T. de. **“Contente com minha terra, cansado de tanta guerra”**: as múltiplas formas de violência vivenciadas pelos (as) trabalhadores (as) rurais do conflito de terra na Lagoa do Jiqui. Natal, 1998. Trabalho de Graduação (Bacharelado em Serviço Social) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ENGELS, F. Prefácio de Engels para a terceira edição alemã. In: MARX, K. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Tradução de: Leandro Konder e Renato Guimarães. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

FERNANDES, A. E. S. da M. A cultura política da crise dos anos 80. In: _____. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 87-116.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, v.92).

_____. **Gênese e desenvolvimento do MST.** São Paulo, 1998. (Caderno de Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, n. 30).

FILHA, F. G. T. **Agricultura e gênero:** o trabalho feminino na comunidade rural de Santa Cruz, Apodi-RN. Mossoró, 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Setor de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

GOUVEIA, E. C. de. et al. **Memória da escola de serviço social de Natal (1945-1955).** Natal: Editora Universitária, 1993.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno.** Tradução de: Luiz Mário Gazzaneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. (Coleção Perspectivas do Homem, v.35, Série Política).

_____. **A questão meridional.** Tradução de: Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Pensamento Crítico, v.72).

_____. **Obras Escolhidas.** Tradução de: Manuel Cruz. São Paulo: Martins Fontes, 1978a. (Série Novas direções).

_____. **Concepção dialética da história.** Tradução de: Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b. (Coleção Perspectivas do Homem, 12).

GRAZIANO, F. **A tragédia da terra:** o fracasso da reforma agrária no Brasil. São Paulo: IGLU, FUNEP, UNESP, 1991.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel.** Tradução de: Dario Canali. 12. ed. Porto Alegre: L&PM, 1980.

_____. Classe operária e revolução democrática. In: _____. **O pensamento de Lênin.** Tradução de: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.47-70.

IAMAMOTO, M. V. O reencontro com o debate contemporâneo: classe e cultura. In: _____. **Trabalho e indivíduo social:** um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2001. p. 80-99.

_____. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IANNI, O. Dialética e ciências sociais. In: FAVARETTO, C. F. ; BOGUS, L. M. M. ; VÉRAS, M. P. B. (Orgs.). **Epistemologia das ciências sociais**. São Paulo: EDUC, 1984. p. 93-105. (Série Cadernos PUC,19).

IOKOI, Z. M. G. Lutas camponesas. In: **Lutas sociais na América Latina: Argentina, Brasil, Chile**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. p. 54-81. (Série Revisão, 35).

LEITE, S. Políticas públicas e agricultura no Brasil: comentários sobre o cenário recente. In: LESBAUPIN, I. **O desmonte da nação (balanço do governo FHC)**. Petrópolis: RJ: Vozes, 1999. p.153-180.

LÊNIN, V.I. **Que fazer?** Tradução de: Kyra Hoppe e Alexandre Roudnikov. São Paulo: Hucitec, 1978. (Coleção Pensamento Socialista).

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. Tradução de: Carlos Eduardo Silveira Matos; Regis de Castro Andrade; Dinah de Abreu Azevedo. 2 ed. Cap.11. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 243-264. (Os Economistas).

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. Tradução de: José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1990a. (Coleção Os pensadores).

_____. **Miséria da filosofia**. Tradução de: Luís M. Santos. São Paulo: Edições Mandacarú, 1990b.

_____. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Tradução de: Leandro Konder e Renato Guimarães. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

_____. **O capital**. Livro I, Capítulo VI (Inédito). Tradução de: Eduardo Sucupira Filho. 1. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MARX, K. ; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. Vol.1. São Paulo: Alfa-Omega, [19-].

MEDEIROS, L. S. de. Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões. In: **Fórum Alternativas para Agricultura Brasileira**. Rede Interamericana Agricultura e Democracia. Rio de Janeiro, 1994. p. 1-64. (Cadernos Temáticos, n.1).

MINC, C. **A reconquista da terra**: estatuto da terra, lutas no campo e reforma agrária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (Coleção Brasil: os anos de autoritarismo).

MOREIRA, R. J. Quadro recente da agricultura brasileira: a modernização tecnológica e seus determinantes. In: _____. **Agricultura familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad/UFRRJ/CPDA, 1999. p. 37-64.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NAVARRO, Z. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p.111-133.

NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Ano XVII, n. 50, p.87-13, abr. 1996.

OLIVEIRA, F. de. A nova hegemonia da burguesia no Brasil dos anos 90 e os desafios de uma alternativa democrática. In: CIAVATTA, M.; FRIGOTTO, G. **Teoria e educação no labirinto do capital**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 47-71.

_____. **Elegia para uma re(li)gião**: sudene, nordeste. Planejamento e conflito de classes. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **O elo perdido**: classe e identidade de classe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RIBEIRO, M. de F. M. **MST - No Rio Grande do Norte**. São Mateus, 2002. Trabalho de Graduação (Licenciatura em Pedagogia) – Pólo Universitário de São Mateus, Universidade Federal do Espírito Santo.

RUDÉ, G. **Ideologia e protesto popular**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SÁ, M. A. F. de. **Dos velhos aos novos coronéis**: um estudo das redefinições do coronelismo. Recife: UFPE/PIMES, 1974.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

SILVA, J. F. G. da. (Coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978. (Coleção Estudos Rurais).

SILVA, J. G. da. **A reforma agrária brasileira na virada do milênio**. São Paulo: ABRA, 1996.

SILVA, J. G. da. **O que é questão agrária**. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

SILVA, R. M. A. da. **A política fundiária no Rio Grande do Norte no período 1985 a 1990**: os interesses e ações do estado capitalista e da sociedade civil. Natal, 1994. Monografia (Especialização em Serviço Social) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

STÉDILE, J. P. **Latifúndio**: o pecado agrário brasileiro. São Paulo, 2000. (Caderno de Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, n. 33).

_____. A luta pela reforma agrária e o MST. In: _____ (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 95-110.

TONET, I. Cidadão ou homem livre? In: _____. **Democracia ou liberdade?** Maceió: EDUFAL, 1997. p.163-184.

TRINDADE, R. L. P. **Processo organizativo de camponeses e ação de agentes externos**: o caso das associações comunitárias rurais de Palmeira dos Índios - AL. Recife, 1993. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1990.

DOCUMENTOS

INCRA. **Balanco da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar 2001**. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/-htm/serveinf/-htm/balanco/balanco1.htm> > Acesso em: 04 ago. 2002.

Atlas do Rio Grande do Norte. Natal: Editora o Diário S/A, 2002.

FETARN. **Projetos de assentamentos por ano de criação no RN**. Natal, 2001.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2000**. Rio de Janeiro, 2001.

INCRA. Superintendência Regional do Rio Grande do Norte – SR (19) RN. **Relatório consolidado populacional de assentamentos de famílias**. Natal, 27/11/2001.

INFORMATIVO SAR. **Violência no campo**: conflito de terra envolvendo a Lagoa do Jiqui e Fazenda Souza – Touros. Natal, Ano 07, n. 29, 20/08/1996.

INFORMATIVO SAR. **Conflito de terras em Touros**. Natal, Ano 05, n.20, 25/11/1994.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte. **Anuário Estatístico Rio Grande do Norte – 2000**. Natal, 2000.

7 perguntas sobre os sem terra. **Jornal Sem Terra**, Edição Especial, n. 1. São Paulo, jul. 2000. p. 2.

Recomeça conflito de terra em Touros com grilagem em fazenda. **Tribuna do Norte**, Natal, 27 nov.1994.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL. **Relatório das atividades em 1998**. Natal, dez. 1998.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL. **Registro de atividades**. Natal, 01 dez. 1997.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL. **Relatório anual de atividades 1995**. Natal.

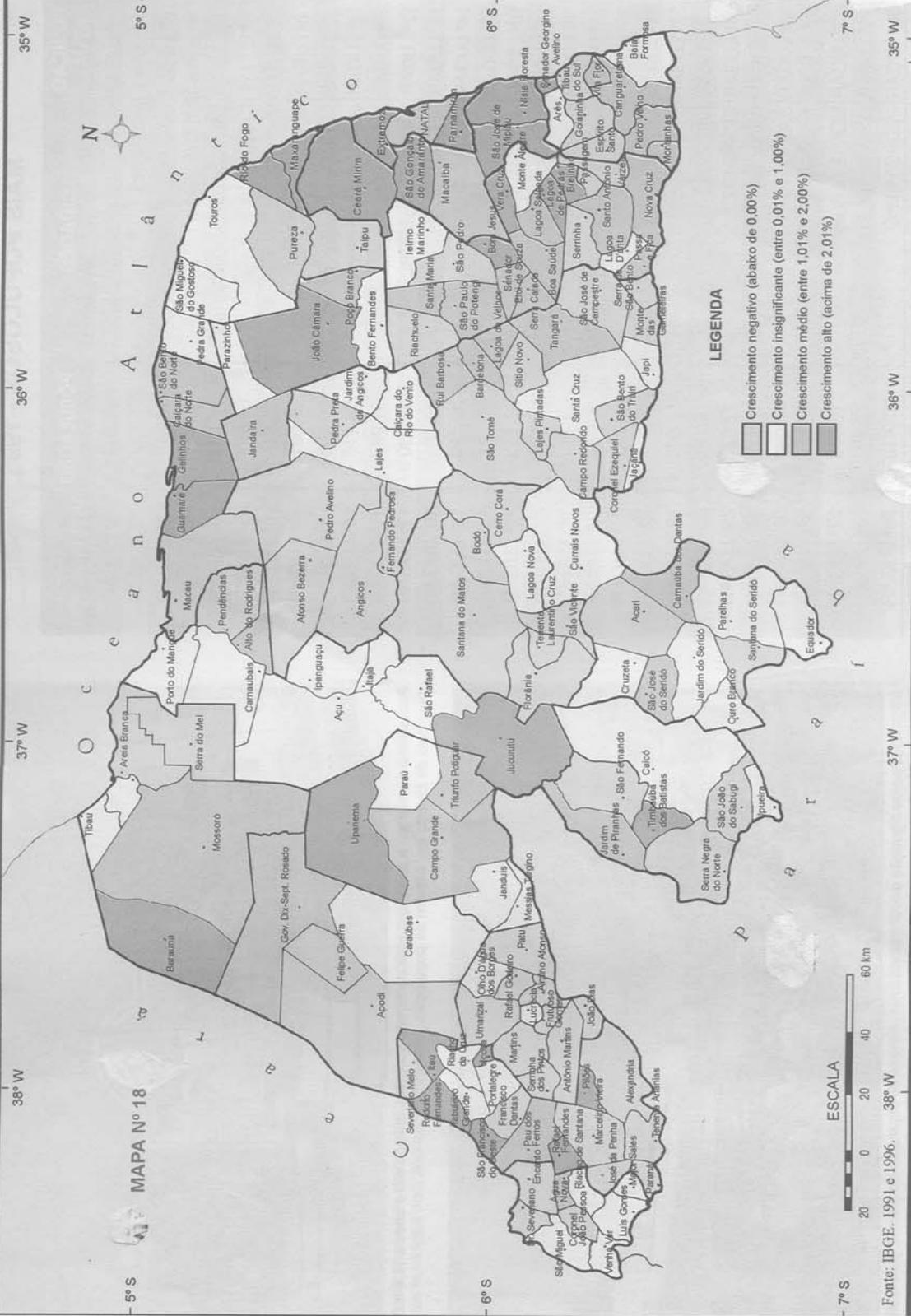
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL. **Relatório de viagem**. Natal, set. 1994.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL. **Relatório anual de atividades 1994**. Natal.

TEIXEIRA, G. **Um perfil da agricultura e da reforma agrária no Brasil entre 1995 e 1999**. Partido dos Trabalhadores – PT. Liderança da Bancada na Câmara Federal. Brasília, maio 2000.

ANEXOS

RIO GRANDE DO NORTE TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO POR MUNICÍPIOS - 1991/1996



ROTEIRO DA ENTREVISTA – Trabalhadores Rurais

I. Identificação do entrevistado

II. Sobre a luta pela terra

III. Resultados da luta

IV. Relações com o MST

V. Relações com as demais forças políticas que atuaram na área

ROTEIRO DA ENTREVISTA – STR de Touros

I. Identificação do entrevistado

II. Sobre a luta pela terra

III. Relações entre o STR e os trabalhadores

IV. Relações entre o MST e o STR

V. Relações com as demais forças políticas que atuaram na área

ROTEIRO DA ENTREVISTA – MST

I. Identificação do entrevistado

II. Sobre a luta pela terra

III. Relações entre o MST e os trabalhadores

IV. Relações entre o MST e o STR

V. Relações com as demais forças políticas que atuaram na área

ROTEIRO DA ENTREVISTA – SAR

I. Identificação do entrevistado

II. Sobre a luta pela terra

III. Relações entre o SAR e os trabalhadores

IV. Relações entre o SAR e o STR/MST

V. Relações com as demais forças políticas que atuaram na área



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE - SR(19)RN
DIVISÃO DE SUPORTE OPERACIONAL - SR(19)/O

Demonstrativo dos Projetos de Assentamento -Total por Município

**RELATÓRIO CONSOLIDADO POPULACIONAL
DE ASSENTAMENTOS DE FAMÍLIAS**

Cód. Proj.	Nome do Projeto	Nome do Município	C	J	M	H	População
RN0163000	PA CANADÁ	BENTO FERNANDES	120	69	57	66	312
RN0049000	PA 07 DE JUNHO	BENTO FERNANDES	2	9	9	11	31
RN0045000	PA LIBERDADE	BENTO FERNANDES	25	30	22	39	116
RN0057000	PA MADALENA	BENTO FERNANDES	28	31	37	48	144
RN0150000	PA ESPINHEIRO	BENTO FERNANDES	164	136	117	147	564
RN0186000	PA BARRETO	BENTO FERNANDES	19	19	15	13	66
RN0221000	PA SANTA TERESA	BENTO FERNANDES	38	14	22	26	100
População Beneficiária/Assentada: 1.333							
RN0179000	PA SÃO JOSÉ DE MAXARAN	MAXARANGUAPE	91	41	33	38	203
RN0165000	PA VALE VERDE	MAXARANGUAPE	99	46	45	51	241
RN0006000	PA ZUMBI/RIO DO FOGO	MAXARANGUAPE	50	67	126	140	383
População Beneficiária/Assentada: 827							
RN0223000	PA JOSÉ RODRIGUES SOBRI	NOVA CRUZ	106	55	56	63	280
População Beneficiária/Assentada: 280							
RN0205000	PA SÃO LUIZ	PUREZA	41	21	19	25	106
RN0091000	PA CANAFÍSTULA	PUREZA	128	62	69	76	335
População Beneficiária/Assentada: 441							
RN0120000	PA LAGOA NOVA I	RIACHUELO	386	236	229	282	1133
População Beneficiária/Assentada: 1.133							
RN0216000	PA OURO BRANCO	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO	45	20	24	24	113
População Beneficiária/Assentada: 113							
RN0007000	PA LAGOA DO SAL	TOUROS	15	19	14	17	65
RN0052000	PA CANTO DA ILHA DE CIMA	TOUROS	145	95	89	119	448
RN0031000	PA ZABELÊ	TOUROS	557	367	364	439	1727
RN0076000	PA ARIZONA	TOUROS	340	169	177	207	893
RN0102000	PA QUILOMBO DOS PALMAR	TOUROS	481	275	305	347	1408
RN0117000	PA ANTONIO CONSELHEIRO	TOUROS	317	125	137	175	754
RN0149000	PA COLORADO	TOUROS	30	19	13	24	86
→ RN0185000	PA SÃO SEBASTIÃO II	TOUROS	35	19	31	31	116
RN0105000	PA CHICO MENDES	TOUROS	145	67	63	77	352
População Beneficiária/Assentada: 5.849							

Natal(RN), 27/11/2001

C = Criança menor de 14 anos sem considerar o gênero.

J = Jovem maior de 14 anos e menor de 21 anos sem considerar o gênero

M = Mulher maior de 21 anos.

H = Homem maior de 21 anos.

ASSUNTO: QUESTÃO AGRÁRIA
TÍTULO: _____
FONTE: TRIBUNA DO NORTE DATA: 27-11-94
AUTOR: _____

Recomeça conflito de terra em Touros com grilagem em fazenda

Uma tentativa de grilagem reacendeu esta semana os conflitos de terra no município de Touros, a 84 quilômetros de Natal. O fazendeiro Otto Leite de Fonseca, dono da fazenda Capivara, conseguiu uma liminar na Justiça e chamou a polícia para impedir o acesso de 138 famílias de agricultores à área da Lagoa do Jiqui. Segundo os agricultores, o Serviço de Assistência Rural (SAR), da Arquidiocese de Natal, e a Fetarn as terras não pertencem ao fazendeiro, conhecido por outras tentativas de grilagem na região.

"A lagoa é uma área de uso comum da população de Touros há vários séculos", disse Paulo Palhano, do SAR. Com o período de seca no Estado, as águas baixaram e a atividade de pesca foi substituída pelo cultivo de bananeiras, macaxeira, batata e outras culturas de ciclo curto, nas margens da lagoa. O plantio começou em 1992, até que em novembro do ano passado o fazendeiro Otto Leite conseguiu um mandado de reintegração de posse, expedido pelo juiz Aderson Silvino de Souza. As famílias de trabalhadores não aceitaram a decisão judicial e continuaram a trabalhar na terra até que no último dia 24 a Polícia Militar impediu o acesso à área.

Paulo Palhano acredita que o fazendeiro usou de artifícios para conseguir o mandado judicial. "Ele está considerando a área da lagoa, ao norte da fazenda Capivara, como uma continuação da propriedade". Em 1984, Otto Leite tentou, sem sucesso, grilar terras na localidade de Caraubinha, ao sul da fazenda. Na década de 60, segundo o SAR, o fazendeiro também envolveu-se em outros conflitos de terras no município de João Câmara. Os advogados do Pólo Sindical do Mato Grande vão requerer a suspensão da liminar de reintegração de posse, antes da audiência dos trabalhadores com o juiz, marcada para o dia 13 de dezembro.

Esta semana, uma comissão de trabalhadores vem a Natal para uma reunião com os técnicos do Incra e do Instituto de Terras do Rio Grande do Norte (Itern). Não será a primeira reunião. "É preciso que as autoridades fundiárias do Estado encontrem uma solução para o conflito, que já se arrasta por dois anos", comentou Paulo Palhano, alertando para os riscos de ocorrerem migrações e "saques no comércio de Touros" por parte das famílias que estão impedidas de cultivar as terras.

CONFLITO DE TERRAS EM TOUROS

138 famílias de trabalhadores foram impedidas de entrar na terra de trabalho.

"ESTAMOS PRECISANDO DA AJUDA DA IGREJA, DO SAR. É QUE HOJE 924/11/94) PE LA MANHÃ, 46 HOMENS FORAM IMPEDIDOS DE TRABALHAR NA TERRA DO CONFLITO DE LAGOA DO JIQUI. A POLÍCIA MILITAR NÃO DEIXOU NINGUÉM ENTRAR NA ÁREA".

Com essas palavras um trabalhador sem terra telefona aflito, ontem pela manhã, para o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL - SAR órgão da Arquidiocese de Natal, para denunciar que mais uma vez foram impedidos de trabalhar na área de conflito Lagoa do Jiqui. O impedimento foi feito pela Polícia Militar.

Ontem mesmo, (24/11/94), o SAR expediu comunicação ao INCRA e ITERN relatando a grave situação vivenciada nessa área em Touros. O SAR solicitou a esses órgãos governamentais que "algo seja feito para que as famílias de trabalhadores rurais não saiam mais uma vez como "os prejudicados". E justificou: "Sabemos que nessa área há um conflito de terra provocado pelo fato do Sr. Otto Leite de Fonseca dizer ser de sua propriedade uma pequena faixa de terra que limita-se com a Fazenda Capivara - de seu patrimônio. Fato esse que já foi longamente contestado junto aos órgãos governamentais, INCRA e ITERN".

Hoje, pela manhã (25/11/94), as famílias de trabalhadores rurais compareceram à Delegacia de Polícia de Touros por terem sido intimados pelo Delegado local. Esse conflito envolve 138 famílias de trabalhadores rurais.

Durante a audiência na Delegacia de Polícia, o delegado informou às famílias que a mesma tinha o objetivo de comunicar que a área ainda continua sob o efeito de um Mandato de Reintegração de Posse expedido pelo Juiz Aderson Silvino de Souza, em 17/11/93. E que, os trabalhadores deveriam manter-se afastados da área até a realização da audiência com o juiz da Comarca de Touros que acontecerá no dia 13 de dezembro de 1994.

Nessa audiência o SAR, a FETARN, o STR e advogados do Polo Sindical do Mato Grande fizeram ver a autoridade militar que a área em litígio sempre foi de utilização mansa e pacífica e que só recentemente o Sr. Otto Leite da Fonseca, que já grilou terras na região, vem tentando ter a posse dessa faixa pequena de terra que confina-se com o imóvel Fazenda Capivara de sua propriedade.

Porém, antes dessa audiência com o Juiz local, os advogados do Polo Sindical do Mato Grande irão dar entrada no pedido de suspensão da "liminar de reintegração de posse para que as famílias voltem a cultivar a terra.

Na próxima semana deverá acontecer em Natal/RN, várias reuniões entre INCRA, ITERN, SAR, FETARN, STR e famílias de trabalhadores na busca de uma solução esse conflito de terra em Touros/RN.

UM POUCO DA HISTÓRIA DESSE CONFLITO DE TERRA:

Secularmente parte da população de Touros utiliza - se da Lagoa do Jiqui, localizada próxima a cidade de Touros, através da pesca artesanal como forma de conseguir sua sobrevivência.

A partir de 1992, o SAR tomou conhecimento que um grupo de 138 famílias que passou a cultivar numa faixa de terra que margeia a referida lagoa. ~~Uma~~ na medida em que as águas da Lagoa do Jiqui foram baixando as terras foram sendo "descobertas" o que possibilitou que fosse ocupada por essas famílias.

A ocupação da área foi feita apenas com diversos plantios de bananeira, macaxeira, batata doce, feijão, melão, melancia, quiabo, jerimum, entre outras culturas consideradas de ciclo curto. As 138 famílias estavam esperançosas em poder retirar da terra algo mais para sua sobrevivência.

No entanto, o proprietário de terras, Otto Leite da Fonseca disse que essa área de terras ocupadas pelas 138 famílias ainda pertence as suas terras da Fazenda Capivara. A mesma localiza-se em terra vizinhas às da Lagoa do Jiqui.

Assim, alegando ser possuidor da área, o Otto Leite passou a investir contra as famílias de trabalhadores rurais destruindo cercas e colocando o gado dentro das plantações. Todos os esforços das famílias de trabalhadores foram destruídos. Além disso, o proprietário conseguiu uma LIMINAR DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE contra os trabalhadores.

A RESISTÊNCIA DAS FAMÍLIAS:

Durante todo esse tempo as famílias de trabalhadores rurais não aceitaram as decisões do proprietário, nem do juiz, por compreender que a terra secularmente sempre foi livre. Nesse sentido, as famílias realizaram várias reuniões com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com o Serviço de Assistência Rural - SAR na perspectiva de entender o que está se passando e procurar alternativas.

Na semana passada (dia 16/11/94) uma Comissão formada por famílias de trabalhadores rurais, STR Touros, SAR e FETARN estiveram reunidos com o ITERN para mais uma vez denunciar o caso. Em seguida, o ITERN foi a área em litígio e os trabalhadores afirmaram que voltariam a ocupar a terra.

Ontem, dia 24 de novembro de 1994, as famílias de trabalhadores rurais que haviam voltado a trabalhar na área, foram mais uma vez impedidos de entrar na área para trabalhar pela Polícia Militar de Touros.

Durante a audiência na Delegacia policial, hoje pela manhã, o SAR, FETARN, STR, advogados do Polo Sindical do Mato Grande defenderam as famílias perante a autoridade policial e o ITERN.

AGORA TUDO PODE ACONTECER:

O SAR apela às autoridades competentes para que agilizem uma solução o mais rápido possível que ampare as 138 famílias de trabalhadores rurais. Isto porque, esse conflito de terra já vem acontecendo há dois anos.

O SAR compreende também que na medida em que um conjunto de famílias rurais são impedidas de cultivarem numa terra sem dono, mansa e pacificamente secularmente, deixando de terem uma fonte de sobrevivência, tudo poderá acontecer desde migrações até saques no comércio e novas ocupações.

NOVAS INFORMAÇÕES:
SAR - Fone: 211.4342

2 / X

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE TOUROS-RN
1º CARTÓRIO JUD.

MANDADO DE REINTEGRAÇÃO DE POSE

O Doutor ADERSON SILVINO DE SOUZA, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Ceará-Mirim-RN, em substituição legal ao desta Comarca de Touros-RN., na forma da Lei; etc. xxxxxxxxxxxxxxxxxxx

MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo ou quem legalmente suas vezes fizer, sendo este apresentado, devidamente por mim assinado, se necessário se faça acompanhar a força policial, que em seu cumprimento, dirija-se a propriedade denominada "CAPIVARA" encravada neste Município de Touros-RN., e ali reintegrem o Sr. OTO LEITE DA FONSECA e Esposa CORINA CÂMARA LEITE, brasileiros, casados, agropecuaristas, residentes e domiciliados nesta cidade de Touros-RN., na posse esbulhada do aludido imóvel acima referido, objeto da Ação Possessória nº 101/93, promovida pelos supra citados e qualificados contra JOSÉ GOMES PACHECO, SEVERTINO FERREIRA DA SILVA, JOÃO FRANCISCO DA SILVA, JOÃO CÂNDIDO DA ROCHA, ANTÔNIO AMARO DE OLIVEIRA, LUIZ CÂNDIDO DA ROCHA, RICHAGA PINHEIRO DE SOUZA, e OUTROS. O que cumpre-se, com inteira observância das cautelas de estilo e prescrições legais. DADO e pagado nesta Comarca e Cidade de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, aos dezessete (17) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e três (1993). EU _____ (Escrivão Judicial, que o datilografei e vai devidamente assinado pelo Exmº Sr. Dr. Juiz de Direito.

ADERSON SILVINO DE SOUZA
"Juiz de Direito da 1ª Vara
de Ceará-Mirim, em subst. le
gal ao desta Comarca.

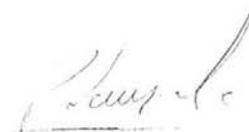
INSTITUTO DE TERRAS DO RIO GRANDE DO NORTE - ITERN
Autarquia Estadual vinculada à Secretaria da Agricultura
e Abastecimento - SAAB/RN.

R E L A T Ó R I O

Fazenda Capivara

NATAL/RN

JAN/94

A handwritten signature in cursive script, appearing to read 'R. Augusto', is written over a horizontal line.

1 - Descrição:

O imóvel rural denominado Capivara, localizado no município de Touros-RN, vem sendo nos últimos dois anos, palco de um conflito envolvendo cerca de 130 famílias de trabalhadores e o proprietário, Sr., Oto Leite da Fonseca.

Há três meses, o ITERN foi acionado para intermediar e resolver o problema. Mandou a área a Coordenadora Jurídica, Dr^a. Maricel Medeiros de Araújo e o Eng^o Agrônomo Luiz Augusto, subscritor deste relatório. Na ocasião, juntamente com o Sr. Oto Leite e o representante e ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Touros, Sr. Damião Pinheiro, estivemos na área onde ouvimos as partes. Naquele dia, sob o olhar complacente do líder sindical, o Sr. Oto Leite nos convenceu que era ele o detentor da verdade.

Pois bem, dado o parecer acerca da vitória, desfavorável aos trabalhadores, um grupo composto por outros representantes do citado sindicato, além de pessoas ligadas à colônia de pescadores, FETARN e SAR, vieram ao ITERN contestar o mencionado documento e alegaram que o mesmo poderia estar correto, mas tinha uma fundamentação falsa e gostariam de mostrar a verdadeira história. De imediato, me prontifiquei e fui designado para voltar a área e comprovar a outra versão.

Antes de narrá-la, porém, quero ratificar tudo que foi descrito no parecer assinado pelo signatário deste e a Coordenadora Jurídica deste órgão. O mesmo retrata com absoluta fidelidade, tudo que nos foi dito perante o Sr. Damião Pinheiro, por ocasião da primeira visita.

Para hoje, no entanto, depois de ouvir

novamente o Sr. Oto Leite e 15 trabalhadores rurais en volvidos no litígio e, depois de percorrer os limites da área em questão, fazendo uma acareação permanente durante toda manhã do dia 13/01 do corrente ano, posso afirmar que outros fatos, citados adiante, com certeza mudarão o rumo do conflito.

Senão vejamos:

A área pleiteada sempre manteve-se submersa, sendo conhecida como lagoa do Jiqui. Mas com a estiagem severa dos últimos anos, a mesma secou comple tamente, tornando-se assim, numa área comum muito boa para o plantio de culturas de subsistência;

As escrituras, como todas as demais da época (1942), são confusas e não retratam com clareza e exatidão os verdadeiros limites e, principalmente suas extensões;

De acordo com uma das escrituras, a área limita-se ao poente com beira da lagoa. Acontece que a beira de qualquer manancial varia em função do seu volume d'água;

Por outro lado, o Sr. Oto confunde constantemente beira da lagoa com Beira de Lagoa, que é ou tro imóvel de sua propriedade, que fica muito próximo ao da questão;

O que os trabalhadores contestam com mais ênfase, é exatamente com relação aos limites da Fazenda Capivara, pois, conforme certidão expedida pelo 1º Cartório Judiciário da Comarca de Touros, o cita do imóvel confronta-se "ao poente com uma vala de sul a norte que desemboca no rio Jiqui", ficando assim, a área conflituosa a margem da documentação legal, segun do o entendimento dos camponeses e sindicalistas.

O fato retro elencado se constitui no

busílis da questão, assim sendo, é imperiosa a participação de técnicos habilitados profissionalmente para questioná-lo.

Tentei inúmeras vezes fazer um acordo entre as partes, mas o Sr. Oto, de forma intransigente, repudiou veementemente;

Propus também que fosse dada uma trégua de alguns meses, tempo este que seria usado na busca de fatos mais concretos, tais como: cadeia dominial da área, ver no Serviço do Patrimônio da União se a lagoa lhe pertence ou não, tentar conversar com os antigos proprietários e outros pontos que pudessem subsidiar uma decisão definitiva, e que, neste período, os trabalhadores pudessem plantar culturas de subsistência. Mais uma vez o Sr. Oto foi inflexível.

2 - Conclusão:

Diante do exposto e tendo em vista a complexidade do problema, notadamente com relação a pouca clareza das escrituras como também o fato de não se saber, com segurança, se a lagoa pertence ou não a União, sugiro que seja feita uma análise profunda da autenticidade da documentação legal, inclusive com levantamento da cadeia dominial, ao mesmo tempo que o Patrimônio da União dever ser acionado para pronunciar-se a respeito da matéria.

Natal(RN), 14 de janeiro de 1994.


Luiz Augusto Santiago Neto
Engº Agrônomo
CREA/RN 2362 - D